

# **Administração Trump e União Europeia: O impacto da política externa norte-americana durante a administração de Donald Trump na relação com a União Europeia**

**Luís Filipe Rodrigues Pires**

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais**

**setembro, 2022**

## *Resumo*

A eleição de Donald Trump surge num momento de instabilidade tanto para EUA como para a UE. Se por um lado a política externa norte-americana se via confrontada com o surgimento de novas potências revisionistas e com um certo declínio relativo do seu poder, a UE vivia tempos de instabilidade económica, política e social. Remontando ao período do pós Segunda Guerra mundial e décadas que se seguiram, o desenvolvimento e consolidação do projeto de integração europeu levou à criação de um conjunto de imagens e perceções, essencialmente económicas, que encaravam a Europa tanto como um aliado fundamental como um bloco que poderia representar um desafio para as necessidades dos norte-americanos. Ainda assim, as sete décadas posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial, ficam marcadas por uma convergência entre EUA e UE com os norte-americanos a terem um papel fundamental na criação de uma União Europeia e com ambos os atores a formarem um bloco – o Ocidente – grande representante da Ordem Internacional Liberal. Com o fim da Guerra Fria os EUA surgem como potência unipolar, sendo forçados a redefinir a sua política externa por forma a encontrarem um desígnio que desse o sentido necessário e digno da única superpotência mundial. A política norte-americana do pós-Guerra Fria fica marcada por um conjunto de escolhas que não foram capazes de manter a supremacia dos EUA e, já no séc. XX, por uma conjuntura internacional instável onde a sua primazia se encontra colocada em causa. A campanha eleitoral de Donald Trump fica marcada pelo regresso de uma retórica populista que impunha uma nova visão da posição que os EUA ocupam no sistema internacional, mas também uma nova forma de relacionamento com outros atores. Nesse sentido, Trump vai colocar em causa a relação com os aliados europeus, considerando que os mesmos se têm aproveitado injustamente dos EUA e das instituições multilaterais onde se encontram inseridos. Trump vai pôr em causa o Art.º 5.º da NATO, vai apoiar de forma declarada o Brexit e identificar a UE como um inimigo comercial dos EUA. O presente trabalho pretende ir além da figura controversa que representou Donald Trump, fazendo uma análise da evolução da relação transatlântica durante o seu período de governação. Mais do que colocar em causa o projeto de integração europeu, Trump vai instituir uma nova política externa que confronta a Europa quanto ao grande pilar do seu desenvolvimento, o multilateralismo, que entra em claro confronto com o nacionalismo, predominantemente económico, de Donald Trump.

Palavras-Chave: Política Externa Norte-Americana; União Europeia; Relações Transatlânticas.

## *Abstract*

The election of Donald Trump comes at a time of instability for both the US and the EU. If, on the one hand, US foreign policy was confronted with the emergence of new revisionist powers and with a certain relative decline in its power, the EU was experiencing times of economic, political and social instability. Dating back to the post-World War II period and the decades that followed, the development and consolidation of the European integration project led to the creation of a set of images and perceptions, essentially economic, that viewed Europe both as a key ally and as a bloc that could pose a challenge to US needs. Even so, the seven decades after the end of the Second World War were marked by a convergence between the US and the EU, with the Americans playing a key role in the creation of a European Union and with both actors forming a bloc - the West - great representative of the Liberal International Order. With the end of the Cold War the US emerged as a unipolar power, being forced to redefine its foreign policy in order to find a design that would give the necessary and worthy meaning to the world's only superpower. The post-Cold War American policy is defined by a set of choices that have not been able to maintain US supremacy and, already in the 20th century, by an unstable international situation where its primacy is put into question. Donald Trump's electoral campaign was marked by the return of a populist rhetoric that imposed a new vision of the USA's position in the international system, but also a new form of relationship with other actors. In this sense, Trump will question the relationship with European allies, considering that they have unfairly taken advantage of the US and the multilateral institutions in which they are inserted. Trump will question NATO's Art. 5, will openly support Brexit, and identify the EU as a commercial enemy of the US. This paper aims to go beyond the controversial figure that Donald Trump has represented by analyzing the evolution of the transatlantic relationship during his period in office. More than calling into question the European integration project, Trump will institute a new foreign policy that confronts Europe regarding the great pillar of its development, multilateralism, which clearly clashes with Donald Trump's predominantly economic nationalism.

Keywords: American Foreign Policy; European Union; Transatlantic Relations

## *Índice*

Introdução .....	1
Capítulo I – Enquadramento Teórico .....	4
1.1 O mundo Unipolar – a excecionalidade norte-americana no Pós-Guerra Fria .....	4
1.1.1 A unipolaridade no sistema internacional.....	4
1.1.2 A unipolaridade norte-americana – A transição para uma nova era com uma nação indispensável .....	12
1.2 O 11 de Setembro e o declínio norte-americano .....	19
1.2.1 11/09/2001 .....	19
1.2.2 O declínio norte americano e o pivot asiático .....	25
1.3. A transição para uma nova balança de poder .....	33
Capítulo II – Contextualização .....	39
2.1 Os EUA e o projeto de integração europeu .....	39
2.1.1 O período da Guerra Fria.....	39
2.2.2 O pós-Guerra Fria .....	46
2.2 A Europa em busca de uma autonomia estratégica .....	53
2.2.1. O pós II Guerra Mundial.....	53
2.2.2 O pós-Guerra fria europeu .....	56
2.2.3. A Estratégia de 2003.....	62
2.2.4 A Estratégia de 2016.....	65
Capítulo III – A Era de Trump .....	70
3.1 A ascensão de Trump - “Make America Great Again” .....	70
3.2 A grande estratégia “America First”.....	79
Capítulo IV – A relação transatlântica com Trump.....	87
4.1 As relações EUA – EU durante a administração Trump .....	87
4.1.1 Caracterização Geral.....	87
4.1.2 O Brexit .....	91

4.1.3 A Guerra Comercial.....	95
4.1.4 A Segurança Coletiva .....	100
4.2 A UE Durante Trump .....	105
Conclusão .....	112
Donald Trump – o improvável presidente .....	112
O balanço de quatro anos de governação .....	115
O efeito Trump na relação transatlântica .....	119
Referências Bibliográficas .....	121
Fontes Primárias .....	121
Fontes Secundárias .....	126

## *Introdução*

O presente trabalho versa sobre a política externa da administração de um dos presidentes mais polémicos da história dos Estados Unidos da América (EUA) e a sua relação com o aliado mais preponderante nas últimas sete décadas, a Europa, mais precisamente a União Europeia (UE). Tendo como ponto de partida o estudo do impacto da política externa norte-americana da administração Trump na relação EUA e UE, pretende-se conseguir apresentar as principais linhas orientadoras da ideologia seguida por Donald Trump e compreender o seu impacto na relação transatlântica.

Na segunda metade do séc. XX a relação entre EUA e a Europa ocidental foi marcada por uma convergência de interesses, com os norte-americanos a apoiarem o projeto de integração europeu, primeiramente com um apoio financeiro sem precedentes – Plano Marshall – que previa uma cooperação económica entre Estados abrangidos, e com uma aliança transatlântica – NATO - que liderada pelos EUA forneceu à Europa a estabilidade essencial ao seu desenvolvimento. Este apoio, que abrangeu diversos alargamentos, permitiu a evolução da Comunidade Económica Europeia para uma União Europeia e permitiu aos estados europeus o desenvolvimento de uma estrutura de integração capaz de tornar a Europa um ator relevante no sistema internacional, fugindo do seu passado de guerra e rumo a um futuro onde a UE simboliza o sucesso da Ordem Liberal.

Essa mesma Ordem Internacional Liberal que os EUA ajudaram a criar, prevaleceu e ganhou novos horizontes com o fim da Guerra Fria e a emergência dos EUA como única superpotência mundial numa nova arquitetura internacional, um sistema unipolar. Esta unipolaridade norte-americana obrigou os EUA a uma redefinição da sua política externa e a encontrarem um novo rumo não só para o seu futuro, mas também para o futuro da Ordem mundial, confrontados com a sua excecionalidade a nível global e uma oportunidade única de definirem uma nova Ordem.

Nesse sentido, o mundo do pós-Guerra Fria onde os EUA eram a única superpotência com capacidade de intervenção a nível global e capazes de definir as regras de uma nova Ordem Internacional vai originar um conjunto de perceções sobre o que deveria ou não ser a política externa norte-americana, a forma como os EUA deveriam abordar a sua unipolaridade e a forma como se deveriam relacionar com os outros atores do Sistema Internacional.

Assim, o século XXI trouxe novos desafios na relação transatlântica, onde a reação da administração George W. Bush aos ataques de 11 de setembro de 2001 merece destaque, dado que representa uma das mais graves crises na relação entre EUA e UE, mas que, ainda assim, não impediram a continuação de uma cooperação económica e política, apesar de uma perda de importância relativa da Europa, face ao surgimento de potências revisionistas que ameaçam a unipolaridade americana. Com efeito, a política seguida pelos EUA no pós-Guerra Fria e a emergência de novas potências revisionistas, onde se destacam a China e a Rússia, representam um novo paradigma internacional, com a nação norte-americana a entrar num declínio relativo que vai ditar uma reorientação da administração Obama para uma redução dos gastos com defesa, uma concentração na política interna em direitos sociais e uma alteração da prioridade estratégica que passa a ser a zona da Ásia-Pacífico.

A campanha de Donald Trump é marcada por uma clara retórica populista que põe em causa alguns dos valores mais fundamentais da política externa norte-americana. Em 2017 a administração Trump implementa uma política de “realismo com princípios” guiada por resultados e não por ideologias, baseada numa visão segundo a qual a paz, segurança e prosperidade dependem de nações soberanas. Este ponto marca dois pilares essenciais da Doutrina Trump e na forma como se relaciona com os outros estados: Soberania enquanto pilar essencial do ambiente internacional e procura incondicional de resultados como objetivo primordial, passando a ideologia para papel secundário. Nesse sentido, a administração Trump representa o fim da relação privilegiada com democracias passando a dar primazia à defesa dos interesses dos EUA (ideologia *America First*) e à relação com outras potências fortes, mas também uma nova forma de encarar as alianças dos EUA e as instituições multilaterais que sustentaram durante décadas a Ordem Liberal Ocidental.

A nível económico os EUA e a UE eram em 2016 os maiores investidores mútuos e as suas economias combinadas ainda representavam quase 50% do PIB mundial e um terço do comércio mundial. Ainda assim, Donald Trump identifica a UE como um “inimigo” com quem os EUA têm um défice comercial intolerável, dando início a uma guerra de tarifas entre ambos. A nível político a doutrina implementada por Donald Trump baseou-se em conceitos que chocam com o multilateralismo europeu e com o próprio projeto de integração europeu. Esse afastamento ideológico pautado por discursos que exaltavam o direito dos povos à soberania nacional culminou num claro apoio à saída

do Reino Unido da União Europeia. No que à defesa e segurança mútua diz respeito, Trump destacou-se por ser o primeiro presidente dos EUA a pôr em causa o Artigo 5º da NATO, na constante exigência de um maior comprometimento europeu relativamente ao orçamento europeu para com a Organização do Tratado do Atlântico Norte e numa alteração de postura relativamente à Rússia autoritária e revisionista de Vladimir Putin com quem Trump promoveu uma certa aproximação.

Partindo das principais linhas orientadoras da política externa norte-americana sob a administração Trump e tendo como pontos centrais as tomadas de posição feitas a nível comercial que culminaram numa guerra de tarifas entre EUA e União Europeia, a importância dada ao conceito de soberania nacional em contraponto ao multilateralismo europeu e as incertezas lançadas sobre a NATO e instabilidade na defesa coletiva, pretende-se analisar o impacto da administração do 45º Presidente dos EUA na relação entre EUA e UE.

Nesse sentido, ao longo da presente dissertação e tendo em conta o que foi a política externa norte-americana durante o seu período unipolar e que resultou num declínio relativo para principal potência mundial que culmina na ascensão ao poder de um presidente controverso e que recupera os ideais *jacksonianos*, tentar-se-á perceber qual o impacto da política externa da administração Trump na relação entre dois aliados históricos e basilares para a Ordem Ocidental Liberal, EUA e UE.

Partindo de um enquadramento teórico sobre as imagens projetadas pela unipolaridade norte-americana no Sistema Internacional e que mais tarde dará lugar a um declínio relativo dos EUA, de uma abordagem histórica que permita contextualizar a relação entre ambos os atores internacionais e a forma como a estratégia do projeto de integração europeu se foi desenvolvendo no mundo pós-Segunda Guerra Mundial e pós-Guerra Fria, pretende-se seguir para um processo de análise assente na procura de continuidades ou disrupções com o contexto histórico, reconstruindo os principais momentos que marcaram a relação transatlântica durante a presidência de Trump.

Tendo por base estes elementos pretende-se no final da presente dissertação conseguir definir qual foi a grande estratégia da administração Trump e de que forma se relaciona com a UE, compreender a reação da comunidade europeia à política externa de Donald Trump e quais os principais pontos de rutura ou convergência entre ambos por forma a ser possível avaliar os quatro anos de governação de Donald Trump e o seu efeito na relação transatlântica.

## *Capítulo I – Enquadramento Teórico*

### *1.1 O mundo Unipolar – a excecionalidade norte-americana no Pós-Guerra Fria*

#### 1.1.1 A unipolaridade no sistema internacional

A distribuição de poder entre os principais atores que compõem o sistema internacional e que define o número de polos da sua estrutura representa uma referência de importância fulcral para o estudo das relações internacionais<sup>1</sup>. Até ao final da Guerra Fria dois tipos de sistema tinham sido amplamente estudados: a multipolaridade, uma estrutura onde o poder se encontra dividido por vários polos, e a bipolaridade, uma estrutura na qual o poder se encontra maioritariamente concentrado em dois polos que se equilibram. Existe, no entanto, um terceiro tipo de estrutura, pouco estudada e discutida até à dissolução do bloco soviético, na qual o poder se encontra concentrado num único polo, a unipolaridade.

O período da guerra fria baseado na competição estratégica e ideológica entre EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) é identificado como uma estrutura bipolar, um sistema onde se destacavam as duas superpotências e cuja relação era o centro da política internacional<sup>2</sup>. Este sistema que perdurou durante quase meia década assente numa estabilidade própria resultante de um equilíbrio de forças entre duas nações (com especial ênfase para o seu poderio nuclear)<sup>3</sup>, alterou-se quando um dos polos se desintegrou e levou a uma alteração do paradigma internacional.

Após o colapso da União Soviética, que representou a maior alteração do paradigma internacional desde a II Guerra Mundial<sup>4</sup>, os EUA emergiram como vencedores da Guerra Fria e no início da década de 90 encontravam-se numa categoria própria, sem nenhum rival que lhes pudesse fazer frente ou igualar as suas capacidades. Tornou-se então importante definir e caracterizar que tipo de sistema resultava desta alteração e qual seria a linha orientadora da política externa da única superpotência mundial.

---

<sup>1</sup> GASPAR, Carlos, *O Pós-Guerra Fria*. Lisboa: Edições Tinta-da-china, 2016, p.39.

<sup>2</sup> HUNTINGTON, Samuel P., «The Lonely Superpower». In *Foreign Affairs*, vol. 78, No. 2. 1999, p.35.

<sup>3</sup> Algo que Kenneth Waltz se referiu como “The longest peace”. WALTZ, Kenneth N., «The Emerging Structure of International Politics». In *International Security*, vol. 18, n.º 2, 1993, p. 44.

<sup>4</sup> WOHLFORTH, William C., «The Stability of a Unipolar World». In *International Security*, vol. 24, n.º 1, 1999, p.5.

A caracterização da arquitetura internacional no pós-Guerra Fria apresentava-se como um trabalho conceptual complexo dado o pouco estudo existente relativamente a um sistema internacional com um único polo de poder e conseqüente falta de base teórica que permitisse o seu enquadramento<sup>5</sup>. Para além disso, a liderança dos EUA no pós-Guerra Fria apresentava-se como um momento histórico ímpar uma vez que esta consolidação de uma superpotência num nível próprio com capacidades que se destacam de todas as outras nações surge numa era com características únicas, nomeadamente, a existência de armas nucleares, a existência de uma comunidade de segurança entre os estados que compõe a liderança da Ordem Internacional, a prevalência de normas liberais e a ameaça terrorista<sup>6</sup>.

A excepcional preponderância e concentração de poder dos EUA assim como as circunstâncias contemporâneas acima referidas que tornavam o pós-Guerra Fria um momento de características ímpares, obrigaram a que fosse considerado um modelo que se adaptasse às novas circunstâncias e levaram ao estudo de um modelo unipolar, criando um debate sobre a nova arquitetura do sistema internacional. No imediato pós-guerra fria o argumento mais prevalente seria o que percecionava a unipolaridade como uma estrutura efémera<sup>7</sup>.

As análises dividem-se entre aqueles que consideram a unipolaridade norte-americana uma estrutura duradoura<sup>8</sup>, os que consideram a unipolaridade uma ilusão<sup>9</sup>, e os que consideravam a unipolaridade como a menos estável de todas as estruturas e um momento de transição para a multipolaridade<sup>10</sup>.

William Wohlforth destacou-se como um dos autores que considerou a unipolaridade uma estrutura estável. Para Wohlforth a unipolaridade seria uma estrutura na qual as capacidades de um único Estado são demasiado significativas para serem

---

<sup>5</sup> JERVIS, Robert, «Unipolarity: a structural perspective». In IKENBERRY, John; MASTANDUNO, Michael; WOHLFORTH, William C., *International Relations Theory and the Consequences of Unipolarity*, p. 252.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 267.

<sup>7</sup> MONTEIRO, Nuno P., *Theory of Unipolar Politics*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2014, p.8.

<sup>8</sup> WOHLFORTH, William C., «The Stability of a Unipolar World»; MONTEIRO, Nuno P., *The Theory of Unipolar Politics*.

<sup>9</sup> LAYNE, Christopher, «The Unipolar Illusion: Why New Great Powers Will Rise». In *International Security*, vol.17, n.º 4, 1993, pp. 5-51. Releve-se que para Samuel Huntington o sistema parecia unipolar, mas era na realidade “uni-multipolar”, HUNTINGTON, Samuel P., «The Lonely Superpower», pp. 35-49.

<sup>10</sup> WALTZ, Kenneth N., «Structural Realism after the Cold War». In *International Security*, vol. 25, n.º 1, 2000, pp. 5-41; MASTANDUNO, Michael, «Preserving the Unipolar Moment: Realist Theories and U.S Grand Strategy after the Cold War». In *International Security*, vol. 21, n.º 4, 1997, pp. 49-88.

contrabalançadas por um estado ou combinação de estados<sup>11</sup>, ou seja, um sistema com um único polo de poder que se diferencia claramente da bipolaridade e da multipolaridade. O autor avança com três preposições relativas à unipolaridade norte-americana no pós-Guerra Fria. Primeiro, o sistema do pós-Guerra Fria seria indubitavelmente unipolar, dado que os EUA detinham uma larga margem de superioridade sobre qualquer Estado ou combinação de Estados, sendo essa superioridade transversal a todos os componentes do poder: económico, militar, tecnológico e geopolítico<sup>12</sup>. Segundo, a unipolaridade norte-americana seria propensa à paz dado ser um sistema que minimiza a competição entre grandes potências. Existindo um polo com tamanha concentração de poder ninguém teria nada a ganhar em seguir uma política que fosse contra os interesses da superpotência vigente. Terceiro, a unipolaridade norte-americana seria um sistema duradouro dado que as excepcionais condições geopolíticas dos EUA permitem fazer uma gestão de futuro que nenhuma outra potência pode fazer. Qualquer tentativa por parte de outra grande potência para aumentar de forma significativa o seu poder ou criar uma hegemonia local levaria a um desequilíbrio regional, que obrigaria outros Estados a reagir antes de qualquer nação conseguir criar condições para se equiparar aos EUA<sup>13</sup>.

Neste quadro teórico uma guerra global torna-se mais improvável dado que nenhum estado ou combinação de Estados podem afetar a segurança da superpotência e nesse sentido a guerra deixa de ser uma forma passível de desafiar e mudar a estrutura<sup>14</sup>.

Para Wohlforth esta inédita concentração de poder num só Estado que levou os EUA a serem a única potência com responsabilidades e capacidade de intervenção global representou uma estrutura não só estável, mas também duradoura e propensa à paz, ainda que a sua teoria estivesse intimamente ligada às condições geopolíticas norte-americanas, não sendo um quadro conceptual passível de ser aplicado de forma genérica<sup>15</sup>.

Relevante para este ponto é também o trabalho desenvolvido pelo professor Nuno Monteiro que no seu trabalho “*Theory of Unipolar Politics*”<sup>16</sup> apresenta um

---

<sup>11</sup> WOHLFORTH, William C., «The Stability of a Unipolar World», p. 9.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p.7. Esta ideia é também avançada por outros autores, ver MASTANDUNO, Michael, «Preserving the Unipolar Moment: Realist Theories and U.S Grand Strategy after the Cold War», p.54. Para compreensão da importância destes fatores ver WALTZ, Kenneth N., *Theory of International Politics*. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company, 1979, p.131.

<sup>13</sup> WOHLFORTH, William C., «The Stability of a Unipolar World», pp. 7-8.

<sup>14</sup> JERVIS, Robert, «Unipolarity: a structural perspective», pp. 259-260.

<sup>15</sup> GASPAR, Carlos, *O Pós-Guerra Fria*, pp. 50-51.

<sup>16</sup> MONTEIRO, Nuno P., *Theory of Unipolar Politics*.

enquadramento teórico para o estudo da unipolaridade (não em termos meramente comparativos) e as suas características, definindo a unipolaridade como uma estrutura baseada num sistema anárquico que tem uma única grande potência<sup>17</sup>. Para Monteiro a unipolaridade num mundo nuclear tem o potencial para ser um sistema duradouro, dependendo da estratégia adotada pela superpotência. A durabilidade de um sistema unipolar depende de dois fatores, um sistémico e outro estratégico. A nível sistémico a manutenção da supremacia de uma superpotência dependerá dos custos hipotéticos de uma guerra entre a principal potência e uma potência que a desafie (quanto maior for o custo da guerra menor será a probabilidade de um desafio militar à supremacia da superpotência). Nesse sentido, e partindo de uma premissa realista de que os Estados são atores racionais que procuram em primeiro lugar garantir a sua sobrevivência, num mundo onde existem armas nucleares, as potências que tenham esse tipo de armamento não terão tanto ímpeto para uma guerra revisionista dado que a sua sobrevivência e poder estão assegurados. O fator estratégico prende-se com a forma como a superpotência reage à ascensão, principalmente económica, de potências emergentes. Para o autor se a estratégia seguida permitir uma acomodação do crescimento económico de potências emergentes ao invés de uma confrontação e tentativa de controlo regional hegemónico, as potências emergentes não terão a tentação de se militarizarem de forma a poderem contrapor a superpotência. Nesse sentido, Monteiro, tenta expor as condições em que unipolaridade pode ser um fenómeno duradouro, dependendo da estratégia da superpotência, que na sua visão deverá passar por uma estratégia de “*defensive accommodation*”<sup>18</sup>.

Ainda assim, Monteiro afasta-se de Wohlforth considerando que a unipolaridade não é uma estrutura propensa à paz, afirmando que um sistema unipolar cria condições para o despoletar de conflitos, no sentido em que a não existência de uma balança de poder entre dois ou mais estados e o eliminar da competição entre grandes potências, irá gerar novas oportunidades para a guerra entre a superpotência e potências menores recalcitrantes<sup>19</sup>. Após estabelecer as condições em que a unipolaridade pode ser uma estrutura duradoura, Monteiro estabelece que o conflito será característico neste tipo de estrutura.

---

<sup>17</sup> *Ibidem*, p.40.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p.5.

<sup>19</sup> *Ibidem*.

Monteiro advoga ainda que poder militar não é um produto do crescimento económico, mas sim o produto de uma decisão específica de um estado em investir uma parte da sua riqueza em capacidades militares, ou seja, o poder militar não deriva necessariamente do crescimento económico. Tem por base o caso específico da unipolaridade norte-americana na era nuclear e independentemente do declínio económico norte-americano, a sua preponderância não está necessariamente no fim<sup>20</sup>.

Visão diferente tinham alguns analistas da escola neorrealista para quem uma estrutura unipolar representa a menos estável das estruturas e que, mais cedo ou mais tarde, dará lugar à multipolaridade. A unipolaridade representa uma quebra com o equilíbrio entre nações, sendo que a balança de poder deixa antever que os estados terão tendência a organizarem-se contra a superpotência, mesmo que esta siga uma estratégia de cooperação<sup>21</sup>. Os estados procuram um balanceamento de poder e, como tal, a preponderância de poder num só polo vai estimular o surgimento de novas grandes potências<sup>22</sup>. Uma superpotência num sistema unipolar sem ter outras grandes potências a desafiá-la será capaz de manter o seu domínio até ser enfraquecida interna ou externamente, sendo que o esforço de preservação da unipolaridade por parte da superpotência levará ao esforço das outras grandes potências para uma nova multipolaridade<sup>23</sup>. Nesse sentido, a unipolaridade contém em si mesma as características que levarão ao seu fim, dado que, a concentração de poder num só estado e a procura pela manutenção dessa condição leva à emergência de novas grandes potências, e que o surgimento destas novas potências no sistema internacional leva ao desgaste do poder da superpotência<sup>24</sup>. O principal risco para uma superpotência unipolar é a tentação da expansão excessiva<sup>25</sup>, dado que os interesses dos Estados têm tendência a expandir-se com o seu poder principalmente quando o estado dominante adquire interesses globais. A maior parte dos estados está preocupada com a sua vizinhança ou com as políticas e desafios regionais, no entanto, uma superpotência num mundo unipolar acaba por adquirir interesse globais<sup>26</sup>. Kenneth Waltz considera que para além da procura por uma nova balança de poder por parte dos outros Estados, as potências dominantes tendem a

---

<sup>20</sup> *Ibidem*, p.16.

<sup>21</sup> LAYNE, Christopher, «The Unipolar Illusion: Why New Great Powers Will Rise», p.7.

<sup>22</sup> MASTANDUNO, Michael, «Preserving the Unipolar Moment: Realist Theories and U.S Grand Strategy after the Cold War», p.54.

<sup>23</sup> HUNTINGTON, Samuel P., «The Lonely Superpower», p.37.

<sup>24</sup> LAYNE, Christopher, «The Unipolar Illusion: Why New Great Powers Will Rise», p.7.

<sup>25</sup> JERVIS, Robert, «Unipolarity: a structural perspective», p.262.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 265.

expandir em demasia o seu raio de ação para além das suas fronteiras (releve-se que num sistema unipolar, o polo de poder é o único Estado com capacidade efetiva de expandir o seu raio de ação a nível global), enfraquecendo-se a longo prazo, dado que os outros Estados irão sempre preocupar-se com as suas futuras ações e tentativas de domínio imperial<sup>27</sup>.

Neste ponto convém fazer a distinção entre duas dimensões do neorrealismo, pondo em contraste duas teorias: o *Balancing*, um princípio segundo o qual os Estados se aliam em oposição à principal forma de perigo e o *Bandwagoning*, um princípio segundo o qual os estados se aliam com o estado que oferece maior ameaça<sup>28</sup>. Estas duas teorias encontram a sua correspondência no neorrealismo, nas suas duas aceções de realismo defensivo e realismo ofensivo.

A ideia de equilíbrio de poder é um dos pilares fundamentais do neorrealismo, quer isto dizer que quando existe um desequilíbrio de poder na estrutura internacional, o sistema (constituído pelas suas unidades, os estados) irá alinhar-se de forma a restaurar esse equilíbrio. Sendo esse sistema anárquico, sem uma autoridade central, os estados estão primeiramente preocupados com a sua própria segurança, sendo que, neste ponto, realistas defensivos e realistas ofensivos diferem sobre qual a melhor forma de atingir esse fim.

Para os realistas defensivos quando um estado adquire uma considerável concentração de poder levará a que outros Estados se aliem para recuperar o equilíbrio de poder, ou seja, um estado não deverá reunir em si mesmo demasiado poder, pois as leis da estrutura do sistema internacional levarão a uma união para contrabalançar esse desequilíbrio<sup>29</sup>. A título de exemplo e aplicado à Europa, esta ideia encontra correspondência no conceito de “*balancing*”, considerando que a hegemonia e unipolaridade norte-americana levaram os Estados Europeus a criarem e posteriormente a consolidar uma organização que pudesse surgir como um outro polo de poder, opondo-se aos EUA enquanto grande líder mundial. Como exemplo desta teoria, existem duas ideias que a corroboram, nomeadamente, a contínua oposição do Estado Francês a

---

<sup>27</sup> WALTZ, Kenneth N., «Structural Realism after the Cold War», p.28.

<sup>28</sup> MCKERNAN, Jakob, *Realism and European Integration: Explaining the variances in the realist theory of european security integration* [Em linha]. Universidade de Groningen. 12 jan. 2014 [Consult. a 06 jan. 2022]. Disponível em:

[https://www.academia.edu/12745852/Realism\\_and\\_European\\_Integration\\_Explaining\\_the\\_Variations\\_in\\_the\\_Realist\\_Theory\\_of\\_European\\_Security\\_Integration](https://www.academia.edu/12745852/Realism_and_European_Integration_Explaining_the_Variations_in_the_Realist_Theory_of_European_Security_Integration).

<sup>29</sup> *Ibidem*.

tomadas de posição internacional dos EUA e a oposição europeia à guerra do Iraque (sendo que esta ideia não é consensual, uma vez que dentro da própria UE existiram posições opostas)<sup>30</sup>.

Em oposição a esta ideia de realismo defensivo podemos contrapor o realismo ofensivo, segundo o qual os Estados procurarão sempre maximizar o seu poder, pois essa é a melhor forma de assegurar a sua segurança, levando a que escolham juntar-se ao lado mais forte ou que oferece maior ameaça<sup>31</sup>. Aplicado à Europa isto significa que os estados europeus se aliaram aos EUA, não como uma forma de oposição, mas como uma forma de rentabilizar ao máximo o seu poder, unindo-se com um estado que, para além de ter uma hegemonia, lhes forneceu e fornece mecanismos de apoio efetivos (económicos e de segurança mútua). Releve-se aqui que o princípio do projeto de integração europeu remonta, segundo alguns autores, ao Plano Marshall, e que embora vários Estados Europeus se encontrem presentes na NATO, foi necessária a liderança dos EUA para resolver os problemas na Bósnia e no Kosovo, para além da contínua presença de tropas norte-americanas no continente europeu.

No que ao neorealismo enquanto teoria mais abrangente concerne, segundo Kenneth Waltz, os EUA pensam em si próprios como agindo em nome da paz, justiça e bem-estar no mundo. Mas estes termos são definidos de acordo com as suas próprias preferências e interesses que podem entrar em conflito com os interesses e preferências de outros Estados. Com intenção benigna os EUA haviam-se comportado, e até ao surgimento de uma nova superpotência ou combinação de grandes potências que os pudessem desafiar, continuaram a comportar-se de uma forma que vai contra os valores de outros Estados criando sempre alguns pontos de atrito na política internacional<sup>32</sup>.

A multipolaridade surge neste quadro como inevitável, dado que, novas grandes potências irão surgir e formar uma nova balança de poder, contrabalançando a concentração de poder num só Estado.

Ainda neste quadro de discussão sobre a unipolaridade norte-americana, Samuel Huntington avança com uma definição um pouco diferente defendendo que para um

---

<sup>30</sup> Estas ideias são exploradas de uma forma mais detalhada e elaborada no texto de Mike Smith para o livro *U.S Foreign Policy*. SMITH, Mike, «The USA and the EU». In COX, Michael; STOKES, Doug, *U.S. Foreign Policy*, Oxford, Oxford University Press, 2012, pp. 219 -237.

<sup>31</sup> MCKERNAN, Jakob, *Realism and European Integration: Explaining the variances in the realist theory of european security integration*.

<sup>32</sup> JERVIS, Robert, «Unipolarity: a structural perspective», p.264.

sistema se qualificar como unipolar teria de ter uma superpotência, nenhuma grande potência e várias pequenas potências<sup>33</sup>. Essa superpotência teria a capacidade de efetivamente resolver assuntos internacionais de forma unilateral e nenhuma combinação de Estados teria capacidade para o evitar<sup>34</sup>. Para o autor a estrutura do pós-Guerra fria não se enquadra com nenhum dos três modelos conhecidos (multipolaridade, bipolaridade e unipolaridade), sendo um sistema híbrido “uni-multipolar”, com uma superpotência e várias grandes potências, ou seja, apesar do domínio dos EUA que assumem de facto preponderância em todas as dimensões do poder e têm capacidade efetiva para promover os seus interesses em qualquer parte do mundo, existem outras grandes potências regionais que são proeminentes em outras áreas do mundo, sem terem capacidade para estender os seus interesses e capacidades a nível global<sup>35</sup>.

Ainda que este profícuo debate sobre a estrutura do sistema internacional, a sua estabilidade, duração e caracterização não seja consensual quanto às suas características, permite concluir que o momento do pós-Guerra Fria representa uma estrutura unipolar em que os EUA apresentam uma preponderância sem par em termos de capacidades – militares, económicas, tecnológicas e geopolíticas - encontrando-se numa categoria única e sem igual, tendo atingido uma concentração de poder nunca antes vista<sup>36</sup>.

Nesse sentido e utilizando uma definição avançada por três autores com diferentes interpretações do significado da unipolaridade norte-americana podemos definir a unipolaridade como uma estrutura em que apenas um Estado concentra em si mesmo uma parte significativa dos recursos ou capacidades que os Estados têm para atingir os seus fins e se destaca em todos os elementos demonstrativos de poder, convencionalmente considerados como tamanho da população e território, recursos, capacidade económica, capacidade militar e competências diplomáticas<sup>37</sup>. Existindo no sistema internacional um Estado que cumpra estes dois requisitos e cujas características o coloquem num nível à parte de todos os outros Estados, o sistema é unipolar, condição que os EUA ocupavam no fim da Guerra Fria.

Se o texto de William Wohlforth apresentou os dados que sustentam a unipolaridade norte-americana na década de 90 e a forma como as suas capacidades se

---

<sup>33</sup> HUNTINGTON, Samuel P., «The Lonely Superpower», p.35.

<sup>34</sup> *Ibidem*.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p.36.

<sup>36</sup> IKENBERRY, John; MASTANDUNO, Michael; WOHLFORTH, William C., *International Relations Theory and the Consequences of Unipolarity*, p.1.

<sup>37</sup> *Ibidem*.

destacavam do resto do mundo<sup>38</sup>, os dados referidos no livro “*International Relations Theory and the Consequences of Unipolarity*”<sup>39</sup> apresentam a forma como no final da primeira década do séc. XXI os EUA ainda lideravam de forma destacada os principais indicadores globais de poder militar, económico e tecnológico<sup>40</sup>. Estes dados permitem concluir que no período do pós-Guerra Fria no sistema internacional apenas um Estado tinha capacidade de intervenção efetiva a nível global, sendo que nenhuma nação ou combinação de nações seria capaz de projetar o seu poder fora da sua região sem o apoio dos EUA<sup>41</sup>.

É neste quadro conceptual que os EUA após saírem vencedores da Guerra Fria se apresentam como a única superpotência mundial com uma concentração de poder ímpar e que permitia assumir um papel de liderança mundial assente num sistema internacional cuja estrutura unipolar simbolizava a existência de uma nação com capacidades sem rival.

#### 1.1.2 A unipolaridade norte-americana – A transição para uma nova era com uma nação indispensável

Quando falamos da transição entre o período de Guerra Fria, caracterizado pela bipolaridade, e o pós-guerra fria, caracterizado pela unipolaridade, torna-se inevitável a referência à primeira guerra do Golfo que se assumiu como o grande desafio da transição entre o mundo dividido pela competição estratégica entre duas superpotências e o mundo liderado por uma única superpotência forçada a redefinir a sua política externa face à concentração de poder ímpar que detinha<sup>42</sup>.

Perante a dissolução do bloco soviético, que incluía a unificação da Alemanha e uma redefinição geopolítica da Europa de Leste com diversos focos de tensão e instabilidade, os EUA estabeleceram uma posição de líder global e principal garante da estabilidade internacional dadas as capacidades ímpares que detinham. Neste contexto e com as atenções concentradas na situação periclitante na Europa, com especial enfoque na questão alemã, Saddam Hussein, líder iraquiano, decide invadir e anexar o Kuwait numa ação que deixou a comunidade internacional surpreendida<sup>43</sup>.

---

<sup>38</sup> WOHLFORTH, William C., « The Stability of a Unipolar World », pp. 12-16.

<sup>39</sup> IKENBERRY, John; MASTANDUNO, Michael; WOHLFORTH, William C., *International Relations Theory and the Consequences of Unipolarity*.

<sup>40</sup> *Ibidem*, pp. 8-12.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p.9.

<sup>42</sup> GASPAR, Carlos, *O Pós-Guerra Fria* p. 191.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p.192.

Num período de redefinição do sistema internacional e face à violação das fronteiras e soberania de um Estado reconhecido pelo direito internacional, as atenções focaram-se na reação dos EUA enquanto nação com um primeiro desafio à sua capacidade de liderança. Apesar de alguns apelos para uma intervenção militar mais unilateral, que incluíam a primeira-ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher, e o Chefe de Estado Maior norte americano<sup>44</sup>, os EUA decidiram seguir uma via multilateral. Por sua iniciativa, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, é aprovada a Resolução 660 – que exige a retirada imediata das tropas Iraquianas do Koweit - e que dará posteriormente lugar a um outro conjunto de Resoluções<sup>45</sup> que, para além de condenarem a invasão do Koweit, impõem fortes sanções ao Iraque. Mantendo-se a invasão e anexação por parte do regime de Saddam Hussein, em novembro de 1990, é aprovada a Resolução 678 que exige ao Iraque que cumpra com todas as outras Resoluções e autoriza os Estados Membros a utilizar todos os meios necessários para cumprimento da Resolução 660, restaurar a paz internacional e repor a segurança<sup>46</sup>.

No seguimento de todos estes acontecimentos e perante a legitimidade e consenso internacionais, entre janeiro e março de 1991, decorrem um conjunto de operações militares com forças das Nações Unidas lideradas pelos EUA que permitem recuperar o controlo do Koweit e expulsar as forças iraquianas, sendo o cessar-fogo declarado a 3 de março. Este marco histórico representa não só uma vitória dos EUA, mas a primeira vez que o Conselho de Segurança das Nações Unidas invocou o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, resultando numa intervenção concertada de vários países que, liderados pelos EUA, intervieram militarmente no Koweit e contra o Iraque.

Nesse sentido, perante um desafio regional que ameaçou a estabilidade da Ordem Internacional, os EUA enquanto superpotência global optaram por uma abordagem multilateral com significativo sucesso reforçando a sua capacidade de liderar a Ordem Internacional e tendo por base uma plataforma de cooperação entre vários Estados, facto que levou o Presidente George H. W. Bush a exaltar “uma nova ordem mundial”<sup>47</sup> que

---

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 193.

<sup>45</sup> Resolução 660, 661, 662, 664, 667, 674 e 677. UNITED NATIONS, *Digital library* [Em linha]. [Consult. 15 mar. 2022]. Disponível em <https://digitallibrary.un.org/?ln=en>.

<sup>46</sup> UNITED NATIONS, *Digital library - Resolution 678 (1990) / adopted by the Security Council at its 2963rd meeting, on 29 November 1990*. [Em linha] 29 nov. 1990 [Consult. 15 mar. 2022]. Disponível em [https://digitallibrary.un.org/record/102245/files/S\\_RES\\_678%281990%29-EN.pdf](https://digitallibrary.un.org/record/102245/files/S_RES_678%281990%29-EN.pdf).

<sup>47</sup> BUSH, George, *Public Papers of the Presidents of the United States: George Bush, Book I – January 1 to June 30, 1991*.

definiu um novo padrão no qual uma agressão a um estado soberano poderia justificar uma resposta militar baseada num quadro multilateral<sup>48</sup>.

Perante o sucesso global que representou a vitória na Guerra do Golfo e a consolidação dos EUA enquanto superpotência mundial com capacidade de liderança e intervenção global, durante a administração George H. W. Bush, surge uma nova estratégia de segurança cuja principal prioridade passa por consolidar a liderança e proeminência dos EUA, impedindo a emergência ou ressurgência de uma potência que pudesse colocar em causa a sua supremacia. Essa estratégia de segurança que vai definir não só os critérios de atuação dos EUA, mas acima de tudo a forma como os norte-americanos encaram a sua unipolaridade e condição de líder mundial, assentava em quatro pontos essenciais: Primeiro, a defesa de qualquer ataque de qualquer fonte contra os EUA, os seus cidadãos ou os seus valores; Segundo, o fortalecimento e extensão dos sistemas de defesa que unem as nações democráticas e que partilham os valores dos norte-americanos estabelecendo um ideal de defesa comum baseado na preferência por uma resposta coletiva; Terceiro, prevenir que qualquer potência hostil conseguisse atingir uma posição dominante numa região de interesse para os EUA e, como tal, consolidar as barreiras contra a reemergência de uma ameaça global aos interesses dos norte-americanos e dos seus aliados; Quarto, reduzir as fontes de instabilidade regional, encorajando a disseminação e consolidação de governos democráticos baseados na economia de mercado<sup>49</sup>.

Para atingir estes objetivos seria necessário que os EUA impusessem a sua liderança num quadro de cooperação entre aliados democráticos. Perante uma oportunidade sem precedentes para estabelecer uma nova era baseada num conceito de defesa comum e num quadro de cooperação multilateral sob liderança dos EUA, surge um novo enquadramento da política externa norte-americana que vem redefinir a estratégia de segurança de uma ameaça a nível global (com a preocupação do proliferar do comunismo e a ameaça soviética vigente durante o período da Guerra Fria), para uma com foco nos desafios regionais<sup>50</sup>. Segundo esta estratégia os interesses defendidos pelos EUA deveriam ser; a defesa dos EUA enquanto nação livre; a defesa dos valores e

---

<sup>48</sup> GASPAR, Carlos, *O Pós-Guerra Fria* p.198.

<sup>49</sup> CHENEY, Dick, *Defense Strategy for the 1990s: The Regional Defense Strategy* [Em linha]. Washington: Department of Defense, 1993. [Consult. 23 mar. 2022]. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/nukevault/ebb245/doc15.pdf>, p.3.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p.5.

instituições norte-americanas; a consolidação e crescimento da sua economia; o fortalecimento das relações de cooperação com os aliados; e a manutenção de um mundo estável e seguro no qual liberdade económica, liberdade política, direitos humanos e instituições democráticas prevaleçam<sup>51</sup>.

Esta nova estratégia e o seu rascunho<sup>52</sup> (documento desclassificado recentemente) são de fundamental importância quando se aborda a política externa norte-americana do pós-Guerra Fria e a forma como os EUA abordaram a sua liderança global. Em ambos os documentos é possível compreender que a dissolução do bloco Soviético não representou para os EUA uma oportunidade de retraimento, dado que o seu rival tinha desaparecido, mas sim uma oportunidade para consolidar e fortalecer a sua supremacia, estimulando uma nova era democrática em que a nação assumiria o papel de liderança e que pretendia impedir a ressurgência ou emergência de qualquer ameaça ao seu novo estatuto, bem como desencorajar qualquer nação a desafiar o novo *status quo*<sup>53</sup>.

Para a administração George H. W. Bush a liderança norte-americana representava a melhor e única abordagem para aproveitar uma oportunidade ímpar a nível histórico e político para a criação de uma nova era de paz democrática e liberdade económica, assente num palco de ação multilateral, sendo o poder e supremacia norte-americano indispensável para a sua manutenção. Este preceito esteve na base da *National Security Strategy* da administração George H. W. Bush que via o fim da Guerra Fria e a unipolaridade norte-americana como o momento ideal para a implementação de um novo sistema internacional que tivesse por base os valores e ideais norte-americanos<sup>54</sup>.

A crise do Golfo teve a faculdade de concretizar a ideia de que apenas os EUA teriam capacidade para exercer o papel de estabilizador global e garante da paz, sendo a única nação capaz de lançar uma resposta militar efetiva com uma base multilateral e consenso internacional, bem como a necessidade global da liderança norte-americana

---

<sup>51</sup> *Ibidem*, p.3.

<sup>52</sup> WOLFOWITZ, Paul, *Memorandum for the secretary of defense: Defense Planning Guidance, FY 1994-1999 Draft* [Em linha]. The National Archives and Records Administration [Consult. 24 mar. 2022]. Disponível em: <https://www.archives.gov/files/declassification/iscap/pdf/2008-003-docs1-12.pdf>.

<sup>53</sup> BRANDS, HAL, «Choosing Primacy: U.S. Strategy and Global Order at the Dawn of the Post-Cold War Era». In *Texas National Security Review*, vol. 1, n.º 2, 2018, pp. 8-33. DOI: <https://doi.org/10.15781/T2VH5D166>, p.9.

<sup>54</sup> BUSH, GEORGE H. W., *National Security Strategy of the United States* [Em linha]. Casa Branca. 01 ago. 1991. [Consult. 24 fev. 2022]. Disponível em: <https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/nss1991.pdf?ver=3sIpLiQwmknORplyPeAHw%3d%3d>, p.5.

alicerçada no seu poder militar e económico<sup>55</sup>. Para além disso, marcou o início de uma estratégia baseada no imperativo de que o poder dos EUA era ímpar não existindo uma boa alternativa à liderança norte-americana (fator exacerbado pela queda do império Soviético), sendo que, se essa liderança fosse empregue pelo bem comum, poderia alcançar uma aceitação internacional que levaria uma grande maioria de nações a aceitarem seguir a direção norte-americana. Não só os EUA deveriam consolidar a sua supremacia económica e militar como a comunidade internacional necessitaria da primazia norte-americana.

No imediato pós-Guerra Fria, e em especial após a Guerra do Golfo, a estratégia norte-americana passou por consolidar a sua unipolaridade, sendo o objetivo primordial fortalecer a sua liderança impedindo o surgimento de novas ameaças à sua supremacia e transformando a política internacional de acordo com os seus valores e interesses. Importa salientar que esta ideia assentava na premissa de que não existiria uma balança de poder contra a unipolaridade norte-americana se Washington usasse as suas capacidades para apoiar de forma benigna um sistema global<sup>56</sup>.

Apesar da estratégia da administração Bush não advogar um intervencionismo sem limites, no imediato pós-Guerra Fria, a presença militar norte-americana foi o principal garante de estabilidade em várias regiões desde a Ásia, à Europa Ocidental, ao Golfo Pérsico, criando a expectativa de estender as garantias de segurança a antigos membros do bloco soviético<sup>57</sup>. Tanto George H. W. Bush como o seu sucessor Bill Clinton tiveram de lidar com o problema de definir uma estratégia num importante momento de alteração de paradigma internacional em que os EUA assumiam uma posição de única superpotência, tendo como grande obstáculo conseguir apresentá-la ao país de forma a conseguir aprovação interna para uma política externa bastante exigente. Com efeito a nova ordem mundial foi garantida pela unipolaridade norte-americana, mas para manter apoio doméstico para tal estratégia seria necessário evitar intervenções desnecessárias e usar o seu poder militar de forma seletiva<sup>58</sup>. É com base nesta premissa que o Presidente George H. W. Bush afirma que o uso da força apenas faria sentido

---

<sup>55</sup> BRANDS, HAL, «Choosing Primacy: U.S. Strategy and Global Order at the Dawn of the Post-Cold War Era», p.20.

<sup>56</sup> WOHLFORTH, William C., «The Stability of a Unipolar World». pp. 23 - 28. Ver também WOLFOWITZ, Paul, *Memorandum for the secretary of defense: Defense Planning Guidance, FY 1994-1999 Draft*, p.2.

<sup>57</sup> BRANDS, HAL, «Choosing Primacy: U.S. Strategy and Global Order at the Dawn of the Post-Cold War Era» p. 24.

<sup>58</sup> *Ibidem*, pp. 24-25.

quando essa utilização garantisse o sucesso, quando outras políticas não fossem eficazes e onde “os potenciais benefícios justificassem os potenciais custos e sacrifícios”<sup>59</sup>.

Esta linha geral de pensamento transita da administração Republicana de George H. W. Bush para a administração Democrata de Bill Clinton baseada na consolidação de uma ordem mundial liberal assente numa comunidade de segurança entre democracias, com especial ênfase no alargamento das alianças, e uma estratégia de intervenção regional mantendo-se como prioridade a relação com a Rússia e a Europa<sup>60</sup>.

Clinton inicia funções demonstrando uma maior preocupação com problemas domésticos e uma certa continuidade com a política externa de Bush, dado que, em consonância com os últimos discursos do líder republicano, também a administração democrata considerava que deveria existir um equilíbrio entre custos e benefícios do uso da força, propondo um multilateralismo assertivo baseado numa decisão caso a caso de uso da força militar norte-americana, sendo que a contenção da expansão soviética da guerra fria deveria dar lugar à expansão da economia de mercado e das democracias<sup>61</sup>. A grande marca da política externa de Clinton passou a ser o posicionamento dos EUA como líderes da globalização económica considerando a era do pós-Guerra Fria o momento indicado para a consolidação e expansão da paz democrática. A liderança norte-americana não se deveria concentrar unicamente no seu poder militar, uma vez que os EUA não poderiam ser militarmente omnipresentes, mas sim liderar de forma ideológica e consolidando a expansão da economia de mercado e dos valores democráticos, o que incluía a Rússia e a Europa de Leste. Com o fim da URSS e ainda durante a administração George H. W. Bush tornou-se claro que os EUA iriam tentar enquadrar a Rússia e os países da Europa de Leste numa economia de mercado Ocidental<sup>62</sup>.

Com efeito, no primeiro mandato de Clinton, os assuntos centrais da política externa norte-americana foram herdados de Bush: as negociações para um tratado de comércio com Canadá e México (NAFTA); um acordo de pós-guerra com a Rússia, que incluía o reconhecimento de Yeltsin como líder da anterior superpotência, um compromisso de democratização da Rússia e da Europa de Leste e a necessidade de

---

<sup>59</sup> BUSH, George H. W., *Public Papers of the President of the United States: George Bush, 1992 -1993, Book II – August 1, 1992 to January 20, 1993* [Em linha]. Washington: United States Government Printing Office, 1993. [Consult. 22 fev. 2022]. Disponível em <https://www.govinfo.gov/content/pkg/PPP-1992-book2/pdf/PPP-1992-book2.pdf>, p.2231.

<sup>60</sup> GASPAR, Carlos, *O Pós-Guerra Fria* p.200

<sup>61</sup> DUMBRELL, John, «America in the 1990's: searching for purpose». In COX, Michael; STOKES, Doug, *U.S Foreign Policy*, pp.86-87.

<sup>62</sup> *Ibidem*, p.90.

gestão do poderio nuclear espalhado por vários países da URSS (englobado numa estratégia que tentava impedir o surgimento de uma Rússia com capacidades revisionistas); a consolidação de uma política militar que estivesse ao nível de uma nova era de paz democrática; e uma política credível e sustentada para a desintegração jugoslava<sup>63</sup>.

Este último ponto veio trazer um dos maiores desafios em termos de política externa para a administração Clinton. Seguindo a política de Bush de não se envolver diretamente na situação da Bósnia, considerada uma situação europeia<sup>64</sup>, a incapacidade das nações da Europa em lidar com a situação (fruto de uma divisão interna entre Alemanha, França e Reino Unido) e uma escalada de violência que representava o iminente regresso da guerra à Europa levou a uma mudança de estratégia. Numa primeira fase, em 1995, a intervenção dos EUA passou por reunir os presidentes da Sérvia, da Croácia e da Bósnia-Herzegovina em Dayton, Ohio, juntamente com Richard Holbrooke (principal negociador norte-americano) e levá-los a concluírem um acordo sobre o fim das hostilidades, sendo esse acordo garantido sob supervisão das Nações Unidas através de uma Força de Implementação, liderada pelos EUA, e composta por forças da NATO<sup>65</sup>. Posteriormente, em 1999, no Kosovo, e perante a perseguição da minoria albanesa por parte do regime de Milosevic, forças da NATO lideradas pelos EUA, levaram a cabo um bombardeamento contra a Sérvia naquilo que Clinton viria a descrever como “a primeira Guerra Humanitária”<sup>66</sup>. Esta intervenção é de especial relevância para o estudo da política externa norte-americana no pós-guerra fria, dado que, a intenção de atacar a Sérvia foi tomada sem autorização formal do Conselho de Segurança das Nações Unidas, numa intervenção que visou não os interesses dos EUA nem o restauro do equilíbrio na ordem internacional, mas a proteção de direitos humanos<sup>67</sup>. Esta intervenção representa um corte com a linha de consenso internacional, e em especial com o Conselho de Segurança das Nações Unidas, que anteriormente havia sido considerada para legitimar as intervenções norte-americanas. Os EUA seriam a nação indispensável à segurança e paz mundial, sendo o seu poder demasiado importante e benéfico para não ser utilizado quando as circunstâncias assim o obrigassem. A “simples” falta de consenso no Conselho de

---

<sup>63</sup> *Ibidem*, pp.90-91.

<sup>64</sup> DUMBRELL, John, «America in the 1990's: searching for purpose», p.92

<sup>65</sup> GASPAR, Carlos, *O Pós-Guerra Fria* p. 214.

<sup>66</sup> DIPRIZIO, Robert C., *Armed Humanitarians: US Interventions from Northern Iraq to Kosovo*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2002, p.130.

<sup>67</sup> GASPAR, Carlos, *O Pós-Guerra Fria* p. 222.

Segurança das Nações Unidas, em que países com a Rússia ou a China teriam poder de veto, não deveria ser obstáculo suficiente para impedir a prossecução e defesa dos valores que os norte-americanos defendiam. Os EUA assumem uma dimensão de unipolaridade segundo a qual a sua supremacia exige que intervenham, até de forma unilateral, quando os valores que defendem e desejam ver projetados no mundo, em especial nas suas zonas de interesse, não sejam respeitados.

A transição da Guerra Fria para o pós-Guerra Fria, a Nova Ordem de Bush e a expansão democrática de Clinton, são tentativas de articular uma política externa que conseguisse ir além da política interna (mas ao mesmo tempo assegurar o seu consenso) e assumir um papel de nação líder global que permitisse a expansão dos valores e interesses democráticos dos EUA, mantendo a sua primazia no Sistema Internacional<sup>68</sup>. O momento do pós-Guerra Fria marca uma indubitável unipolaridade norte-americana que, enquanto única superpotência, assume como principal objetivo da sua política externa a manutenção da sua supremacia. Nesse sentido, ao invés de um retraimento face à dissolução do seu principal rival, os EUA adotam uma estratégia que visa sobretudo a consolidação da hegemonia da Ordem Internacional liberal, sendo certo que existia a ideia de que os EUA seriam a nação indispensável e única no mundo que teriam o direito e o dever de agir de forma unilateral (se o consenso internacional não fosse uma possibilidade) por forma a preservar uma Ordem benigna baseada num conjunto de valores e princípios norte-americanos.

## ***1.2 O 11 de Setembro e o declínio norte-americano***

### ***1.2.1 11/09/2001***

O dia 11 de setembro de 2001 opera uma grande mudança na política externa norte-americana. Após uma década onde os EUA emergiram enquanto superpotência ordenadora do mundo, na procura pelo estabelecimento de uma nova ordem mundial baseada nos seus interesses e valores fundamentais e na expansão de uma paz democrática assente na consolidação de uma económica de mercado e dos valores da democracia<sup>69</sup>, o novo Presidente, George W. Bush, surge com um discurso mais direcionado para a

---

<sup>68</sup> DUMBRELL, John, «America in the 1990's: searching for purpose», pp. 94-95.

<sup>69</sup> KENNEDY-PIPE, Caroline «American Foreign policy after 9/11» In COX, Michael; STOKES, Doug, *U.S Foreign Policy*, p. 378.

política interna, deixando críticas ao internacionalismo liberal de Clinton e a uma política externa demasiado ambiciosa e com tendência para o intervencionismo. Para o novo Presidente as intervenções norte-americanas deveriam limitar-se aos interesses dos EUA defendendo uma política externa conservadora para uma “nação humilde”<sup>70</sup>.

Embora a campanha de George W. Bush tenha sido marcada por esta concentração na política interna dos EUA, os primeiros meses da sua administração não trouxeram grandes alterações à política externa norte-americana mantendo a linha que começava a ser usual para a superpotência no mundo unipolar: a procura de um equilíbrio nas relações com as alianças e com os seus adversários (principalmente a ascensão da China e a agenda autoritária da Rússia), tendo por base a prossecução dos interesses norte-americanos<sup>71</sup>. Pelo menos até ao dia 11 de setembro de 2001 marcado pelos ataques ao *World Trade Center*. Embora os atentados terroristas contra as Torres Gêmeas não afetem diretamente a “estrutura do poder”, representaram uma mudança revolucionária na política externa norte-americana que terá um efeito radical na política internacional e na forma como os EUA encaram a sua unipolaridade<sup>72</sup>.

O ataque simbólico ao centro financeiro (*World Trade Center*) e ao centro militar norte-americano (Pentágono) aliado à sua imprevisibilidade, ao número de norte-americanos mortos e à exposição mediática das imagens transmitidas em direto para todo o mundo, abriram uma ferida na comunidade norte-americana, num evento que chegou a ser comparado com *Pearl Harbor*<sup>73</sup>, e que representa um momento ímpar em que a superpotência é atacada no seu próprio solo por um ator não estatal num evento que representa uma demonstração de fragilidade e humilhação para a maior potência a nível mundial.

Inicialmente estes ataques têm a faculdade de unir a comunidade internacional com várias manifestações de solidariedade (incluindo a Rússia através de Vladimir Putin) aos EUA, uma resolução aprovada por unanimidade do Conselho de Segurança das Nações Unidas que condena os atentados e a primeira e única invocação do Art.º 5 da NATO<sup>74</sup>. Ainda assim, os eventos do 11 de setembro criaram uma oportunidade única para a implementação de uma nova ideologia (neoconservadorismo) na política externa

---

<sup>70</sup> GASPAR, Carlos, *O Pós-Guerra Fria*, p. 317.

<sup>71</sup> KENNEDY-PIPE, Caroline «American Foreign policy after 9/11», p. 379.

<sup>72</sup> GASPAR, Carlos, *O Pós-Guerra Fria*, p. 301.

<sup>73</sup> KENNEDY-PIPE, Caroline «American Foreign policy after 9/11», p. 380.

<sup>74</sup> GASPAR, Carlos, *O Pós-Guerra Fria*, p.318.

norte-americana<sup>75</sup>. O ataque foi considerado como uma declaração de guerra aos EUA, ao povo norte-americano e aos seus valores. O principal objetivo, para sua própria defesa, passou a ser a eliminação das redes terroristas e dos regimes que as apoiavam, sendo que o grande lema e prioridade dos EUA passou a ser a guerra contra o terrorismo.

Neste ponto é importante referir que a experiente equipa que compunha o *core* da administração de George W. Bush era constituída por um conjunto de intelectuais referidos como neoconservadores.

O movimento neoconservador nos EUA remonta à década de 70 quando um conjunto de intelectuais se insurgiram como vozes críticas de um conjunto de movimentos sociais associados a uma mudança política mais direcionada para a esquerda<sup>76</sup>. Este movimento manteve uma presença na política norte-americana e foi evoluindo, sendo que em meados da década de 90 (e perante a unipolaridade norte-americana) consolidaram-se como um grupo dentro do Partido Republicano, uma escola de pensamento de elite, que se adaptou ao fim da Guerra Fria e ao novo papel dos EUA no Sistema Internacional<sup>77</sup>. Tornou-se um movimento político que mistura o poder militar com o idealismo *Wilsonniano* tendo por base a premissa de que face ao falhanço internacional do socialismo seria benéfico para a comunidade mundial a imposição de um sistema liberal democrata<sup>78</sup>.

Este neoconservadorismo assenta em 5 princípios aplicáveis à política externa norte-americana: O primeiro é o internacionalismo, sendo que para os neoconservadores os EUA necessitam de ter um papel ativo no mundo, chamando a si próprios a responsabilidade de definir a ordem internacional de acordo com os seus interesses e valores, antes que outros Estados o façam, advogando assim uma maior presença de intervenções militares no exterior<sup>79</sup>; o segundo está relacionado com o conceito de primazia, assente na premissa de que a hegemonia norte-americana seria benigna e que um dos objetivos deveria ser manter os EUA como única superpotência e impedir a emergência ou reemergência de um novo rival. Esta primazia norte-americana no Sistema

---

<sup>75</sup> KENNEDY-PIPE, Caroline «American Foreign policy after 9/11», p. 381.

<sup>76</sup> VAISSE, Justin, «Why Neoconservatism Still Matters», *Brookings Institution* [Em linha]. mai. 2010. [Consult. 30 abr. 2022]. Disponível em: [https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/05\\_neoconservatism\\_vaisse.pdf](https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/05_neoconservatism_vaisse.pdf), pp. 1-2.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>78</sup> MCGLINCHEY, Stephen, «Neoconservatism and American Foreign Policy» *E-International Relations*. [Em linha]. 01 jun. 2009. [Consult. 28 mar. 2022]. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2009/06/01/neoconservatism-and-american-foreign-policy/>.

<sup>79</sup> VAISSE, Justin, «Why Neoconservatism Still Matters», p.4

Internacional seria algo de benévolo para o resto do mundo, dado que os EUA não procuram conquistar ou oprimir, mas sim libertar e democratizar. A unipolaridade assegura a segurança norte-americana, mas também a paz global<sup>80</sup>; o terceiro princípio está relacionado com a defesa de um maior unilateralismo, tendo por base a ideia de que são os EUA enquanto nação indispensável, não outras instituições internacionais multilaterais, que asseguram a paz e segurança do resto do mundo. Nesse sentido os EUA não devem ser retraídos de agir por qualquer instituição ou tratado<sup>81</sup>. O quarto princípio está relacionado com um forte apoio ao militarismo, sendo que para manter os pontos já referidos é necessária uma grande capacidade militar, tendo os neoconservadores uma visão *hobbesiana* do mundo que obriga a superpotência a manter um forte investimento na sua defesa e no seu militarismo<sup>82</sup>. O último princípio está relacionado com a ideia de Democracia. Dada a génese e identidade dos EUA enquanto democracia não se devem mostrar indiferentes a outros regimes, em especial, os que põem em causa os conceitos fundamentais da liberdade e dos direitos humanos. À imagem do que anteriormente foi referido referente à administração Clinton e a sua ideia de expansão da comunidade democrática, os neoconservadores sustentam esta ideia, mas diferenciam-se de Clinton por lhe atribuírem uma dimensão de força baseada num maior militarismo<sup>83</sup>.

Nesse sentido, os neoconservadores defendem que num mundo em que existem um conjunto de Estados cujos regimes vão contra os valores primordiais dos EUA e que suportam e apoiam redes terroristas que põem em causa a segurança norte-americana é infrutífero lidar com os mesmos de forma passiva ou tentar a sua acomodação (sendo o 11 de Setembro o momento marcante que demonstra os perigos a que os EUA estão sujeitos se não agirem), sendo necessário uma imposição de força militar para impelir as mudanças de regime e expandir os valores democráticos.

A grande estratégia da política externa da potência unipolar passa a ser a destruição das redes terroristas, privilegiando a guerra preventiva contra estados que possam sustentar de qualquer forma organizações terroristas que ponham em causa a sua segurança. Esta nova política fica ainda marcada pela alteração do paradigma das alianças ocidentais que perdem o seu carácter permanente para passarem a ser alianças *ad hoc*<sup>84</sup>.

---

<sup>80</sup> *Ibidem*.

<sup>81</sup> *Ibidem*, p.5.

<sup>82</sup> *Ibidem*.

<sup>83</sup> *Ibidem* p.6

<sup>84</sup> SMITH, Mike, «The USA and the EU». In COX, Michael; STOKES, Doug, *U.S. Foreign Policy*, Oxford, Oxford University Press, 2012, p. 228.

A intervenção no Afeganistão e no Iraque marcam a mudança de prioridades regionais com o foco de atenção a recair no Médio Oriente.

Partindo da crítica à administração Clinton por uma postura demasiado institucional e dialogante e por não aproveitar a oportunidade única para cimentar a posição norte-americana de líder global<sup>85</sup>, o golpe que o 11 de Setembro representou na sociedade norte-americana tornou-se o momento ideal para impor uma visão segundo a qual os EUA tinham o dever de assumir um papel mais ativo na liderança global e que a sua segurança não deveria ser garantida de forma passiva, mas sim através de ações assertivas (leia-se através do uso do seu poderio militar) que confrontassem e destruíssem não só as redes terroristas mas qualquer tipo de ator ou regime que as apoiasse<sup>86</sup>.

Relevante ainda para o nosso estudo é que esta nova fase marca um romper com o *status quo* do Sistema Internacional, na medida em que os EUA deixam de colocar a sua atenção nas potências revisionistas (China e Rússia), que passam a ser parceiros na guerra contra o terrorismo<sup>87</sup>, abrindo espaço para que as mesmas se vão desenvolvendo tendo por base uma agenda cada vez mais revisionista.

Na resposta imediata aos ataques a administração Bush focou-se em identificar as suas fontes. A CIA conseguiu identificar a Al-Qaeda, um movimento terrorista islâmico, e o seu líder Osama Bin Laden, como principais responsáveis pelo 11 de setembro e consequentemente ameaças a segurança norte-americana, que eram apoiados pelo regime Talibã que controlava o Afeganistão e onde mantinham vários campos de treino. Após identificado o alvo o gabinete de crise criado por Bush decidiu combater os Talibã e as forças da Al-Qaeda no Afeganistão. O presidente decide agir e lançar uma ofensiva no Afeganistão, com a autorização do Congresso para o uso da força contra os responsáveis pelos ataques do 11 de Setembro, sendo que, em outubro de 2001, os EUA começam um conjunto de ataques, com apoio de outros países dos quais se destaca a Rússia e com base num consenso internacional, contra instalações militares dos Talibã e campos de treino da Al-Qaeda<sup>88</sup>. A operação militar é bem-sucedida, no sentido em que os norte-americanos conseguem expulsar os Talibã de Kabul, no entanto, Osama Bin Laden,

---

<sup>85</sup> MCGLINCHEY, Stephen, «Neoconservatism and American Foreign Policy».

<sup>86</sup>BUSH, GEORGE W., *Public Papers of the Presidents of the United States: George W. Bush (2002, Book I)* [Em linha] Washington: Office of the Federal Register National Archives and Records Administration, . [Consult. 28 mar. 2022]. Disponível em <https://www.govinfo.gov/content/pkg/PPP-2002-book1/pdf/PPP-2002-book1.pdf>, pp. 917 – 921.

<sup>87</sup> GASPAR, Carlos, *O Pós-Guerra Fria*, p. 323.

<sup>88</sup> GREGG II, Gary L., *George W. Bush: Foreign Affairs* [Em linha]. University of Virginia: Miller Center. [Consult. 24 mar. 2022]. Disponível em: <https://millercenter.org/president/gwbush/foreign-affairs>.

consegue escapar com alguns elementos da Al-Qaeda o que representará uma fonte de instabilidade nos anos seguintes para os EUA. Nesse sentido, após o derrube do regime Talibã começa um dos grandes desafios da política externa norte-americana no séc. XXI com a reconstrução do Afeganistão a tornar-se um processo complexo e que os norte-americanos não vão conseguir resolver, deixando tropas na região até 2021.

Em janeiro de 2002, no discurso sobre o Estado da Nação<sup>89</sup>, George W. Bush faz uma ligação entre os eventos do 11 de setembro e um “Eixo de Mal” formado por Iraque, Irão e Coreia do Norte (com especial enfoque no Iraque e a sua ligação a armas de destruição massiva) que, ao contrário do que aconteceu no Afeganistão (que pretendia ser uma efetiva resposta aos ataques do 11 de Setembro), visa justificar o conceito de guerra preventiva que irá servir como preceito para uma invasão do Iraque. Nesse sentido, a prevenção torna-se o centro da ação da potência unipolar que pretende proteger-se a si própria, mas também o resto do mundo da tirania e do terrorismo.

Existe uma diferença marcante entre a guerra no Afeganistão e a guerra no Iraque. Se a primeira fica marcada por um sentimento unânime de solidariedade e apoio aos EUA por parte das várias nações mundiais (com especial enfoque para a Rússia e a China), a mudança de estratégia que a Guerra no Iraque opera, representa uma clara quebra com o quadro de consenso multilateral, incluindo alguns aliados históricos norte-americanos.

A ligação entre a guerra Islâmica e os regimes ditatoriais marca uma expansão (recuperemos aqui os perigos da expansão excessiva enunciada por Waltz relativo aos sistemas unipolares), para muitos, injustificada, da missão original de resposta ao 11 de setembro, mas também o fim do consenso após o ataque às Torres Gêmeas. Esta nova agenda impôs-se com os EUA a fomentarem a divisão interna na sua principal aliança, dividindo a Europa entre “velha e nova europa”<sup>90</sup> e que representou o momento de maior crise na relação transatlântica (até à eleição de Donald Trump).

A dúvida sobre a legitimidade da invasão do Iraque manteve-se sendo a grande questão a incapacidade que os EUA tinham e mantiveram de estabelecer uma relação objetiva entre o 11 de setembro e Saddam Hussein, mas também entre o regime iraquiano e as supostas armas de destruição massiva<sup>91</sup>.

---

<sup>89</sup> BUSH, GEORGE W., *Public Papers of the Presidents of the United States: George W. Bush (2002, Book I*, pp. 129 – 135.

<sup>90</sup> SMITH, Mike, «The USA and the EU», p. 230.

<sup>91</sup> KENNEDY-PIPE, Caroline «American Foreign policy after 9/11», p. 386.

Ainda que os EUA tenham conseguido uma inicial vitória com a queda do regime de Saddam, a situação, à imagem do que aconteceu no Afeganistão, tornou-se fundamentalmente instável dada a impreparação ou inexistência de um plano dos EUA para conseguirem de forma adequada saírem dos dois países, mantendo os seus objetivos salvaguardados. O vazio de poder deixado após a queda de Saddam mergulhou o país no caos com as tropas norte-americanas a serem um alvo a abater o que não permitia uma redução do pessoal militar na zona (pelo contrário levou ao seu aumento). A reconstrução do Afeganistão e de um novo governo que conseguisse estabilizar o Iraque mostraram-se desafios longos e complicados que os EUA não conseguiram resolver de forma eficiente. Apesar da apresentação de um plano denominado “*Strategic Framework Agreement*” por parte da administração Bush que estabelecia uma normalizada relação política, económica e securitária com o novo governo iraquiano e previa uma retirada progressiva de tropas da região, a necessidade de presença militar no Afeganistão e no Iraque manteve-se, sendo que o processo se arrastou até 2021<sup>92</sup>.

Para além de exporem a vulnerabilidade dos EUA, os atentados do 11 de Setembro marcam de forma indelével a unipolaridade norte-americana. O que derivou da resposta ao ataque às Torres Gémeas demonstra a forma errática como a sua política externa do pós-Guerra fria foi evoluindo, com a incapacidade de os EUA seguirem o caminho moderado anteriormente delineado pelas anteriores administrações ao embarcarem num ímpeto imperialista baseado na imposição da mudança de regimes através da sua força militar. Representa ainda a incapacidade dos EUA em aproveitar a sua oportunidade única para redefinir a Ordem Internacional baseada numa paz democrática, dada a alteração radical da sua política externa. Para além disso, as tensões e crises causadas no ceio da comunidade transatlântica que abrem uma crise na comunidade ocidental e no modelo multilateral vigente, aliadas ao desgaste resultante das guerras que os EUA iniciaram, mas, durante a administração Bush, não conseguem encerrar, levou a uma “crescente erosão da ordem internacional” e da sua supremacia na arquitetura do Sistema Internacional<sup>93</sup>.

### 1.2.2 O declínio norte americano e o pivot asiático

---

<sup>92</sup> GREGG II, Gary L., *George W. Bush: Foreign Affairs* [Em linha]. University of Virginia: Miller Center. [Consult. 24 mar. 2022]. Disponível em <https://millercenter.org/president/gwbush/foreign-affairs>.

<sup>93</sup> GASPAR, Carlos, *O Pós-Guerra Fria*, pp. 424 - 425.

Ainda com os EUA a tentarem encontrar uma forma de gerir a sua saída do Afeganistão e Iraque, a administração norte-americana muda novamente do Partido Republicano para o Partido Democrata com a eleição de Barack Obama em 2009. O 44º Presidente dos EUA é eleito num período que combina um conjunto de novos elementos que leva a uma nova visão para a política externa norte-americana. A crise financeira de 2008, o desgaste do poder norte-americano com as guerras no Iraque e no Afeganistão, o declínio relativo dos EUA no Sistema Internacional, a deslocação dos centros de poder para a região da Ásia associada à emergência de um conjunto de potências regionais com um crescimento económico e demográfico exponencial (com especial relevo para a consolidação do papel da China enquanto potência revisionista e cuja economia ameaçava ultrapassar a economia dos EUA)<sup>94</sup>, obrigaram a uma mudança estratégica no rumo da política da principal potência a nível global.

Nesse sentido surgem duas alterações bastantes relevantes na política externa norte-americana: a constatação de um declínio relativo do poder norte-americano que levará a um certo retraimento estratégico aliado a uma mudança da grande prioridade estratégica norte-americana que passa a ser a zona da Ásia-Pacífico<sup>95</sup>. A administração Obama representa um novo marco na política dos EUA, que confirma o início de uma ideia de retraimento estratégico da principal potência, sendo que a sua política externa passa a estar subordinada às prioridades da sua política interna<sup>96</sup>.

Neste contexto é importante salientar que o continente asiático destacava-se cada vez mais no paradigma internacional albergando não só as grandes potências que a curto prazo poderiam representar uma ameaça à liderança norte-americana, mas também um conjunto de outros Estados em manifesto e exponencial crescimento. Não só o continente asiático era palco das duas grandes potências revisionistas (por um lado a Rússia que mantinha uma proeminência militar e sobretudo nuclear e por outro o crescimento exponencial da economia chinesa, do seu raio de ação e da sua modernização militar), como continha também um conjunto de nações que se encontravam em rápido crescimento em vários sectores e que faziam da zona da Ásia e do Pacífico a região do globo em que o crescimento económico e demográfico seria mais significativo<sup>97</sup>.

---

<sup>94</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago, «Estados Unidos e os Açores: A Base das Lajes e o Retraimento Estratégico». In *Relações Internacionais*, n.º 51, 2016, p.58

<sup>95</sup> *Ibidem*.

<sup>96</sup> GASPAR, Carlos *O Regresso da Anarquia*, Óbidos: Alêtheia Editores, 2019, pp. 176-177.

<sup>97</sup> CASA BRANCA: OFFICE OF THE PRESS SECRETARY, *FACT SHEET: Advancing the Rebalance to Asia and the Pacific* [Em linha]. 16 nov. 2015. [Consult. 22 abr. 2022]. Disponível em

Nesse sentido, surge uma alteração das prioridades regionais dos EUA que deixam de se concentrar no Médio Oriente (embora mantenham a sua presença na região) e identificam a zona da Ásia-Pacífico com a sua principal prioridade estratégica. Embora a reorientação estratégica da política externa norte-americana para o continente asiático tenha precedido a eleição de Barack Obama<sup>98</sup> foi durante a sua administração que essa ideia foi explicitamente assumida e declarada, não só num conjunto de documentos oficiais da Casa Branca (Estratégia de Segurança Nacional e Guia Estratégico de defesa), mas também através de várias declarações de membros da administração. Em outubro de 2011 surge uma das principais manifestações públicas desta alteração com um artigo de Hillary Clinton intitulado “*America’s Pacific Century*”<sup>99</sup>. A secretária de estado dos EUA afirma que o futuro da política internacional seria decidido na Ásia, marcando de forma explícita o que foi a redefinição da política externa que passava a centrar-se na zona da Ásia-Pacífico.

Nesta redefinição que ficou conhecida como “*pivot asiático*”, Clinton identifica a região da Ásia e do Pacífico como o centro da política internacional cobrindo uma vasta área que se estende desde o subcontinente indiano até à margem ocidental dos EUA englobando os oceanos Pacífico e Índico e reconhecendo que a zona engloba quase metade da população mundial, muitos dos motores da economia global, alguns importantes aliados norte-americanos e grandes potências emergentes com destaque para a Índia e a China. Reconhecendo o desgaste da Guerra do Iraque e Afeganistão aliada à pressão interna para “regressar a casa”<sup>100</sup>. Clinton afirma que o envolvimento da liderança norte-americana na Ásia é fundamental, comparando os investimentos a serem feitos pela administração Obama na zona, aos investimentos no pós-Segunda Guerra Mundial na Europa e que levou à criação de uma consolidada relação transatlântica<sup>101</sup>.

Relativamente a este pivot asiático o presidente Barack Obama num discurso perante o parlamento australiano em 2011 identificou a zona da Ásia e Pacífico como o local com o crescimento económico e demográfico mais acentuado, sendo fulcral para a

---

<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2015/11/16/fact-sheet-advancing-rebalance-asia-and-pacific>.

<sup>98</sup> Para uma discussão mais alargada sobre este assunto ver SILOVE, Nina, «The Pivot before the Pivot: U.S. Strategy to Preserve the Power Balance in Asia». In *International Security*, Vol. 40, N.º 4, 2016, pp. 45–88.

<sup>99</sup> CLINTON, Hillary, «America’s Pacific Century», *Foreign Policy*. [Em linha]. 11 out. 2011. [Consult. 28 abr. 2022]. Disponível em <https://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/>.

<sup>100</sup> *Ibidem*.

<sup>101</sup> *Ibidem*.

prosseção dos interesses norte-americanos e determinante para o seu futuro. O presidente dos EUA assumiu a decisão estratégica de consolidar o papel que os EUA desempenham na região e no seu futuro reforçando as suas alianças e assumindo a decisão de tornar a região a grande prioridade da sua política externa<sup>102</sup>. Esta linha de pensamento manteve-se ao longo da sua governação, sendo que em 2015 o termo pivot é oficialmente substituído por “*rebalancing*”, num comunicado que reforça a ideia da importância do continente asiático a nível económico, político e demográfico deixando um comprometimento com a região<sup>103</sup>.

Do mesmo modo o Guia Estratégico de Defesa, documento intitulado “*Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense*”<sup>104</sup> e lançado em janeiro de 2012, considera que os interesses económicos e de segurança norte-americanos estão intimamente ligados aos desenvolvimentos no arco que se estende do Pacífico Ocidental e da Ásia Oriental à região do oceano Índico e da Ásia do Sul. A estratégia a implementar com vista à manutenção e consolidação do estatuto de liderança global norte-americano passava por uma redefinição estratégica, tendo por base um “*rebalance*” das suas prioridades regionais para a zona do Indo-Pacífico, que permitisse renovar a liderança norte-americana no século XXI e que passava necessariamente por um reforço militar na zona, um reforço das alianças securitárias na aérea (com especial destaque para a Índia e a procura por uma aliança estratégica de longo prazo), a expansão da rede de cooperação regional por forma a garantir a prosseção de interesses comuns e de segurança e um reforço das relações bilaterais com a China cujo crescimento é identificado como tendo o potencial de afetar a economia e a segurança norte-americana<sup>105</sup>.

Ainda neste contexto, a Estratégia de Segurança Nacional de 2015<sup>106</sup> para além de assumir de forma bastante assertiva a alteração da prioridade estratégica e do foco de atenção norte-americano para a zona da Ásia-Pacífico (tendo um capítulo próprio para o tratar “*Advance Our Rebalance to Asia and the Pacific*”<sup>107</sup>) traz uma dupla interpretação

---

<sup>102</sup> OBAMA, Barack, *Remarks By President Obama to the Australian Parliament*.

<sup>103</sup> CASA BRANCA: OFFICE OF THE PRESS SECRETARY, FACT SHEET: *Advancing the Rebalance to Asia and the Pacific*.

<sup>104</sup> U.S DEPARTMENT OF DEFENSE, *Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense* [Em linha]. Jan. 2012. [Consult. 18 abr. 2022]. Disponível em [https://www.globalsecurity.org/military/library/policy/dod/defense\\_guidance-201201.pdf](https://www.globalsecurity.org/military/library/policy/dod/defense_guidance-201201.pdf).

<sup>105</sup> *Ibidem*, p.2

<sup>106</sup> OBAMA, Barack, *National Security Strategy* [Em linha]. Casa Branca. Fev. 2015. [Consult. 29 mar. 2022]. Disponível em [https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015\\_national\\_security\\_strategy\\_2.pdf](https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy_2.pdf).

<sup>107</sup> *Ibidem*, p. 24.

relativamente ao papel da China e da relação bilateral que os EUA procuram para a nação com crescimento mais demarcado na região. A China é identificada simultaneamente como uma nação cujo crescimento e prosperidade são bem recebidos e com a qual se procura uma “relação construtiva”, baseada na cooperação em vários sectores regionais e globais rejeitando a ideia de confronto, mas também deixando claro a existência de uma dimensão competitiva que os EUA irão gerir através da sua posição de líder impondo o respeito pelo cumprimento de normas internacionais e monitorizando o seu crescimento militar e expansão na zona Asiática<sup>108</sup>.

Esta política híbrida aparentemente com dois sentidos que combina a contenção militar e territorial da China com a colaboração económica chegou a ser apelidada de “*conngement*”<sup>109</sup> e baseia-se num investimento na diplomacia bilateral EUA – China, bem como num reforço das alianças norte-americanas na região com aliados que também pretendem a contenção da expansão chinesa e num reforço da presença militar na zona do Indo-Pacífico. A administração Obama não pretendia confrontar a China nem as suas fronteiras, mas sim reafirmar e reforçar a cooperação entre ambos estabelecendo uma significativa presença na região Asiática, não só para controlar o seu comportamento/crescimento dentro dos parâmetros dos seus interesses, mas também para mostrar aos seus aliados na região que não necessitam de se subjugarem a uma potencial hegemonia chinesa<sup>110</sup>.

Esta mudança da prioridade estratégica dos EUA encontra-se inserida numa alteração do principal palco económico que passa da zona euro-atlântica para um novo complexo regional de potências emergentes na Ásia-Pacífico. Esta ascensão acima de tudo económica e demográfica de novas potências torna-se ainda mais significativa tendo em conta que três principais potências emergentes a nível global (China, Índia, Rússia) se situam naquela região, onde se encontram também quatro estados nucleares e tudo isto é acompanhado de um declínio relativo do poder norte-americano. Este declínio norte-americano assenta numa perda de poder relativo dos EUA, dado que não estão a perder poder em termos absolutos, ou seja, os EUA continuam a ser a maior economia do mundo

---

<sup>108</sup> *Ibidem*.

<sup>109</sup> LOGAN, Justin, «China, America, and the Pivot to Asia», *Cato Institute Policy Analysis n.º 717* [Em linha]. 8 jan. 2013. [Consult. 03 mai. 2022]. Disponível em: <https://www.cato.org/policy-analysis/china-america-pivot-asia>, p.5.

<sup>110</sup> LIEBERTHAL, Kenneth G., «The American Pivot to Asia» *Brookings Institution* [Em linha]. 21 dez. 2011. [Consult. 28 mar. 2022]. Disponível em <https://www.brookings.edu/articles/the-american-pivot-to-asia/>.

e a manter a sua primazia militar, no entanto existem outras nações que estão a crescer mais do que os norte-americanos, das quais se destaca a China, recuando a sua posição em termos comparados<sup>111</sup>. Este facto é alicerçado por um vasto conjunto de previsões económicas que indicam que num futuro próximo a China tornar-se-á a principal potência em termos económicos<sup>112</sup>.

Este declínio assenta fundamentalmente numa dimensão económica, tendo por base o Gross Domestic Product (GDP)<sup>113</sup>, a produção industrial, a dívida externa norte-americana e o custo de direitos sociais<sup>114</sup>. Em 1995, no auge da unipolaridade norte-americana, o GDP da China seria de seis por cento, sendo que em 2014 esse valor teria subido para os quinze por cento. Em 2010 a China já tinha ultrapassado os EUA em termos de produção industrial<sup>115</sup>. Embora os EUA continuem a ser maior economia do mundo, a China apresenta-se como um desafio a curto prazo em termos económicos, sendo a grande dúvida quando é que a China ultrapassará os EUA. Para além disso, este crescimento económico chinês é acompanhado de uma modernização militar, bem como de uma tentativa de controlo/hegemonia regional<sup>116</sup>.

Torna-se importante referir que como resultado da grande crise financeira de 2008 a administração Obama injetou um conjunto de estímulos económicos, tendo como grande bandeira o seu programa *Obamacare*, que chegaram a cerca de quarenta por cento do orçamento federal e que levou a um reajuste dos gastos norte-americanos no exterior implicando reduções no orçamento de defesa<sup>117</sup>. Para além disso, em 2016, a dívida pública norte-americana rondava cerca de oitenta por cento do PIB, sendo a grande maioria (cerca de sessenta por cento) devida à China<sup>118</sup>.

---

<sup>111</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago, «Estados Unidos e os Açores: A Base das Lajes e o Retraimento Estratégico», p. 59.

<sup>112</sup> LAYNE, Christopher, «This Time It's Real: The End of Unipolarity and the Pax Americana». In *International Studies Quarterly*, vol. 56, n.º 1, 2012, pp. 203-213, p. 206.

<sup>113</sup> Para a importância do GDP na comparação entre poder económico dos estados ver MACDONALD, Paul K.; PARENTE, Joseph M., «Graceful Decline? The Surprising Success of Great Power Retrenchment». In *International Security*, vol. 35, n.º 4, 2011, pp. 7-44, p. 24.

<sup>114</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago, «Estados Unidos e os Açores: A Base das Lajes e o Retraimento Estratégico», p. 59.

<sup>115</sup> LAYNE, Christopher, «This Time It's Real: The End of Unipolarity and the Pax Americana», p.205; MOREIRA DE SÁ, Tiago, «Estados Unidos e os Açores: A Base das Lajes e o Retraimento Estratégico», p. 59.

<sup>116</sup> LAYNE, Christopher, «This Time It's Real: The End of Unipolarity and the Pax Americana», p. 206.

<sup>117</sup> WOZNIAK, Michal, «The Obama Doctrine - U.S. Strategic Retrenchment and its Consequences». In *Securitologia*, Vol. 22, 2016, pp. 57 – 67. DOI: 10.5604/18984509.1203725, p.62.

<sup>118</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago, «Estados Unidos e os Açores: A Base das Lajes e o Retraimento Estratégico», p. 59.

Este declínio económico implica duas consequências: primeiro, enquanto os EUA investem menos na sua defesa, outras nações emergentes conseguiram encurtar a distância entre a sua posição relativa no Sistema Internacional e a potência dominante e, segundo, a capacidade de os EUA assumirem o papel de estabilizadores regionais tenderá a chegar ao fim<sup>119</sup>.

Apesar de fundamentalmente económico este declínio reflete-se também em algumas dimensões de *soft power*. A crise financeira, o desgaste das guerras no Médio Oriente e o exponencial crescimento de uma China cada vez mais inserida numa economia global levaram alguns estados a aliarem-se em termos económicos com a China criando, pela primeira vez desde o fim da Guerra Fria, um modelo alternativo ao modelo norte-americano. O admirável crescimento que a China conseguiu operar sem aderir ou partilhar os típicos valores Ocidentais (leia-se o confronto entre democracias liberais e estados autocratas sem rejeitarem uma economia de mercado), é algo que representa não só um desafio ao estatuto de supremacia dos EUA, mas acima de tudo uma alternativa ao modelo vigente e implementado pela superpotência que se arrisca a perder algum poder de influência em várias regiões do globo<sup>120</sup>. Neste quadro, não surge como surpreendente a constatação de que o próprio estado chinês tenha feito algum investimento diplomático e económico para se integrar no sistema internacional como um estado diplomático, pacífico e com capacidade de liderança, enfraquecendo cada vez mais a influência norte-americana especialmente na zona da Ásia-Pacífico<sup>121</sup>. A incapacidade que os EUA tiveram em “justificar” a invasão do Iraque e as suas principais escolhas durante a administração Bush criaram um impacto negativo relativamente à unipolaridade norte-americana (que perde a sua imagem benigna e passa a ser associada a ímpeto imperialista), criando a nível global dois sentimentos prejudiciais ao estatuto dos EUA enquanto nação unipolar: Primeiro a ideia de que os EUA agem apenas de acordo com os seus interesses desprezando as instituições multilaterais quando as mesmas não lhes convêm e, segundo, apesar da excecionalidade e do seu poderio militar, as suas capacidades podem não ser tão eficazes quanto aparentam, dada a sua incapacidade em

---

<sup>119</sup> LAYNE, Christopher, «This Time It's Real: The End of Unipolarity and the Pax Americana», p. 210.

<sup>120</sup> WALFORD, Guy, «What are the Main Factors Limiting the Power of the United States in World Politics?», *E-International Relations*. [Em linha]. 24 mai. 2013 [Consult. 26 mai. 2022]. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2013/05/24/what-are-the-main-factors-limiting-the-power-of-the-united-states-in-world-politics/>. pp.1-2.

<sup>121</sup> *Ibidem*, p.2.

resolver de forma assertiva e definitiva os diversos problemas que foram surgindo com a queda dos regimes no Afeganistão e no Iraque<sup>122</sup>.

Olhando para as intervenções norte-americanas no exterior verificamos que os EUA vão seguir uma política económica que tem como objetivo a redução dos gastos em defesa. Em termos práticos a administração Obama, ainda no seu primeiro mandato, retira tropas do Iraque, inicia a saída do Afeganistão, sendo esta retirada um dos tópicos centrais da sua gestão em termos de política externa, e vai reduzir as capacidades dos EUA no exterior que “deixam de ter os meios indispensáveis para fazer a guerra em duas frentes”<sup>123</sup>. Para além disso, a administração Obama opta por não intervir na questão da Síria, ainda que o presidente Barack Obama tenha delineado uma linha vermelha relativamente ao uso de armas químicas em civis, sendo que quando o regime sírio recorreu a esse tipo de armamento os EUA abstiveram-se de tomar iniciativa, dado que representaria uma negação do caminho definido em termos de política externa e lembraria ao mundo e à população norte-americana o desastre das intervenções no Iraque e no Afeganistão<sup>124</sup>. Este facto representa a forma como política de intervenção no exterior se alterou, tendo em conta as políticas definidas no pós-Guerra Fria e veio abrir espaço para uma intervenção por parte da Rússia que permitiu a consolidação da sua presença na zona do Médio Oriente.

A problemática acima descrita, leia-se o declínio norte-americano expresso na necessidade de recuperação da sua economia e de um retraimento estratégico, encontra-se refletida na *National Security Strategy* de 2010<sup>125</sup> e no Guia Estratégico de Defesa, sendo que ambos assumem como grande prioridade a recuperação económica e a retirada do Iraque e Afeganistão. Os documentos reconhecem a alteração de circunstâncias na arquitetura internacional e definem que é necessário a procura por um crescimento económico e redução do défice, num claro apelo para uma concentração em questões internas<sup>126</sup> bem como na recuperação económica e equilíbrio fiscal. Mais ainda, a *National Security Strategy* deixa claro que os EUA não podem sozinhos continuar a estender o seu poder e resolver os problemas mundiais, sendo necessário um reforço das

---

<sup>122</sup> *Ibidem*.

<sup>123</sup> GASPAR, Carlos *O Regresso da Anarquia*, p.177.

<sup>124</sup> WOZNIAK, Michal, «The Obama Doctrine - U.S. Strategic Retrenchment and its Consequences». p.63.

<sup>125</sup> OBAMA, Barack, *National Security Strategy* [Em linha]. Casa Branca. mai. 2010. [Consult. 29 fev. 2022]. Disponível em:

[https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/rss\\_viewer/national\\_security\\_strategy.pdf](https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf).

<sup>126</sup> OBAMA, Barack, *National Security Strategy*, prefácio.

suas alianças e um novo papel dos seus aliados<sup>127</sup>. Importa referir que ambos os documentos sublinham a importância da retirada do Iraque e Afeganistão, a necessidade de uma política externa mais conservadora e o facto de a zona da Ásia-Pacífico ser fundamental e, como tal, uma exceção ao retraimento norte-americano.

O Guia Estratégico de Defesa refere mesmo que sempre que possível deverão ser encontradas abordagens inovadoras “*low-cost*” que permitam alcançar os objetivos securitários.<sup>128</sup> Tendo por base os dois documentos enunciados, fica claro que os EUA não se irão envolver em novas guerras por procuração e irão redefinir a sua presença militar no mundo com vista a uma redução de custos<sup>129</sup>. Nesse sentido, o grande cerne da política externa norte-americana para a ser o equilíbrio entre a manutenção do estatuto dos EUA e conseqüente extensão dos seus compromissos internacionais perante o seu declínio relativo.

As opções seguidas por Obama apresentam traços de um retraimento estratégico, dado que a sua resposta a um declínio relativo do poder norte-americano passou por um decréscimo dos custos com a política externa e, em particular, no orçamento de defesa, para uma concentração em comprometimentos centrais, tendo por objetivo a diminuição dos gastos da nação norte-americana sem pôr em causa os seus interesses estratégicos vitais. Para o fazer foi necessário perceber quais os comprometimentos internacionais onde os EUA poderiam reduzir a sua influência e atribuir mais responsabilidade aos seus aliados enquanto estabilizadores regionais e onde a intervenção norte-americana seria efetivamente necessária<sup>130</sup>.

### ***1.3. A transição para uma nova balança de poder***

A liderança inicial dos EUA no mundo pós-Guerra Fria, marcada pela Guerra do Golfo, passou por um envolvimento dos EUA com instituições multilaterais procurando uma certa legitimação das suas ações, mas acima de tudo um consenso internacional que levasse um conjunto alargado de outros Estados a considerar as ações dos EUA como benignas e a superpotência como único agente capaz de servir como garante da estabilidade internacional. Este período fica marcado pela “nova era” de George H. W.

---

<sup>127</sup> *Ibidem*, prefácio.

<sup>128</sup> U.S DEPARTMENT OF DEFENSE, *Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense*, p.3.

<sup>129</sup> WOZNIAK, Michal, «The Obama Doctrine - U.S. Strategic Retrenchment and its Consequences». p.62.

<sup>130</sup> *Ibidem*, p.58.

Bush para quem o período do pós-Guerra fria seria uma oportunidade única para os EUA redefinirem a Ordem Internacional de acordo com os seus valores e interesses, e na qual o respeito pelo Estado de Direito, a procura por uma estrutura internacional estável que levasse à paz e um conceito de segurança coletiva seriam fundamentais. Esta abordagem (como as outras que se seguiram) passava ainda pela conciliação entre uma política externa capaz de assumir a responsabilidade que se impunha à superpotência e a aceitação interna. Nesse sentido, é proposto um intervencionismo casuístico baseado numa relação entre benefícios e custos de intervenções no exterior, tendo por base a manutenção e consolidação da supremacia norte-americana. Esta linha de pensamento é mantida pela administração Clinton, que, no entanto, priorizou a expansão dos valores democráticos e de uma economia de mercado global como forma de consolidar a supremacia norte-americana. O desenvolvimento e crescimento de um quadro democrático e alargamento de uma economia de mercado por forma a consolidar a primazia norte-americana levou a um desafio complexo com a integração de algumas ex-repúblicas soviéticas e alargamento destes conceitos à Rússia. Face a um conflito na Europa e perante uma violação dos direitos humanos, com a perseguição da minoria albanesa no Kosovo e sem aprovação no Conselho de Segurança das Nações Unidas, os EUA decidiram intervir liderando forças da NATO. Ainda que não tenha existido uma unanimidade internacional nos ataques, sendo a primeira vez que a NATO recorreu ao uso de força militar sem aprovação do Conselho de Segurança da ONU, os EUA decidiram que os ataques aos direitos humanos que se verificavam na região justificavam uma resposta assertiva o suficiente para pôr fim à situação, ainda que a comunidade internacional não fosse unânime em relação ao ataque. Nesse sentido os EUA seriam a nação indispensável, cuja supremacia em termos económicos e militares seria demasiado importante e vital para a segurança mundial para estar dependente de consensos internacionais.

O momento marcante da unipolaridade norte-americana dá-se com o 11 de setembro de 2001, com os ataques às Torres Gémeas. Embora a resposta inicial de atacar o regime Talibã e as instalações da Al-Qaeda no Afeganistão tenha reunido consenso internacional, a expansão dos objetivos norte-americanos no Médio Oriente, nomeadamente com a Guerra no Iraque e a sua ideia de guerra preventiva, levou a uma nova estratégia na primazia dos EUA e a uma quebra nas suas alianças, dividindo a comunidade ocidental com especial ênfase para a crise diplomática na Europa. A prioridade da superpotência unipolar deixou de ser o alargamento dos valores Ocidentais

e expansão da economia de mercado para ser a destruição das redes terroristas e dos regimes que as apoiam. Esta nova estratégia implicou a intervenção militar e o uso da força norte-americana para a mudança de regime em estados autocráticos considerados como perigosos para a sua segurança (e paz mundial) baseando a sua resposta em ações militares e no conceito de guerra preventiva. A concentração de esforços militares que representaram as guerras no Iraque e Afeganistão que a administração George W. Bush não conseguiu encerrar, bem como a crise aberta na comunidade ocidental, representou a perda da oportunidade que os EUA assumiram no pós-Guerra Fria para redefinir e moldar a ordem internacional de acordo com os seus valores, mas também criou a oportunidade para a emergência de outras potências revisionistas, nomeadamente a Rússia e a China.

Com efeito, não só o crescimento da China, mas também de um outro conjunto de estados começava a destacar-se no panorama internacional. Face ao desgaste das guerras no Médio Oriente e ao crescimento das economias asiáticas no palco internacional a administração Obama definiu como prioridade a zona da Ásia-Pacífico, numa mudança de estratégia que ficou conhecida como “pivot asiático”, concentrando um conjunto de competências diplomáticas, económicas e militares na região da Ásia-Pacífico. Relevante neste processo é a relação com a China (que ameaça ultrapassar os EUA em termos económicos e criar uma hegemonia regional), sendo que os norte-americanos aplicaram uma política de *engagement* em termos económicos inserida num contexto de competição e reforço de presença militar na região, por forma a tentar controlar o crescimento chinês e consolidar a supremacia global norte-americana, em especial, nessa região.

No que à Europa concerne, embora a aliança se tenha mantido (ressalve-se a clivagem existente na invasão do Iraque e à política neoconservadora da administração Bush) existiu uma clara perda de importância relativa do continente europeu, que passou de grande prioridade estratégica no fim da Guerra Fria para um plano secundário dado o foco da administração Bush na região do Médio Oriente e da administração Obama na região da Ásia-Pacífico.

Seja pela nova era de George H. W. Bush, a nação indispensável (ou paz democrática) da administração Clinton, a guerra ao terror de George W. Bush ou o pivot asiático da administração Obama a política externa norte-americana do pós-Guerra Fria passou fundamentalmente pela tentativa de manter e consolidar a supremacia dos EUA num mundo unipolar, adaptando-se a diversos estímulos exteriores e a diversas evoluções que foram surgindo, tentando conciliar as suas opções de política externa com aprovação

interna. Ainda que tenham diferido na forma de o fazer o objetivo da grande estratégia unipolar norte-americana passou precisamente pela manutenção e consolidação do seu estatuto de superpotência. As diferentes prioridades que cada uma das administrações foi determinando ao longo da sua vigência acabou por criar a ideia de uma evolução errática na política externa norte-americana no pós-Guerra Fria e a uma expansão dos seus interesses e objetivos (com especial relevo para a utilização da força militar) que para além de levar a um desgaste interno e externo, criou a oportunidade para a emergência de potências revisionistas. Estes fatores associados ao crescimento de outras potências (com especial enfoque na China que foi encurtando cada vez mais a distância existente entre economias) e a alteração para um novo centro de política internacional no continente asiático levou a uma perda de preponderância norte-americana se compararmos os dados no imediato pós-Guerra fria até à eleição de Donald Trump.

Todo este percurso dos EUA marcado pela unipolaridade assentou num ideal liberal e internacionalista segundo o qual a interdependência entre os estados e uma cada vez maior integração por força da globalização tornaria obsoleta a “competição estratégica entre Estados” numa lógica em que “a racionalidade dos interesses” poderia imperar sobre a guerra e a lógica democrática poderia superar a procura incessante de poder, em especial por potências revisionistas<sup>131</sup>. Contudo a *hubris* e o racional adjacente à política de poder leva as potências a temer uma hegemonia norte-americana que não desistem de impor a sua posição num sistema internacional em que a “preponderância do internacionalismo democrático” contrapõe o renascer no “nacionalismo autoritário” levando a uma polarização entre os defensores da ordem liberal e os regimes autocratas<sup>132</sup>.

O pós-Guerra fria, marcado pelo momento unipolar norte-americano, suspende a competição estratégica entre grandes potências, dado que a sua supremacia global não pode ser desafiada, tornando a Rússia e a China potências regionais. O sistema internacional evolui de um sistema bipolar para uma Ordem liberal unipolar em que a supremacia da única superpotência representa uma estratégia de integração multilateral global e “homogeneização política”, da qual Rússia e a China fazem parte, embora resistam a uma democratização e alteração dos seus regimes políticos<sup>133</sup>.

---

<sup>131</sup> GASPAR, Carlos *O Regresso da Anarquia*, p.175.

<sup>132</sup> *Ibidem*.

<sup>133</sup> *Ibidem*, p.227

No entanto, e tendo por base o enquadramento acima apresentado, o sistema internacional foi-se alterando, tornando-se instável e atualmente numa fase de transição. Embora a eleição de Donald Trump em 2016 marque um importante marco, a mudança havia começado antes, não só com a incapacidade norte-americana de lidar com a questão do Iraque e Afeganistão, mas também com um revisionismo russo marcado pelo uso da força na Geórgia em 2008 e na Ucrânia em 2014 num claro desafio à primazia global norte-americana e com a ascensão da China enquanto competidor económico dos EUA<sup>134</sup>.

O retraimento estratégico e mudança das prioridades regionais norte-americanas representam no fundo a aplicação prática de um conceito teórico do reconhecimento do declínio relativo dos EUA que, embora continuem a ser a maior economia do mundo e mantenham uma certa proeminência militar, vêem outras nações encurtarem a distância para si e chegarem mesma a ameaçar a sua liderança global.

Enquanto os EUA se encontravam ocupados em resolver as problemáticas no Iraque e Afeganistão, tentavam encontrar uma resposta efetiva para a crise financeira de 2008 e eram confrontados com uma extraordinária ascensão económica chinesa, as intervenções russas na Síria e na Ucrânia refletem a postura do Kremlin empenhado em reavivar os princípios da multipolaridade. Reflexo disso foi precisamente a política externa assinada pelo presidente Putin em 2016 que tornou clara a necessidade de o país proteger a sua diversidade cultural no contexto de novos desafios internacionais e tentativas dos EUA impor o seu domínio global, postulando o direito da Rússia a defender-se<sup>135</sup>.

A estratégia revisionista russa começa a ser posta em prática em 2008 com a sua intervenção na Geórgia e representa um claro desafio às regras do pós-Guerra Fria, pondo em causa o princípio da soberania dos Estados e minando a hegemonia norte-americana do uso da força. Seguidamente terá um dos seus pontos mais marcantes com a anexação da Crimeia, marcando um novo ciclo caracterizado pela instabilidade às portas da europa e uma clivagem definitiva com a ordem do pós-guerra fria. Desde aí a Rússia tem seguido uma política externa que visa estabelecer uma nova balança de poder<sup>136</sup>. Com efeito, a

---

<sup>134</sup> TSYGANKOV, P. Andrei, «The Revisionist Moment: Russia, Trump, and Global Transition, Problems of Post-Communism». *Problems of Post-Communism*, vol. 68, n.º 6, 2020, pp 457-467, DOI: 10.1080/10758216.2020.1788397, p. 459.

<sup>135</sup> *Ibidem*, p.457.

<sup>136</sup> TSYGANKOV, P. Andrei, «The Revisionist Moment: Russia, Trump, and Global Transition, Problems of Post-Communism». p.458.

estratégia russa assenta na divisão do sistema internacional separando a unipolaridade norte-americana e hegemonia da ordem ocidental liberal de um mundo multipolar.

Simultaneamente a esta estratégia russa junta-se o crescimento da economia chinesa que ameaça a primazia económica dos EUA. Nesse sentido, podemos nomear como exemplo a Nova Rota da Seda da China “*One Belt One Road*”, que surge como um dos grandes desígnios que visa estabelecer uma estrutura alternativa à Ordem Ocidental liberal aproveitando o declínio relativo dos EUA e do Ocidente<sup>137</sup>.

Ainda que os EUA mantenham alguma supremacia nos principais índices de capacidades de poder (económico, militar e tecnológico) a combinação de poder entre China e Rússia ameaça contrabalançar essa primazia, ainda para mais se tivermos em conta a sua política cada vez mais revisionista. Nesse sentido, a unipolaridade do pós-guerra fria dá lugar a uma nova estrutura de transição na qual os EUA continuam a ser a principal potência internacional e as duas potências seguintes assumem uma agenda revisionista e, acima de tudo, um modelo político autocrático que permite a criação de um sentimento comum de resistência aos ímpetus de democratização ocidental<sup>138</sup>.

Importa considerar que os EUA não estão numa decadência exacerbada. Como já referido, a sua perda de poder é relativa e não absoluta, sendo que a China ainda no dia de hoje, não ultrapassou os EUA em termos económicos<sup>139</sup>, apesar de a grande maioria das previsões e estimativas continuar a indicar que o fará num futuro próximo e que a distância existente é cada vez menor. Ainda assim, a modernização militar da China ainda não é capaz de competir com os EUA que manter-se-ão como uma grande potência económica. A economia de mercado e o facto de as duas economias estarem tão interligadas deixa antever que um confronto direto entre os dois não trará grande vantagens para ambas as partes<sup>140</sup>. No entanto, esta nova balança de poder onde uma potência revisionista como a Rússia ameaça o *status quo* através do uso da força militar, e uma China em ascensão económica que ameaça tornar-se a principal economia mundial, marca um novo Sistema Internacional que se encontra numa clara transição.

---

<sup>137</sup> GASPAR, Carlos *O Regresso da Anarquia*, pp.205-206.

<sup>138</sup> *Ibidem*, p.237.

<sup>139</sup> Tendo por base o GDP.

<sup>140</sup> MACDONALD, Paul K.; PARENTE, Joseph M., « Graceful Decline? The Surprising Success of Great Power Retrenchment », p.42.

## *Capítulo II – Contextualização*

### *2.1 Os EUA e o projeto de integração europeu*

#### 2.1.1 O período da Guerra Fria

Para além do fim do imperialismo alemão o final da Segunda Grande Guerra representou uma alteração no paradigma internacional, onde as grandes potências europeias que outrora dominaram o mundo acabaram devastadas e perdidas num sistema internacional que mudou radicalmente. Os EUA e a URSS assumiram o controlo e protagonismo do sistema internacional, sendo que os equilíbrios europeus passaram a ser decididos pelas duas potências mundiais, que mantinham ambas uma forte presença militar no continente europeu<sup>141</sup>. Nesse sentido, o fim da Segunda Guerra Mundial resulta num “novo sistema internacional, em que a Europa deixa de ser o centro da política internacional para se tornar o centro da competição estratégica entre as duas superpotências”<sup>142</sup>.

Fulcral para esta alteração foi a definição da política externa dos EUA e da URSS no pós-guerra. Ainda que tenham terminado a guerra fazendo ambos parte da coligação vencedora, as decisões relativas ao futuro da Europa e à definição das suas esferas de influência, bem como a divisão ideológica entre as duas potências mundiais levaram a uma rutura entre duas ordens diferentes<sup>143</sup>. Esta rutura levou à criação de um clima de Guerra Fria, com o mundo dividido ideologicamente (socialismo soviético de um lado e democracia liberal do outro)<sup>144</sup> e geograficamente (URSS a Este e EUA do lado Ocidental), com o continente europeu especialmente vulnerável entre as duas superpotências.

A Europa, com um vazio de poder no seu centro e com as principais potências a recuperar de uma guerra total, tornou-se o grande foco de atenção e principal prioridade para os dois rivais<sup>145</sup>. Se por um lado a URSS tentava expandir o seu império e a sua ideologia, os EUA redefiniram a sua política externa assente na criação de um sistema internacional liberal baseado no multilateralismo. Fundamental e central nesta disputa foi a gestão da Alemanha e a sua relação com os diferentes atores internacionais envolvidos,

---

<sup>141</sup> GASPAR, Carlos, *A Balança da Europa*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2017, p.42.

<sup>142</sup> *Ibidem*, p.41.

<sup>143</sup> GASPAR, Carlos, *O Regresso da Anarquia*, p.29.

<sup>144</sup> GASPAR, Carlos, *A Balança da Europa*, p.42.

<sup>145</sup> GASPAR, Carlos, *O Regresso da Anarquia*, p.31.

sendo a gestão do seu futuro o cerne da Guerra Fria e a resolução desse problema fulcral para a criação de um sistema estável na Europa que acabou por se aplicar a nível internacional<sup>146</sup>.

O desenvolvimento e definição da expansão soviética levaram os EUA a redefinirem a sua política para a Europa<sup>147</sup>, baseando a sua política externa na necessidade de uma Europa livre e onde os poderes centrais se mantivessem longe da esfera soviética, sob pena de um crescimento exponencial do império da URSS<sup>148</sup>.

Do ponto de vista europeu a grande prioridade das nações passou a ser a criação de uma unidade europeia. A contenção das ameaças externas e a procura por uma estabilidade e segurança que permitissem a resolução das crises internas, obrigavam os países europeus a construir uma aliança permanente com uma das superpotências<sup>149</sup>.

Nesse sentido, o perigo da expansão comunista e a necessidade de reconstruir a Europa resolvendo a questão do vazio de poder no continente, levaram à criação de uma aliança ocidental entre os estados europeus democráticos e os EUA que, perante a sua superioridade militar e económica, acabaram por definir as estratégias de reconstrução<sup>150</sup>. Nesse sentido, o sistema político europeu é substituído por um sistema atlântico<sup>151</sup>.

A necessidade do apoio dos norte-americanos para os europeus no final da Segunda Grande Guerra era cabal e assentava numa superioridade baseada essencialmente em quatro vetores: uma vasta superioridade económica; uma liderança militar substancial (com o monopólio nuclear); uma segura base doméstica para uma forte política externa e; uma expressiva força ideológica<sup>152</sup>. Para Franceses e Britânicos, os dois países europeus com alguma capacidade de decisão e membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o compromisso norte-americano era fundamental para a aliança ocidental que dependeria da disponibilidade para empregar os seus meios militares na defesa da Europa<sup>153</sup>.

---

<sup>146</sup> TRACHTENBERG, Marc, *A constructed peace : the making of the European settlement, 1945-1963*. Princeton: Princeton University Press, 1999, Prefácio.

<sup>147</sup> SMITH, Mike, «The USA and the EU». In COX, Michael; STOKES, Doug, *U.S. Foreign Policy*, Oxford, Oxford University Press, 2012, p. 221.

<sup>148</sup> HOLBORN, Hajo, *The political collapse of Europe*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, INC, 1951, p.192.

<sup>149</sup> GASPAR, Carlos, *A Balança da Europa*, p.42.

<sup>150</sup> *Ibidem*, p.43.

<sup>151</sup> HOLBORN, Hajo, *The political collapse of Europe*, p.192.

<sup>152</sup> LUNDESTAD, Geir, *The United States and Western Europe since 1945: From "Empire" by Invitation to Transatlantic Drift*. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 27.

<sup>153</sup> TRACHTENBERG, Marc, *A constructed peace: the making of the European settlement, 1945-1963*, p.85.

Tendo por base este enquadramento podemos enunciar os momentos que demonstram de forma inequívoca o papel fundamental do apoio dos EUA na criação de uma Europa unida e integrada assente na criação de uma comunidade atlântica. Essenciais para demonstrar o apoio dos norte-americanos ao projeto de integração europeu - a Doutrina TRUMAN, o Plano Marshall, a Aliança Atlântica, e a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) – representam quatro momentos que embora tenham surgido de forma improvisada, criaram uma sequência perfeita para o surgimento de uma instituição supranacional europeia<sup>154</sup>.

Em 1947 perante o congresso norte-americano, Harry Truman, Presidente dos EUA, proclamou um assertivo discurso prometendo ajuda a qualquer Estado que resistisse a ataques comunistas, sendo este um dos primeiros passos marcantes do apoio dos EUA para a promoção da estabilidade da Europa Ocidental face à ameaça soviética. Solicitando ajuda ao Congresso para a Grécia e Turquia, a retórica anticomunista de Truman teve um forte impacto na maioria da comunidade norte-americana e marcou o momento em que os EUA assumiram a obrigação de auxiliar qualquer estado que interna ou externamente se visse confrontado com a ameaça da proliferação comunista, com especial ênfase e promessa de auxílio para os países europeus<sup>155</sup>.

George Marshall, Secretário de Estado dos Estados Unidos, defendia que a grande prioridade na defesa dos interesses norte-americanos devia ser a Europa<sup>156</sup>. Como tal, apresentou perante o congresso o *European Recovery Program* que ficou conhecido como Plano Marshall. Este plano assumiu-se como uma ajuda económica sem precedentes e um instrumento privilegiado para restaurar a estabilidade democrática e reconstruir a Europa<sup>157</sup>. O Plano Marshall, assinado pelo presidente Truman em 1948, representou o reconhecimento da primazia que a Europa Ocidental representava para a política externa norte-americana<sup>158</sup>, podendo ser considerado a base de um projeto de integração europeu<sup>159</sup>.

---

<sup>154</sup> GASPAR, Carlos, *A Balança da Europa*, p.53.

<sup>155</sup> LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne, *The Cambridge History of the Cold War: Volume I, Origins*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 76.

<sup>156</sup> GASPAR, Carlos, *A Balança da Europa*, p.54.

<sup>157</sup> GASPAR, Carlos, *O Regresso da Anarquia*, pp. 35-36.

<sup>158</sup> HOLBORN, Hajo, *The political collapse of Europe*, p.192.

<sup>159</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago; SOLLER, Diana, *Donald Trump: O Método no caos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2018, p. 132.

Ainda assim, embora tenha conseguido resultados económicos excepcionais, não resolveu de forma cabal a crise europeia<sup>160</sup>. A Alemanha, dividida em duas, continuava a ser uma questão complexa de resolver<sup>161</sup>, sendo que perante a ameaça soviética e a necessidade de recuperar a economia europeia, os Aliados Ocidentais decidiram unir as suas três zonas de ocupação numa entidade política e economicamente viável. Dois Estados Alemães surgiram, simbolizando uma Europa dividida e a cidade de Berlim tornou-se um foco de tensão crítico entre Este e Oeste<sup>162</sup>.

Por iniciativa britânica – através do Secretário de Estado de *Foreign Affairs*, Ernest Bevin – surge a proposta de complementar a recuperação económica do continente europeu com um sistema de defesa militar conjunto que conseguisse assegurar a defesa e estabilidade da Europa. Bevin insiste na urgência de criar um pacto atlântico entre todos os países que pudessem enfrentar a ameaça de uma ofensiva por parte da URSS, iniciando-se posteriormente as negociações entre EUA, Canadá, França, Reino Unido e os países BENELUX<sup>163</sup>, sendo aqui fundamental destacar que foram os Europeus e não os EUA que sugeriram uma liderança norte-americana e a sua contínua presença militar em território europeu<sup>164</sup>.

Face à ameaça soviética e à debilidade europeia em garantir a sua própria segurança, o futuro dos estados europeus dependia fortemente da vontade dos EUA em sustentar a sua defesa. Com a situação na cidade de Berlim cada vez mais tensa, com o ímpeto imperialista dos soviéticos (simbolizado pelo golpe de Praga) a representar uma cada vez maior ameaça para os aliados Ocidentais, e mantendo a ideia de recuperar a Alemanha económica, industrial e socialmente com um vínculo ao Ocidente, os norte-americanos decidiram demonstrar aos aliados Europeus a sua determinação em assegurar a defesa da Europa e construir uma ponte de integração entre a Alemanha Ocidental, a Europa Ocidental e o Sistema Atlântico<sup>165</sup>. Como tal, para além da garantia da manutenção de uma presença militar significativa na Alemanha e na fronteira com a

---

<sup>160</sup> GASPAR, Carlos, *A Balança da Europa*, p.56.

<sup>161</sup> LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne, *The Cambridge History of the Cold War: Volume I, Origins*, p.80.

<sup>162</sup> TRACHTENBERG, Marc, *A constructed peace: the making of the European settlement, 1945-1963*, pp. 80-81.

<sup>163</sup> GASPAR, Carlos, *A Balança da Europa*, p.59.

<sup>164</sup> KEUKELEIRE, Stephan; DELREUX, Tom, *The Foreign Policy of the European Union: 2nd Edition*. p. 39. Ver também LUNDESTAD, Geir, «"Empire by Invitation" in the American Century». In *Diplomatic History*, vol. 23, n.º 2, 1999, pp. 189-217, pp. 198 -199.

<sup>165</sup> LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne, *The Cambridge History of the Cold War: Volume I, Origins*, pp. 79-81.

URSS, em 1949 surge a NATO, uma aliança militar transatlântica liderada pelos EUA que visava assegurar a defesa comum do espaço atlântico, com especial ênfase na Europa. As repercussões de transferir a responsabilidade pela segurança e defesa da Europa ocidental para os EUA seriam determinantes nas décadas seguintes, sendo que para além de um papel estruturante na segurança e defesa europeias, os EUA acabaram por ter um papel determinante também na sua política externa<sup>166</sup>.

Este sistema de defesa atlântico que permitiu a dupla contenção da URSS e do potencial poderio alemão só pôde ser assegurado por uma aliança permanente entre os estados europeus ocidentais e os EUA, consubstanciando-se numa coligação transatlântica que teve como principal efeito no projeto de integração europeia a integração da Alemanha na NATO e num contexto de unidade europeia<sup>167</sup>.

Após a divisão da Alemanha e a criação da NATO que concretiza as intenções dos franceses, Robert Schumann, ministro Francês dos Negócios Estrangeiros, apresenta uma proposta que pretendia subordinar a produção de carvão e aço de França e Alemanha numa entidade supranacional europeia, aberta a outras nações da Europa, que para além de uma cooperação económica sugeria o fim da oposição entre França e Alemanha<sup>168</sup>.

Os responsáveis norte-americanos ficaram impressionados pelas possibilidades abertas por esta declaração. O Plano Schumann, como ficou conhecido, representa a concretização das próprias expectativas norte-americanas para a Europa, assente numa recuperação democrática e revitalização económica, sendo considerado o passo mais importante para o progresso económico e construção de um sistema de paz na Europa<sup>169</sup>. O Plano Schumann representou o projeto ideal para resolver o grande problema do seu tempo: a relação entre uma revitalização sem controlo do poderio industrial alemão e o receio Francês e Ocidental das suas consequências<sup>170</sup>.

Tendo por base um entendimento Franco-Alemão relativo à produção de carvão e aço, que se consubstanciou numa autoridade supranacional europeia baseada na

---

<sup>166</sup> KEUKELEIRE, Stephan; DELREUX, Tom, *The Foreign Policy of the European Union: 2nd Edition*, p.39

<sup>167</sup> TRACHTENBERG, Marc, *A constructed peace: the making of the European settlement, 1945-1963*, pp.84-86.

<sup>168</sup> European Union, *Schuman declaration May 1950* [Em linha]. European Commission, Directorate-General for Communication [consult. 18 Nov. 2021]. Disponível em: [https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1945-59/schuman-declaration-may-1950\\_en](https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1945-59/schuman-declaration-may-1950_en).

<sup>169</sup> MCALLISTER, James, *No Exit. America and the German Problem 1943-1954*. Ithaca, Nova York: Cornell University Press, 2002, p. 183.

<sup>170</sup> *Ibidem*.

comunitarização das duas indústrias, este plano representa uma revolução diplomática que substituiu o receio e as políticas de contenção relativas à Alemanha por uma estratégia baseada na cooperação e integração da República Federal num modelo multilateral. Este importante passo para a promoção de uma integração europeia representa o passo decisivo na gestão alemã para a construção e consolidação de um vínculo europeu e ocidental<sup>171</sup>.

Tendo aberto as portas a outros países europeus, em 1951, França, República Federal Alemã, Itália e os países BENELUX fundaram a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), representando a primeira instituição supranacional europeia e a génese do que hoje é conhecido como UE.

Podemos afirmar que ajudando e incitando à criação de instituições democráticas e multilaterais e uma economia baseada num mercado de cooperação, promovendo a estabilização financeira do continente e fornecendo um apoio militar para a sua defesa, os EUA consideravam a integração europeia como fundamental para a criação de uma ordem liberal centrada na zona Atlântica<sup>172</sup>.

Todo este percurso e o estabelecimento das instituições europeias definidas na primeira década no pós Segunda Guerra Mundial, foram fundamentais em moldar as décadas seguintes, sendo que “prevalecem e asseguram a estabilidade da balança europeia, sem mudanças relevantes na configuração diplomática até ao fim da Guerra Fria”<sup>173</sup>.

Esta política de apoio norte-americana manteve-se durante a administração Eisenhower, representada pelo incentivo ao alargamento das instituições europeias ao Reino Unido e a outros países da NATO, mas sobretudo pelo forte apoio à criação da CEE (Comunidade Económica Europeia)<sup>174</sup>. É importante referir que a imagem criada pela emergência de um bloco económico europeu criou um sentimento de ameaça, sustentado na ideia de que uma Europa unida pudesse vir a prejudicar os interesses económicos dos EUA.

O final da década de 60 é marcado por uma mudança no paradigma internacional assente na relação entre EUA e URSS que redefinem as suas estratégias internacionais. A perda de supremacia nuclear norte-americana, o surgimento de uma nova força comunista

---

<sup>171</sup> GASPAR, Carlos, *A Balança da Europa*, p.70.

<sup>172</sup> SMITH, Mike, «The USA and the EU», p. 221.

<sup>173</sup> GASPAR, Carlos, *A Balança da Europa*, p.75.

<sup>174</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago; SOLLER, Diana, *Donald Trump: O Método no caos*, pp. 132 – 133.

(China) que leva à cisão sino-soviética e ao limiar de uma nova Guerra, bem como a crise interna dos EUA simbolizada por uma longa guerra no Vietname que divide o povo norte-americano, resultam numa alteração da política externa norte-americana que se aproxima de uma estratégia de *détente*<sup>175</sup>.

Este novo paradigma apresenta um primeiro desafio à relação transatlântica, sendo a Europa e o seu desenvolvimento enquanto comunidade económica encarado numa dupla dimensão: Por um lado a ideia de uma “*Atlantic partnership*”, sendo a CEE um equivalente da NATO e como tal uma plataforma de aliança multilateral fundamental à ordem liberal atlântica e onde, acima de tudo, os EUA tinham uma posição dominante, por outro a ideia de “*adversarial partnership*” instituída sob o receio de a Europa se tornar um terceiro polo de poder<sup>176</sup>. A administração Nixon introduziu uma visão dos EUA enquanto país “normal” que deveriam acima de tudo proteger os seus interesses económicos e defender-se daqueles que se aproveitam da sua liderança na ordem internacional liberal<sup>177</sup>. Ainda assim, esta dupla dimensão, não impediu Henry Kissinger – Secretário de Estado dos Estados Unidos na administração Nixon - de proclamar 1973 “O ano da Europa” e exortar a um novo tratado atlântico sobrepondo a aliança transatlântica aos desafios que criava.

Ainda que a política externa norte-americana se tenha redefinido num aparente retraimento seletivo que representava uma redução da presença externa dos EUA tendo por objetivo uma nova estrutura de paz na ordem internacional<sup>178</sup>, como é exemplo a visão da administração Reagan e a sua agenda mais unilateralista<sup>179</sup>, essa visão acabou por afastar-se demasiado dos princípios basilares da ordem liberal para prevalecer ou encontrar um acolhimento na sociedade norte-americana.

A ideia de que uma Europa forte e unida a nível económico pudesse formar um bloco rival aos interesses dos EUA, foi uma imagem criada na política norte-americana que acabou por não ter uma expressão significativa que pusesse em causa o forte apoio dos EUA à consolidação e desenvolvimento do projeto de integração europeu. Se o início da Guerra Fria representa o momento essencial na definição dos arranjos que marcaram

---

<sup>175</sup> GASPAR, Carlos, *O Regresso da Anarquia*, pp. 78-80.

<sup>176</sup> SMITH, Mike, «The USA and the EU», p. 222.

<sup>177</sup> *Ibidem*. Ver também: BINDI, FEDERIGA, *The Foreign Policy of the European Union: Assessing Europe's Role in the World*. Washington: Brookings Institution Press, 2010, p.21.

<sup>178</sup> GASPAR, Carlos, *O Regresso da Anarquia*, p.86

<sup>179</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago; SOLLER, Diana, *Donald Trump: O Método no caos*, p. 134.

a cooperação transatlântica, as décadas de 70 e 80 ficam marcadas por diferentes necessidades e visões da economia interna norte-americana que impelem visões diferentes do perigo que um bloco europeu possa, ou não, representar. Essas visões nunca foram expressivas o suficiente para impedir o apoio norte-americano à evolução da unidade europeia, tendo os diferentes presidentes exortado à convergência e aliança transatlântica e apoiando de forma clara os diferentes momentos de consolidação do projeto europeu.

### 2.2.2 O pós-Guerra Fria

O final da Guerra Fria apresenta pontos importantes em comum com o final da Segunda Guerra Mundial. À semelhança do que havia acontecido em 1945, o fim da Guerra Fria representa uma mudança no Sistema Internacional, está iminente ligado à Europa (mais especificamente à gestão da Alemanha), e termina com a dissolução de um império. A queda do império soviético resulta numa redefinição da arquitetura Internacional onde os EUA se assumem como a potência hegemónica num sistema internacional unipolar<sup>180</sup>.

Esta redefinição do paradigma internacional terá um impacto bastante demarcado nas relações transatlânticas, mas acima de tudo na redefinição da Europa que com a queda do império soviético enfrenta novos desafios em relação às suas fronteiras e enquadramento de novos membros da Europa de Leste. Em termos de identidade a Europa ocidental consolida a sua unidade política existindo, no entanto, uma banalização do seu estatuto internacional. Com o fim de um sistema bipolar a Europa deixa de estar no centro de uma competição estratégica entre duas superpotências para se tornar um ator internacional independente com capacidade (e responsabilidade) para procurar definir o seu próprio futuro.<sup>181</sup>

Um dos temas centrais do final da Guerra Fria, à imagem do que aconteceu no final da Segunda Guerra Mundial, foi novamente a questão alemã, existindo posições antagónicas entre os principais atores internacionais envolvidos. A queda do muro de Berlim que dividia a nação germânica e a queda do império soviético tornaram a unificação da Alemanha a questão fraturante da política internacional. Helmut Kohl, chanceler alemão em 1989, numa iniciativa bastante arrojada e inovadora, propôs ao

---

<sup>180</sup> GASPAR, Carlos, *A Balança da Europa*, p.77

<sup>181</sup> *Ibidem*, p.78.

*Bundestag*, sem consultar previamente os seus aliados, um processo de unificação assente numa plataforma europeia com a integração da nova Alemanha na Comunidade Europeia<sup>182</sup>.

O programa dos 10 pontos enunciado por Kohl abre caminho a um processo gradual de unificação entre as duas “Alemanhas”. Tendo o cuidado de não usar a expressão “reunificação”, Kohl introduziu de forma bastante assertiva a questão da união entre a República Federal e a República Democrática Alemã no paradigma internacional com o objetivo de desenvolver um sistema federal, sendo o conceito central a autodeterminação do povo germânico que deveria ter o direito de decidir o seu próprio futuro<sup>183</sup>. Essencial ainda neste discurso foi a importância dada à Europa com o chanceler alemão a afirmar que a “futura arquitetura da Alemanha deveria corresponder à futura arquitetura da Europa”<sup>184</sup>.

Esta ideia foi muito importante na reação dos EUA. Apesar de a maioria das potências europeias e a URSS terem reagido de forma bastante negativa a esta ideia - Margaret Thatcher chegou a considerar a reunificação alemã uma caixa de Pandora -, a reação dos EUA foi o oposto. Os norte-americanos foram os grandes apoiantes desta proposta, condicionando o seu apoio a alguns requisitos essenciais: A Alemanha reunificada teria de pertencer à Comunidade Europeia e à NATO, sendo o processo de transição pacífico e respeitando a inviolabilidade das fronteiras<sup>185</sup>. O receio de um acordo separado entre Alemanha e URSS, ou até a neutralidade alemã que enfraquecesse a comunidade transatlântica, sustentam o apoio norte-americano à unificação alemã enquadrada numa conjuntura europeia<sup>186</sup>.

Mais uma vez quando confrontados com um desafio complexo na gestão da Alemanha e na gestão do poder no centro da Europa, a resposta dos EUA passa pelo apoio e incentivo à reconstrução da Alemanha, mas acima de tudo pelo progresso e consolidação da unidade europeia assente num sistema Atlântico.

Nesse sentido, em 1991 “o fim da Guerra Fria, que deveria tornar supérflua a continuidade da Aliança Atlântica e impor a reconstrução de uma nova comunidade de

---

<sup>182</sup> ULRICH, Herbert, *A History of Twentieth-Century Germany*, p.900.

<sup>183</sup> *Ibidem*.

<sup>184</sup> WESTAD, Odd Arne, *The Cold War. A World History*, Londres: Allen Lane, 2017, p. 593.

<sup>185</sup> ULRICH, Herbert, *A History of Twentieth-Century Germany*, pp. 902-903.

<sup>186</sup> GASPAR, Carlos, *A Balança da Europa*, p. 86.

segurança europeia, coincide com a consolidação da NATO” e consolidação do projeto de integração europeu<sup>187</sup>.

Com efeito, a administração de George H. Bush, que liderava os EUA no fim da Guerra Fria, manteve e consolidou o apoio à integração europeia. Uma das melhores formas de avaliar essa imagem foi a forma como os norte-americanos geriram a dissolução da URSS no leste da Europa. A administração Bush viu a dissolução do bloco soviético localizado na Europa de leste como um processo europeu e a Comunidade Europeia (CE) como uma plataforma para estabelecer uma ordem europeia que replicasse os valores dos EUA<sup>188</sup>.

Assim, os EUA entregaram à Europa a responsabilidade de liderar e coordenar a reconstrução da Europa de Leste, utilizando os mecanismos de “*soft-power*” e “*hard-power*” necessários para controlar a instabilidade que foi surgindo com a deposição do bloco soviético. Essa vontade foi ao encontro das aspirações europeias. Aquando do colapso da Jugoslávia e com as várias crises internas nos países da Europa de leste a crescerem, os estados europeus proclamam que esta era a “Hora da Europa, não dos EUA”<sup>189</sup>.

No entanto, a UE enfrentava um desafio que iria testar a sua capacidade de tomada de decisão e unidade. Como já vimos, a dissolução soviética levou a uma fragmentação da Europa de Leste e a um crescendo de crises que evoluíram para guerras, levando os EUA, a potência hegemónica mundial, a considerar que a união de estados europeus teria capacidade para gerir a cisão do bloco soviético. Contudo, este crescendo de tensões não teve a resposta contundente esperada. Assistiu-se a uma certa paralisia da ação europeia, sendo que, face ao escalar de violência, foi necessária uma intervenção norte-americana. Já com a Administração Clinton em funções, os EUA ajudaram a resolver os problemas que os estados europeus não conseguiram resolver na Bósnia e no Kosovo assumindo a liderança na NATO<sup>190</sup> e demonstrando novamente o apoio norte-americano aos Estados Europeus.

Estes eventos comprovaram que apesar da consolidação e desenvolvimento do projeto europeu os EUA continuavam a ser indispensáveis à segurança europeia e levanta a questão da expansão da NATO, com a Alemanha a ser a principal defensora do duplo

---

<sup>187</sup> *Ibidem*, p. 103.

<sup>188</sup> SMITH, Mike, «The USA and the EU», p. 226.

<sup>189</sup> *Ibidem*, p. 227.

<sup>190</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago; SOLLER, Diana, *Donald Trump: O Método no caos*, p. 136

alargamento da UE e da NATO às democracias pós-comunistas da Europa Central e Oriental<sup>191</sup>.

A administração Clinton, seguindo a linha de convergência de administrações anteriores e que marcou a segunda metade do séc. XX, assinou uma Nova Agenda Transatlântica baseada em questões políticas e económicas e favoreceu o duplo alargamento da UE e NATO<sup>192</sup>.

Os primeiros tempos da administração George W. Bush não trouxeram alterações relevantes a este modelo, pelo menos até ao dia 11 de setembro de 2001, com o ataque às Torres Gémeas do *World Trade Center*, que acabou por introduzir alterações significativas na política externa norte-americana e que culminaram numa crise na relação transatlântica.

Os atentados terroristas da *Al-Qaeda* contra os EUA impuseram uma alteração na política externa norte-americana e criaram as condições para uma revisão das prioridades da sua estratégia internacional. Com uma resposta bélica baseada num maior unilateralismo que redefiniu o conceito de aliança para os EUA, o consequente ataque ao Iraque por parte dos EUA dividiu a Europa, com os norte-americanos a fomentarem essa divisão entre “nova” europa e “velha” europa<sup>193</sup>.

Para além desta divisão no próprio coração da Europa que rompeu com décadas de apoio e incentivo à integração e União Europeia, Donald Rumsfeld introduz uma nova visão do conceito de aliança, “*In this war, the mission will define the coalition — not the other way around*”<sup>194</sup>. Esta declaração marca uma clara alteração do paradigma relacional dos EUA com a Europa em que as alianças permanentes dos EUA são substituídas por coligações de vontade.

A guerra contra a *Al-Qaeda* que se transformou numa estratégia tardia de reconstrução da ordem internacional liberal<sup>195</sup>, simbolizada pela invasão do Iraque, não foi bem recebida pela Europa, levando mesmo a uma divisão entre EUA e Reino Unido de um lado e o eixo franco-alemão do outro, culminando numa crise na coligação

---

<sup>191</sup> GASPAR, Carlos, *A Balança da Europa*, p. 110.

<sup>192</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago; SOLLER, Diana, *Donald Trump: O Método no caos*, pp. 134 – 135.

<sup>193</sup> SMITH, Mike, «The USA and the EU», p. 230.

<sup>194</sup> RUMSFELD, Donald H., «A New Kind of War», *The New York Times* [Em linha]. 27 Set 2001. [Consult. 13 dez. 2021], Disponível em :<https://www.nytimes.com/2001/09/27/opinion/a-new-kind-of-war.html>.

<sup>195</sup> GASPAR, Carlos, *A Balança da Europa*, p. 120.

transatlântica acrescida de uma divisão na política dos EUA<sup>196</sup>. A estratégia revisionista de Bush está na origem da grande crise entre EUA e UE<sup>197</sup> e para além das implicações que teve na própria definição da aliança com os seus parceiros primordiais na segunda metade do séc. XX, abriu espaço no Sistema Internacional para o surgimento de potências revisionistas, aspeto que irá marcar e influenciar a política externa norte-americana no séc. XXI.

A estratégia seguida pela administração George W. Bush rompe com alguns dos princípios dos EUA nas cinco décadas anteriores, sendo baseada em quatro dimensões: a legitimação da guerra preventiva; a preferência pelo unilateralismo, segundo o qual nem as alianças nem as instituições internacionais podem condicionar as decisões dos EUA; a redefinição do conceito de aliança, privilegiando as coligações *ad-hoc*; e a defesa da proliferação das virtudes da democracia constitucional<sup>198</sup>.

Esta foi a grande crise na relação entre os aliados atlânticos, no entanto, apesar da divergência, parte da cooperação e do apoio à integração europeia manteve-se, sendo que a administração Bush apoiou o grande alargamento da UE e da NATO em 2004. A queda do regime de Saddam e uma nova estratégia de segurança nacional implementada por Bush em 2006 acabaram por devolver os EUA a uma agenda mais multilateralista<sup>199</sup>. No entanto, a redefinição das prioridades norte-americanas estava desenhada. Não podemos dissociar a viragem sentida no início do séc. XXI de um novo olhar dos EUA sobre a sua posição no sistema internacional, a redefinição dos seus principais objetivos que, com o surgimento de potências revisionistas, acabaram por redundar numa perda relativa de importância da Europa e numa estratégia de retraimento.

Foi neste prisma que surgiu a administração Obama com a Europa a saudar o novo presidente. Barack Obama apoiou a assinatura do Tratado de Lisboa em 2009, promoveu uma maior integração para enfrentar a crise financeira e consolidou a posição dos EUA na NATO<sup>200</sup>. Ainda assim, a sua administração enfrentou alguns dos desafios que

---

<sup>196</sup> *Ibidem*, p.122.

<sup>197</sup> Embora esta seja a teoria predominante existe outro tipo de visão, segundo a qual, o momento da Guerra Fria fica marcado por várias disputas entre EUA e a comunidade europeia, sendo que o momento do pós-Guerra Fria representa na realidade um momento de convergência entre ambos os atores internacionais e a Guerra do Iraque é na realidade a exceção que confirma a regra. Ver MORAVCSIK, Andrew, «U.S.-EU Relations: Putting the Bush Years in Perspective». In BINDI, FEDERIGA, *The Foreign Policy of the European Union: Assessing Europe's Role in the World*. Washington: Brookings Institution Press, 2010, pp. 203-209.

<sup>198</sup> GASPAR, Carlos, *O Regresso da Anarquia*, p.153.

<sup>199</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago; SOLLER, Diana, *Donald Trump: O Método no caos*, pp. 136 – 137.

<sup>200</sup> *Ibidem*.

transitaram dos acontecimentos relevantes no início do século: a ideia de um novo multilateralismo com maior exigência com os seus aliados, a instabilidade do sistema internacional e o surgimento de potências revisionistas que levaram a uma perda de importância estratégica da Europa e as necessidades económicas e financeiras dos EUA na senda da grande crise de 2008<sup>201</sup>, resultaram num período de perceções paradoxais na comunidade transatlântica.

Ainda assim, em 2016, no final do seu mandato, em Berlim, Barack Obama, deu um discurso<sup>202</sup> onde declarou de forma inequívoca a importância da Europa, destacando a necessidade de uma Europa forte na manutenção de uma era de paz e prosperidade na política externa norte-americana, mas também o papel preponderante dos EUA no desenvolvimento de uma Ordem Internacional Liberal através de um conjunto de instituições multilaterais, exaltando a forma como EUA e UE se encontram integrados e cuja relação é fundamental para a ordem internacional.

Nesse sentido, e ainda que muitos dos desafios que Trump enfrentou tenham sido herdados da administração Obama, a sua administração envidou claros esforços para a consolidação da relação transatlântica com marcos de cooperação efetiva, tais como, o acordo nuclear com o Irão, o acordo sobre as alterações climáticas, a confrontação do regime de Gaddafi na Líbia e uma posição conjunta de condenação da Rússia pela invasão da Crimeia<sup>203</sup>.

Ainda assim, podemos identificar alguns dos desafios que transitaram da administração Obama para a administração Trump: A falta de consenso na resposta à crise económica mundial e às guerras no Médio Oriente; a exigência de um maior contributo dos estados europeus para a NATO; a resposta dos EUA à ascensão de potências revisionistas e o paradoxal declínio da Europa; e uma nova estratégia internacional de retraimento norte-americano<sup>204</sup>.

### **Em suma:**

---

<sup>201</sup> SMITH, Mike, «The USA and the EU», p. 231.

<sup>202</sup> OBAMA, Barack, *Remarks by President Obama in Address to the People of Europe* [Em linha]. Casa Branca. 25 abril. 2016. [Consult. 06 mai. 2022]. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2016/04/25/remarks-president-obama-address-people-europe>.

<sup>203</sup> ERAN, Oded; ROSNER, Yotam; OREG, Rotem, «EU-US Relations in the Trump Era», [Em Linha]. *The Institute for National Security Studies*, Memorandum n.º 185, jun. 2018 [Consult. 18 mai 2022]. Disponível em <https://www.inss.org.il/wp-content/uploads/2018/06/EU-US-Relations-in-the-Trump-Era.pdf>, p. 61.

<sup>204</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago; SOLLER, Diana, *Donald Trump: O Método no caos*, pp. 137-138.

A relação entre EUA e o projeto de integração europeu foi pautada ao longo de sete décadas por vários desafios não só pelo contínuo desenvolvimento e consolidação da CEE – UE enquanto ator internacional de relevo, mas também pela imagem que a política norte-americana foi criando daquilo que a UE poderia representar para os seus interesses. Se inicialmente os EUA foram determinantes para uma maior cooperação económica e política que permitiu a criação de instituições democráticas e que promoveram a consolidação de uma comunidade de nações devastadas pela Guerra, logo no final da década de 50 começou a surgir a ideia de que uma Europa economicamente forte pudesse ser uma ameaça para os EUA. Esse facto aliado às diferentes necessidades da economia norte-americana e a forma como as mesmas eram percecionadas, oscilando entre políticas mais unilateralistas ou multilateralistas, mas sem nunca perder um ideal liberal, trouxeram diferentes desafios que Americanos e Europeus sempre conseguiram resolver, graças a um quadro base de partilha de valores comuns.

O século XXI trouxe novos desafios que não impediram a continuação de uma cooperação económica e política, apesar de uma perda de importância relativa da Europa, face ao surgimento de potências revisionistas que ameaçam a unipolaridade americana.

Nesse sentido podemos identificar três modelos relacionais entre EUA e UE, a convergência, uma forte relação transatlântica baseada na partilha de valores, a divergência pautada por tensões e contradições e a deriva pautada pela indiferença relativa a diferentes tópicos<sup>205</sup>. Concluindo, podemos afirmar que desde o final da Segunda Grande Guerra e até à eleição de Donald Trump a relação transatlântica foi marcada pela convergência, excetuando um período específico a seguir ao 11 de setembro.

A relação transatlântica foi um pilar essencial para a política externa norte-americana, institucionalizada através de um conjunto de organizações multilaterais das quais se destaca a NATO, mas também outras instituições como a WTO e a IMF que serviram de base para uma consolidação das normas basilares da Ordem Internacional liberal ocidental<sup>206</sup>.

---

<sup>205</sup> SMITH, Mike, «The USA and the EU», p. 235.

<sup>206</sup> LANGLOIS, Laëtítia, «Trump, Brexit and the Transatlantic Relationship: The New Paradigms of the Trump Era» [Em Linha]. *Revue LISA/LISA e-journal*, vol. XVI, n.º 2, set. 2018 [Consult. 22 mai. 2022]. Disponível em <https://journals.openedition.org/lisa/10235>. DOI: <https://doi.org/10.4000/lisa.10235>.

## ***2.2 A Europa em busca de uma autonomia estratégica***

### **2.2.1. O pós II Guerra Mundial**

O pós Segunda Guerra Mundial fica marcado pela reconstrução da Europa. Após duas grandes guerras iniciadas por potências europeias, surge um ideal de construção de uma unidade europeia, sendo que as principais potências europeias devastadas pela guerra ficaram obrigadas a aliar-se com uma das grandes potências internacionais para garantir a sua segurança e proteger a própria Europa de guerras entre si<sup>207</sup>.

A integração das diversas potências europeias numa entidade coletiva mostrou-se a solução mais adequada para conter o ímpeto destrutivo que durante séculos destruiu o continente como produto da multipolaridade europeia<sup>208</sup>.

Nesse sentido, começaram a surgir as grandes iniciativas para promover a unidade europeia, sob aliança com os EUA, sendo inicialmente económicas. Como já vimos em 1951 surge a CECA uma proposta de Robert Schumann para colocar a produção de carvão e aço Francesa e Alemã sob a gestão integrada de uma alta autoridade, numa organização que estaria aberta a outros países europeus e a que, posteriormente, se juntariam Itália e os países BENELUX<sup>209</sup>. A CECA assume-se como o primeiro passo para a formação de uma comunidade europeia que pudesse garantir a paz e estabilidade na Europa e marca o início de uma crença numa Ordem Internacional baseada no multilateralismo que seria uma constante na política externa europeia<sup>210</sup>. Este modelo, que é implementado com sucesso e que permite a um conjunto de estados europeus uma integração (ainda que de duas indústrias em específico) num mecanismo multilateral com claros benefícios para os seus participantes, leva Jean Monnet a tentar dar forma a uma Comunidade Europeia de Defesa (CED) que visava dotar a Europa de um conjunto de ferramentas coletivas para prosseguir com a sua defesa em algo que ficou conhecido como Plano Pleven. Esta ideia, apoiada pelos EUA, acaba por cair devido a um veto francês resultante de divisões internas<sup>211</sup>, ficando, no entanto, subjacente a ideia de que a Europa também deveria começar a contemplar a ideia de uma defesa integrada e capaz de proteger os seus

---

<sup>207</sup> GASPAR, Carlos, *A Balança da Europa* p.42.

<sup>208</sup> KUPCHAN, Charles A., *The End of the American Era: U.S. Foreign Policy and the Geopolitics of the Twenty-first Century*, p.132.

<sup>209</sup> KEUKELEIRE, Stephan; DELREUX, Tom, *The Foreign Policy of the European Union: 2nd Edition*, p. 38

<sup>210</sup> *Ibidem*.

<sup>211</sup> BINDI, FEDERIGA, *The Foreign Policy of the European Union: Assessing Europe's Role in the World*, p. 14. Ver também GASPAR, Carlos, *A Balança da Europa*, p.71-72.

membros. Contudo, a institucionalização da aliança atlântica e a pressão europeia para a manutenção da presença norte-americana no continente assim como das suas garantias de defesa e segurança, reduziu consideravelmente a capacidade da Europa em formular ou ter uma iniciativa mais assertiva em termos de política externa, ainda que da parte dos norte-americanos existisse o contínuo apoio a que os estados europeus aumentassem também os seus esforços em termos de defesa<sup>212</sup>.

Ainda que tenha falhado este ideal de uma defesa europeia integrada e com um certo grau de autonomia dos EUA, a consolidação da unidade europeia foi avançando principalmente a nível económico. Ainda encorajados pelo sucesso da CECA, em 1957, as seis nações que haviam instituído a Comunidade do Aço e do Carvão alargam a sua cooperação instituindo, com o Tratado de Roma, a Comunidade Económica Europeia e a Comunidade Europeia da Energia Atómica, alargando o âmbito de integração europeu não só às indústrias pesadas, mas também a outros setores económicos e eliminando tarifas internas que permitem estabelecer um modelo de tarifa externa comum. Com o Tratado de Roma de 1957 a integração europeia assumia um carácter predominantemente económico, sem uma política de defesa, segurança ou dimensão externa<sup>213</sup> (excetuando a possibilidade de outros estados europeus se juntarem a comunidade e o facto da CEE poder representar os seus membros em questões de comércio externo)<sup>214</sup>. A década de 60 é marcada por um período de crescimento económico e pela consolidação de um mercado comum europeu, alicerçado pelo facto dos estados-membros da CEE deixarem de cobrar direitos aduaneiros entre si e onde se destaca, em 1962, a primeira política agrícola comum onde existia uma gestão conjunta da produção alimentar e, em 1963, a assinatura do primeiro grande acordo internacional da CEE, a Convenção de Yaoundé, que promove a cooperação com 18 antigas colónias africanas<sup>215</sup>. Na década de 70 surge o primeiro alargamento com a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido a entrarem para a CEE e em 1979 é criado o Sistema monetário europeu que visava uma união entre as diferentes moedas europeias para evitar flutuações entre taxas de câmbio. Em 1987 é assinado o Ato

---

<sup>212</sup> KEUKELEIRE, Stephan; DELREUX, Tom, *The Foreign Policy of the European Union: 2nd Edition*, p.40

<sup>213</sup> *Ibidem*, p.42.

<sup>214</sup> BINDI, FEDERIGA, *The Foreign Policy of the European Union: Assessing Europe's Role in the World*, pp.14-15.

<sup>215</sup> *Ibidem*, p.16.

Único Europeu que vem consolidar o mercado único criando uma aérea sem fronteiras internas em que a livre circulação de pessoas, bens e serviços estivesse assegurada<sup>216</sup>.

Ainda assim, a evolução da unidade europeia em termos económicos não foi acompanhada da mesma forma em matéria de segurança, sendo possível identificar três projetos que acabaram por não ser tão bem sucedidos: o Tratado de Bruxelas em 1948, a Comunidade Europeia de Defesa em 1952 e a União da Europa Ocidental<sup>217</sup>. Nesse capítulo, em termos de segurança e defesa o coletivo de países europeus apoiou-se na sua proximidade com os EUA e contou com a NATO para garantir a sua segurança e estabilidade interna e externa<sup>218</sup>.

Ainda que o capítulo de segurança coletiva estivesse essencialmente alicerçado na aliança com os EUA e não existisse uma representação ou política externa comum, os representantes europeus, ainda durante o período da Guerra Fria, vão lançar o preconizador do que viria a ser o futuro da política externa e de defesa europeia, promovendo uma maior integração em termos de política externa com o processo de institucionalização da European Political Cooperation (EPC)<sup>219</sup>. Adotado em 1970 e reforçado posteriormente em 1973 este mecanismo visava a necessidade de intensificar a cooperação política, concentrando-se na coordenação das políticas externas com o intuito de demonstrar ao mundo que a Europa seria um ator relevante, num mecanismo intergovernamental que requeria o consenso dos ministros responsáveis pela política externa na tomada de decisão, ainda que os Estados mantivessem total controlo da sua política externa<sup>220</sup>.

O desenvolvimento de uma comunidade europeia começou a criar a pressão internacional para o seu maior envolvimento em assuntos internacionais e, nesse sentido, começam a surgir algumas divergências em termos de política externa com os EUA.

---

<sup>216</sup> KUPCHAN, Charles A., *The End of the American Era: U.S. Foreign Policy and the Geopolitics of the Twenty-first Century*, p.133.

<sup>217</sup> *Ibidem*, p.133. A Western European Union (WEU) tinha como objetivo ser uma solução para a questão do rearmamento da Alemanha. Permitiu à Alemanha Ocidental e à Itália entrar numa plataforma militar constituída por França, Reino Unido e Benelux, mas que reconhecia de forma declarada a primazia da NATO em termos militares. O falhanço da CED e a criação da WEU, implicam que nas décadas seguintes as estruturas militares da europa estariam assentes num sistema atlântico e não europeu. Ver também, KEUKELEIRE, Stephan; DELREUX, Tom, *The Foreign Policy of the European Union: 2nd Edition*, p.41

<sup>218</sup> *Ibidem*.

<sup>219</sup> SMITH, Michael E., «Transatlantic security relations since the European security strategy: what role for the EU in its pursuit of strategic autonomy?». In *Journal of European Integration*, vol. 40, n.º5, 2018, pp. 605-620. DOI10.1080/07036337.2018.1488840, p.609.

<sup>220</sup> KEUKELEIRE, Stephan; DELREUX, Tom, *The Foreign Policy of the European Union: 2nd Edition*, pp.43-44.

Surtem então duas leituras possíveis relativamente à relação transatlântica durante o período da Guerra Fria que redundam numa certa ambiguidade. Por um lado ambos os atores internacionais exaltavam a cooperação conjunta e a contínua procura por relações fortes baseada em princípios e valores comuns, por outro estavam envolvidos num conjunto de disputas e diferenças de posição<sup>221</sup> relativamente a um conjunto de questões das quais se pode destacar a posição relativamente às ex-colónias dos países europeus, a crise do canal do Suez e as políticas relativamente ao Médio Oriente e a Israel em particular.<sup>222</sup> Ainda que alguns autores considerem que o período da Guerra Fria, não tenha sido um período harmonioso entre EUA e a comunidade europeia dado o número de interesses e posições contraditórias que se fizeram sentir (sendo que o período do pós guerra fria foi mais consensual que o período anterior)<sup>223</sup>, ambos os atores internacionais pareciam caminhar na mesma direção<sup>224</sup>, constituindo um polo único – o Ocidente -, onde os EUA e comunidade europeia partilhavam os mesmos valores e princípios políticos e em que a Europa dependia fortemente dos EUA para garantir a sua defesa, a sua estabilidade e a contenção da União Soviética<sup>225</sup>.

Com efeito, podemos considerar que a garantia de segurança que os EUA davam à Europa durante o período da Guerra Fria, permitiu à comunidade europeia focar-se nos aspetos relativos à integração política e económica. Os EUA ofereceram à Europa a segurança, estabilidade e tempo que necessitava para consolidar o seu processo de integração e formar uma verdadeira comunidade europeia. No entanto, com o passar do tempo essa necessidade estratégica, acabou por assumir uma dimensão de dependência, dada a incapacidade da Europa em desenvolver uma autonomia estratégica em especial em termos de segurança e defesa.

### 2.2.2 O pós-Guerra fria europeu

O fim da bipolaridade e o fim da ameaça soviética levam a uma certa banalização do estatuto da Europa no Sistema Internacional, dado que o continente europeu deixa de

---

<sup>221</sup> BINDI, FEDERIGA, *The Foreign Policy of the European Union: Assessing Europe's Role in the World*, p.33.

<sup>222</sup> LUNDESTAD, Geir, *The United States and Western Europe since 1945: From "Empire" by Invitation to Transatlantic Drift*, pp. 142-168.

<sup>223</sup> MORAVCSIK, Andrew, «U.S.-EU Relations: Putting the Bush Years in Perspective», pp. 204-206.

<sup>224</sup> LUNDESTAD, Geir, *The United States and Western Europe since 1945: From "Empire" by Invitation to Transatlantic Drift*, p. 192.

<sup>225</sup> KUPCHAN, Charles A., *The End of the American Era: U.S. Foreign Policy and the Geopolitics of the Twenty-first Century*, pp.119-120.

ser o centro de competição estratégia entre EUA e URSS e a comunidade europeia vê-se obrigada a assumir a sua unidade e identidade política, económica militar e cultural<sup>226</sup>. Neste quadro específico são as instituições preconizadas no final da Segunda Guerra Mundial que asseguram a transição entre um mundo bipolar para um mundo unipolar e entre uma Alemanha dividida e uma Alemanha unificada. A Europa, agora sem a ameaça soviética, consolida a sua unidade com a criação da União Europeia em 1993, onde se encontrava inserida uma Alemanha unificada em consenso com França e Reino Unido<sup>227</sup>.

Em 1992, é assinado o tratado de Maastricht, um momento marcante na história da integração europeia, que vem criar formalmente a União Europeia e estabelecer três pilares fundamentais: As comunidade europeias, uma política externa e de segurança comum (plataforma que mais tarde servirá como principal ponto de partida para a efetivação de uma autonomia estratégica europeia) e a cooperação nos domínios da justiça e assuntos internos entre governos da UE. Para além disso, estabelece também a efetivação do mercado único previsto no Ato Único Europeu, o euro enquanto moeda única, bem como os critérios para a sua utilização, a base legal para a implementação de políticas comuns em novos domínios e o conceito de cidadania europeia<sup>228</sup>.

Nesse sentido, o Tratado da União Europeia em 1993 institui a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) que tem por objetivo a prossecução dos valores primordiais da Europa, a consolidação democrática, o Estado de Direito, os direitos humanos e liberdades fundamentais, mas também o reforço da segurança internacional e europeia e a promoção da cooperação internacional<sup>229</sup>. A PESC, que vem substituir a EPC, surge como um desenvolvimento fundamental para a comunidade europeia em termos de política externa e surge como uma resposta às alterações geopolíticas sentidas no início da década de 90 e às quais a Europa teria de reagir, nomeadamente, a queda dos regimes comunistas na Europa de Leste, a reunificação alemã, a guerra do Golfo e a crise na Jugoslávia<sup>230</sup>.

---

<sup>226</sup> GASPAR, Carlos, *A Balança da Europa*, p.78.

<sup>227</sup> *Ibidem*, pp. 90-91.

<sup>228</sup> Tratado da União Europeia, *Jornal Oficial n.º C 191* [Em linha]. 29 jul. 1992 [Consult. 23 mar. 2022]. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:11992M/TXT&from=PT>.

<sup>229</sup> BINDI, FEDERIGA, *The Foreign Policy of the European Union: Assessing Europe's Role in the World* pp. 26-27.

<sup>230</sup> KEUKELEIRE, Stephan; DELREUX, Tom, *The Foreign Policy of the European Union: 2nd Edition*, p. 46.

Fundamental para o processo de definição da unidade da Europa é a unificação da Alemanha num quadro de integração comunitária. Nesse sentido, o fim da Guerra fria que deveria ditar o esvaziamento da Aliança Atlântica em termos de segurança e defesa e impor uma demarcada autonomia de segurança europeia, levou à consolidação do papel da NATO e à evolução da Comunidade Europeia para uma União Europeia, na qual os equilíbrios de uma Europa unida passam a ser definidos pela balança entre França, Alemanha e Reino Unido que tentam redefinir o sistema europeu num contexto marcado pela instabilidade na Europa de Leste<sup>231</sup>. Com efeito, o primeiro grande desafio surge com a guerra de secessão jugoslava que acaba por dividir as três principais potências da Europa.

Como havia acontecido nas décadas anteriores o desenvolvimento económico da comunidade europeia suplantou o seu desenvolvimento em termos de defesa e segurança, sendo o principal marco a consolidação de uma união monetária, onde se destaca a introdução do euro enquanto moeda única e a eliminação de moedas nacionais, processo que entrou em vigor em janeiro de 2002<sup>232</sup>. Nos anos seguintes à institucionalização da PESC a política externa europeia, apesar de ter conseguido concretizar algumas ações conjuntas e a imposição de sanções económicas a países terceiros<sup>233</sup>, não esteve à altura do pretendido, mais em específico, na reação às guerras de secessão Jugoslava, levando a um descrédito do seu futuro<sup>234</sup>.

Com efeito, com a dissolução do bloco soviético a guerra regressa à Europa com as guerras de secessão jugoslava<sup>235</sup>, sendo a Europa de leste assolada por uma escalada de violência que traz cerca de 200 mil mortes e mais de 1 milhão de refugiados. A reação à instabilidade na Europa de Leste mostrou uma profunda incapacidade da Europa em lidar com os seus problemas, sendo que a UE falha de forma bastante clara na resolução dos conflitos na Europa de leste<sup>236</sup>. Apesar disso, este episódio revela um dos principais momentos em que a Europa procura a sua própria autonomia, exaltando que este problema deveria ser resolvido pela própria comunidade europeia e não pelos americanos.

---

<sup>231</sup> GASPAR, Carlos, *A Balança da Europa*, p.103.

<sup>232</sup> KUPCHAN, Charles A., *The End of the American Era: U.S. Foreign Policy and the Geopolitics of the Twenty-first Century*, p.132-133.

<sup>233</sup> BINDI, FEDERIGA, *The Foreign Policy of the European Union: Assessing Europe's Role in the World* p. 28.

<sup>234</sup> KEUKELEIRE, Stephan; DELREUX, Tom, *The Foreign Policy of the European Union: 2nd Edition*, p. 49.

<sup>235</sup> GASPAR, Carlos, *A Balança da Europa*, p.109.

<sup>236</sup> KUPCHAN, Charles A., *The End of the American Era: U.S. Foreign Policy and the Geopolitics of the Twenty-first Century*, p.139.

No entanto, e apesar da sua vontade, divergências entre Alemanha, França e Reino Unido levaram a uma inação por parte dos europeus que se mostram incapazes de conter a escalada de violência e o regresso da guerra à Europa, enquanto os EUA davam tempo aos europeus e incentivavam a ação europeia. A paralisia europeia levou a que os EUA tivessem de intervir. Ainda que a UE tenha procedido a um conjunto de ações militares através da NATO, a guerra jugoslava confirma que os EUA continuam a ser essenciais para a garantia da segurança e estabilidade europeia, não obstante ficar latente o ideal de uma Europa autónoma e capaz de resolver os seus problemas.

Ainda que não tenha dado a resposta necessária perante a crise, na segunda metade da década de 90 a UE tinha, de facto, uma política externa<sup>237</sup>. O mundo do pós-Guerra fria veio demonstrar um certo distanciamento entre políticas externas de ambos os atores (situação exacerbada no 11 de Setembro). Em específico, e quando comparado com a comunidade europeia, os EUA demonstraram capacidade para: agir de forma unilateral para assegurar os seus interesses; recorrer ao uso de força militar sem a aprovação do Conselho de Segurança das Nações Unidas; considerar o uso não só preemptivo, mas preventivo para neutralizar potenciais ameaças; e empregar vastos recursos militares de forma global que se estendem muito para além da sua segurança e defesa interna<sup>238</sup>. Com efeito, a comunidade europeia não privilegia o uso de força militar e destaca a utilização de um outro conjunto de recursos (económicos, *soft-power*) e formas menos bélicas de intervir.

Nesse sentido a política externa de segurança europeia evoluiu por forma a ser um reflexo da cooperação multilateral e multidimensional que se verifica no cerne da própria União, sendo o recurso à força militar considerado uma *ultima ratio*. Este é um dos principais pontos de divergência entre EUA e UE, em que a comunidade europeia se distancia e assume uma posição própria e autónoma com um maior enfoque na dimensão multilateral e diplomática e à luz do Direito Internacional onde se destaca o papel das Nações Unidas. Os elementos constitutivos da estratégia europeia tendem a ter uma base nos seus valores fundamentais enquanto que os EUA tendem a abandonar a ideia de multilateralismo e recorrer ao uso de força militar quando os seus interesses o exigem<sup>239</sup>.

---

<sup>237</sup> KEUKELEIRE, Stephan; DELREUX, Tom, *The Foreign Policy of the European Union: 2nd Edition*, p.50.

<sup>238</sup> SMITH, Michael E., «Transatlantic security relations since the European security strategy: what role for the EU in its pursuit of strategic autonomy?», p.610.

<sup>239</sup> SMITH, Michael E., «Transatlantic security relations since the European security strategy: what role for the EU in its pursuit of strategic autonomy?», p.610.

Por outro lado, a procura europeia por autonomia no final do séc. XX levou à criação de duas imagens interrelacionadas na política de EUA e da UE. Por um lado, os EUA ao encorajarem a UE a desenvolver as suas capacidades militares temiam que essa capacidade pudesse levar os Europeus a balancearem contra os EUA, por outro, a UE, que demonstrava interesse no seu desenvolvimento militar, temia que o mesmo pudesse levar a um distanciamento dos EUA<sup>240</sup>. No início do novo milénio com a sobre extensão da força militar norte-americana no Médio Oriente e os problemas que a UE enfrentava nos Balcãs, nomeadamente com a instabilidade naquela zona, muitas das dúvidas dissiparam-se, sendo que ambos os atores perceberam que em circunstâncias de crise a UE deveria assumir maior responsabilidade e liderar o processo de estabilização da sua vizinhança<sup>241</sup>.

A solução para a estabilidade da Europa de Leste passará, mais tarde, pelo alargamento da NATO e da UE que se apresenta como decisivo para a consolidação e integração da democracia na Europa de Leste neutralizando ainda estratégias revisionistas que pudessem surgir. Nesse sentido dá-se a integração de um conjunto de países da Europa de leste numa comunidade de segurança, reforçando os valores europeus<sup>242</sup>. Este quadro de integração dá-se com a aceitação norte-americana de uma Europa independente e capaz de garantir a sua segurança – com especial ênfase para o desenvolvimento da sua política de segurança e defesa comum -, que pudesse complementar, mas não substituir ou duplicar os preceitos da NATO<sup>243</sup>.

Com efeito, na transição entre o séc. XX e o séc. XXI podemos identificar um conjunto de declarações de responsáveis europeus que para além de exaltarem um desenvolvimento europeu que pudesse promover uma autonomia estratégica capaz de ombrear com os EUA, são críticas da política por vezes unilateral de Washington. Nesse sentido, podemos destacar as declarações do Ministro dos Assuntos Estrangeiros Francês, Hubert Vedrine, em 1999, ao afirmar que um mundo unipolar com uma megapotência norte-americana não poderia ser aceite e, no mesmo tom, as declarações do presidente francês, Jacques Chirac, que afirma ser necessário uma forma de contrapor a hegemonia

---

<sup>240</sup> HOWORTH, Jolyon, «Strategic autonomy and EU-NATO cooperation: threat or opportunity for transatlantic defence relations?». In *Journal of European Integration*, vol. 40, n.º5, 2018, pp. 523-537. DOI: 10.1080/07036337.2018.1512268, p. 523.

<sup>241</sup> *Ibidem*, p. 524.

<sup>242</sup> GASPAR, Carlos, *A Balança da Europa*, p.117.

<sup>243</sup> SMITH, Michael E., «Transatlantic security relations since the European security strategy: what role for the EU in its pursuit of strategic autonomy?», p. 607.

americana<sup>244</sup>. Este ideal é posteriormente potenciado pela eleição de George W. Bush (principalmente pela sua reação ao 11 de setembro) e pela sua abordagem à política externa norte-americana. Vedrine voltou a ser uma das vozes críticas do unilateralismo americano, sendo que o chanceler alemão, Gerhard Schroeder, quando questionado sobre a melhor forma para lidar com a preponderância norte-americana afirmou que a resposta passaria por uma maior e mais integrada Europa. Nesse mesmo sentido surgem as declarações de Romano Prodi, presidente da Comissão Europeia, ao afirmar que um dos principais objetivos europeus seria a criação de uma superpotência europeia que pudesse estar ao mesmo nível dos EUA<sup>245</sup>.

Nesse sentido, começou a emergir um discurso que enfatiza o futuro da Europa mais do que o seu passado. Mais do que uma tentativa de justificar uma maior integração que seja capaz de promover os interesses geopolíticos de cada estado enquanto é possível um desenvolvimento europeu sem o fantasma da guerra, o novo discurso europeu no mundo pós-Guerra Fria visa a integração como forma de consolidação de poder e geopolítica para a Europa como um todo. Daí o discurso de Jaques Chirac em 1999 onde apela a que a UE se torne num ator de relevo nos equilíbrios do Sistema Internacional dotada dos instrumentos de uma verdadeira potência<sup>246</sup>.

A dimensão militar europeia, que durante décadas tinha sido um assunto demasiado complexo para ser abordado, ganha uma nova dimensão dentro da política europeia passando a ser um dos assuntos em destaque, tendo em conta a incapacidade da Europa em lidar com a crise do Kosovo e a apreensão que esse facto criou não só dentro da própria Europa como também nos EUA ao aperceberem-se da impotência militar dos seus aliados e da sua dependência<sup>247</sup>.

Marco decisivo na procura por uma autonomia estratégica europeia foi a cimeira de Saint-Malo, entre chefes de Estado de França e Reino Unido, em 1998, onde ficou estabelecido que a UE necessitaria de se assumir como um ator global de relevo assumindo a importância de uma política de defesa e segurança comum por forma a dotar a União da capacidade de ação autónoma. Este ideal preconiza a criação de uma força militar credível e os meios necessários para a utilizar por forma a responder a crises

---

<sup>244</sup> KUPCHAN, Charles A., *The End of the American Era: U.S. Foreign Policy and the Geopolitics of the Twenty-first Century*, p. 154.

<sup>245</sup> *Ibidem*, pp. 154-155.

<sup>246</sup> *Ibidem*, p.151.

<sup>247</sup> KEUKELEIRE, Stephan; DELREUX, Tom, *The Foreign Policy of the European Union: 2nd Edition*, p. 52.

quando a União considere necessário<sup>248</sup>. A União Europeia deveria criar as condições necessárias para ter um papel de relevo no sistema internacional, ao mesmo tempo que mantinha as suas obrigações com a NATO, acrescentando mais força à aliança atlântica com o seu esforço de defesa. Nesse sentido, fica estabelecido que a Europa necessitaria de forças armadas fortes, autónomas e capazes de responder de forma efetiva quando necessário sustentada numa indústria e tecnologia de defesa competitiva<sup>249</sup>.

O projeto de integração europeu representa um conjunto de nações que são capazes de se unir num “império federativo”<sup>250</sup> que culmina numa nova unidade entre atores do Sistema Internacional, no qual “a nova Europa prefigura o futuro pacífico da humanidade do novo século”<sup>251</sup>. Essencial é compreender que esta nova construção e consolidação de valores numa Europa quase federativa emana do apoio e intervenção dos EUA que foram essenciais para a reconstrução económica e política da Europa, bem como para a construção das instituições multilaterais que estabeleceram a replicação e manutenção dos valores da Ordem Liberal Ocidental.

### 2.2.3. A Estratégia de 2003

Em 2003, e perante a maior crise na relação transatlântica com a questão da Guerra do Iraque, é publicado um primeiro documento nomeado “Estratégia Europeia de Segurança”<sup>252</sup>, que visa estabelecer os conceitos essenciais para uma política externa e de segurança comum. Releve-se que fatores externos e internos levaram a UE a reconsiderar alguns dos seus princípios e objetivos em termos de política externa, por forma a poder incorporar uma resposta a novas ameaças e novos desafios e marcar uma posição dentro de um novo contexto geoestratégico<sup>253</sup>. O documento começa por reconhecer que a Europa nunca foi tão segura e livre e que a violência do séc. XX deu lugar a um período de paz e estabilidade, sendo que os EUA desempenharam um papel fulcral na segurança

---

<sup>248</sup> BINDI, FEDERIGA, *The Foreign Policy of the European Union: Assessing Europe's Role in the World* p. 36.

<sup>249</sup> Joint Declaration on European Defence - Joint Declaration issued at the British-French Summit, *CVCE.eu* [Em linha]. 04 dez. 1998 [Consult. 18 mai. 2022]. Disponível em: [https://www.cvce.eu/obj/franco\\_british\\_st\\_malo\\_declaration\\_4\\_december\\_1998-en-f3cd16fb-fc37-4d52-936f-c8e9bc80f24f.html](https://www.cvce.eu/obj/franco_british_st_malo_declaration_4_december_1998-en-f3cd16fb-fc37-4d52-936f-c8e9bc80f24f.html).

<sup>250</sup> GASPAR, Carlos *O Regresso da Anarquia*, p.174.

<sup>251</sup> *Ibidem*.

<sup>252</sup> CONSELHO EUROPEU, *A Secure Europe in a Better World. European Security Strategy* [Em linha]. 12 dez. 2003 [Consult. 23 mai. 2022]. Disponível em: <https://eclan.eu/en/eu-legislatory/a-secure-europe-in-a-better-world-european-security-strategy>.

<sup>253</sup> KEUKELEIRE, Stephan; DELREUX, Tom, *The Foreign Policy of the European Union: 2nd Edition*, p.54.

e integração europeia, em particular através da NATO. Existe o reconhecimento de que, apesar da primazia dos EUA no pós-Guerra Fria, nenhum país tem a capacidade de sozinho enfrentar os desafios globais, numa clara referência ao multilateralismo europeu em contraponto ao que viria a ser um maior unilateralismo norte-americano. Fundamental nesta estratégia é o reconhecimento de que a União Europeia é um ator relevante no Sistema Internacional e que deve ter a responsabilidade de um ator de segurança global<sup>254</sup>.

O documento prossegue enaltecendo a necessidade de um sistema multilateral, salientando que um dos elementos centrais do Sistema Internacional é a relação transatlântica com especial relevo para a NATO<sup>255</sup>. A segurança surge neste quadro enquanto condição necessária para o desenvolvimento de uma autonomia estratégia europeia, ainda que a relação transatlântica seja insubstituível, sendo que o objetivo europeu deve passar por uma aliança efetiva e equilibrada com os EUA (algo que não se verificava), dado a primazia militar que os EUA têm na aliança<sup>256</sup>.

Identificando como um dos grandes desafios a consolidação e união dos diferentes instrumentos e capacidades que a UE tem ao seu dispor, tais como, os programas de assistência europeus, o Fundo Europeu de Desenvolvimento e as capacidades civis e militares de cada Estado Membro, a UE deverá envidar os necessários esforços para se tornar mais ativa na prossecução dos seus objetivos estratégicos e com o desenvolvimento de uma cultura própria que sustente a rápida e, quando necessária, robusta intervenção<sup>257</sup>.

Esta Estratégia de Segurança Europeia, identifica cinco grandes ameaças à segurança Europeia: o terrorismo, a proliferação de armas, os conflitos regionais, o falhanço de alguns estados e o crime organizado, enfatizando que a segurança europeia deveria focar-se primeiramente em estabilizar os Balcãs expandindo os seus princípios e valores para o leste e sul da europa, através de plataformas multilaterais<sup>258</sup>. Estas prioridades vão claramente contra o preconizado pela administração Bush tendo em conta o seu unilateralismo e a forma como abordou a questão do Iraque e do Afeganistão<sup>259</sup>.

Desde a publicação desta estratégia as ações sob a PESC desenrolaram-se em várias zonas de conflito, revelando uma capacidade de ação externa que não seria possível

---

<sup>254</sup> CONSELHO EUROPEU, *A Secure Europe in a Better World. European Security Strategy*, p.1.

<sup>255</sup> *Ibidem*, p.09.

<sup>256</sup> *Ibidem*, p.13.

<sup>257</sup> *Ibidem*, p.11.

<sup>258</sup> *Ibidem*, pp. 3-5.

<sup>259</sup> SMITH, Michael E., «Transatlantic security relations since the European security strategy: what role for the EU in its pursuit of strategic autonomy?», p.607.

duas décadas antes. A UE vai dar início a mais de 30 operações que envolvem a intervenção de forças militares nos Balcãs e em África assim como operações de segurança marítima no corno de África e no Mediterrâneo<sup>260</sup>. A política europeia de segurança e defesa demonstrou uma nova capacidade da UE em impor-se enquanto ator relevante no Sistema internacional, ainda que através da NATO, com a PESC a passar de uma mera declaração formal de política externa baseada na diplomacia, para uma política orientada também para poder agir<sup>261</sup>.

Desde a discussão sobre a Guerra do Iraque em 2003 (e que alguns autores atribuem como a grande causa para o lançamento da Estratégia Europeia de Segurança), a UE mostrou a vontade de se impor como um ator político global com capacidades autónomas, interna e externamente, embora não tenha conseguido a concretização cabal do seu intuito, mantendo-se a necessidade do apoio dos EUA<sup>262</sup>. Tal como a União Europeia a PESC é um processo único na política internacional e foi sendo bastante desenvolvido desde os dias da EPC, ainda que, enquanto um processo de tomada de decisão descentralizado, esteja sujeito a muitos constrangimentos ao nível doméstico dos Estados<sup>263</sup>.

Ao mesmo tempo a UE começou também, no séc. XX, a mostrar a sua própria diplomacia. Em março de 2001, e após a administração Bush se ter afastado do esforço diplomático relativo à procura de reaproximação entre as Coreias, a UE assumiu que deveria ter o papel de mediador que os EUA estavam a abandonar, com um ministro sueco a afirmar que seria a altura de a Europa intervir<sup>264</sup>. Ainda no mesmo mês e face à escalada de tensão e violência perto da fronteira do Kosovo entre rebeldes albaneses e o exército da Macedónia, a administração Bush coibiu-se de agir, sendo que a UE assumiu novamente o papel de mediador diplomático<sup>265</sup>. Foi também a comunidade europeia que intermediou o acordo que resultaria na Sérvia e Montenegro. Durante 2002 a UE tornou-se cada vez mais envolvida nas negociações entre Israelitas e Palestinianos. Nesse

---

<sup>260</sup> *Ibidem*, pp. 607-608.

<sup>261</sup> KEUKELEIRE, Stephan; DELREUX, Tom, *The Foreign Policy of the European Union: 2nd Edition*, p.53.

<sup>262</sup> SMITH, Michael E., «Transatlantic security relations since the European security strategy: what role for the EU in its pursuit of strategic autonomy?», p. 611.

<sup>263</sup> SMITH, Michael E., «Toward a theory of EU foreign policy-making: multilevel governance, domestic politics, and national adaptation to Europe's common foreign and security policy». In *Journal of European Public Policy*, vol. 11, n.º 4, pp. 740-758. DOI: 10.1080/1350176042000248124, p. 755.

<sup>264</sup> KUPCHAN, Charles A., *The End of the American Era: U.S. Foreign Policy and the Geopolitics of the Twenty-first Century*, p. 150.

<sup>265</sup> *Ibidem*.

sentido, e após a consolidação da sua economia e integração política e comercial, a UE começou a assumir um novo papel no sistema internacional que lhe permitiu ter algum tipo de autonomia e intervenção enquanto ator relevante também a nível diplomático<sup>266</sup>.

Relevante ainda na leitura deste documento é o reconhecimento da criação de uma Ordem Internacional baseada no multilateralismo como um objetivo, refletindo a ênfase que a Europa coloca na cooperação multilateral e em alianças com atores essenciais para atingir os seus objetivos<sup>267</sup>.

A estratégia de segurança europeia em 2003 surge num contexto em que os EUA redefiniram a sua própria estratégia para a política externa assente num maior unilateralismo e imposição da sua vontade que contrasta com a procura de consensos e multilateralismo que os próprios tentaram definir como padrão para um mundo pós Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, e uma vez que as condições e dependência dos tempos da Guerra Fria já não se verificava, a estratégia de 2003 é um primeiro sinal que as relações EUA – UE não deviam ser dadas como garantidas, sendo que, num momento específico de crise na relação transatlântica, a comunidade europeia sentiu a necessidade de definir uma arquitetura conceptual de ação que visa estabelecer uma primeira forma de autonomia. Ainda que bastante limitada, dada a primazia que os EUA ainda mantinham no Sistema Internacional, a mesma visava oferecer uma forma de complementaridade à NATO e uma plataforma de negociação com os EUA quando os interesses de ambos chocassem, bem como o desenvolvimento de capacidades de intervenção externa europeia (fundamentalmente assentes em mecanismos de *soft-power*, sendo o recurso a força militar uma *ultima ratio*) que pudesse assumir a UE como um ator internacional de relevo.

#### 2.2.4 A Estratégia de 2016

O contexto geopolítico europeu no séc. XXI foi-se alterando com novas ameaças à prosperidade e estabilidade europeia a surgirem, como é exemplo a crise de refugiados com uma deslocação em massa de migrantes para o continente europeu, a agenda cada vez mais revisionista da Rússia principalmente contra a Ucrânia, a crise financeira de 2008 e a consolidação de movimentos eurocéticos associados ao crescimento do populismo. Para além disso, não só o contexto europeu mudou como a posição dos

---

<sup>266</sup> *Ibidem*, p.150.

<sup>267</sup> KEUKELEIRE, Stephan; DELREUX, Tom, *The Foreign Policy of the European Union: 2nd Edition*, p. 55.

Estados Unidos no Sistema Internacional, principal aliado europeu e garante da sua estabilidade e segurança, se alterou entrando a grande superpotência num contexto de declínio relativo. Estes fatores levam à necessidade de uma revisão da estratégia europeia e da sua posição no Sistema Internacional. Nesse sentido, em 2015, o Conselho Europeu encarrega a Alta Representante de elaborar uma nova estratégia para a política externa de segurança europeia.

Em 2016 é apresentado um documento intitulado “*Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe*”<sup>268</sup> que visa representar uma estratégia global para a política de segurança e defesa da União Europeia. Esta estratégia, que foi publicada poucos dias a seguir ao referendo do *Brexit*, vem enfatizar e declarar de forma bastante clara a procura e necessidade europeia de uma autonomia estratégica, afirmando que a mesma é necessária para promover os interesses da população europeia, mas também os princípios e valores da União, sendo que o caminho não pode passar por uma via solitária, mas sim por um sistema internacional baseado em regras e no multilateralismo. Deixa uma afirmação que pode parecer uma provocação aos EUA quando afirma que não é o tempo de polícias globais ou guerreiros solitários<sup>269</sup>.

Nesse sentido, o documento começa por reconhecer a necessidade de uma Europa mais forte e autónoma e que deve primeiramente olhar para dentro. Uma Europa que gozou de um clima de segurança, democracia e prosperidade sem precedentes e que identifica como grandes desafios a ultrapassar no seu presente e futuro a ameaça terrorista, as ameaças híbridas, a volatilidade económica, as alterações climáticas e a insegurança energética. Referindo que um nível apropriado de ambição e autonomia estratégica é fundamental para a capacidade da Europa em promover a paz e a segurança dentro e fora das suas fronteiras é declarado que deverá existir uma consolidação dos esforços em termos de defesa, cyber segurança, contraterrorismo, autonomia energética e comunicações estratégicas<sup>270</sup>, sendo que a UE deverá fomentar a cooperação em termos de segurança e lutar por uma indústria de defesa sólida, que é fundamental para a autonomia da Europa em termos de decisão e ação<sup>271</sup>.

---

<sup>268</sup> MOGHERINI, Federica, *Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe: A Global Strategy for the European Union's Foreign And Security Policy* [Em linha]. Jun. 2016. [Consult. 28 mai. 2022]. Disponível em: [https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/eugs\\_review\\_web\\_0.pdf](https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/eugs_review_web_0.pdf).

<sup>269</sup> *Ibidem*, p.04.

<sup>270</sup> *Ibidem*, p.09.

<sup>271</sup> *Ibidem*, p.11.

É reconhecido que a Europa deverá assumir uma maior responsabilidade pela sua própria segurança, sendo que a NATO é uma plataforma privilegiada para a sua defesa, no entanto, a UE deve estar preparada e organizada para poder intervir e contribuir de forma decisiva para os esforços de defesa coletiva e agir de forma autónoma quando necessário<sup>272</sup>. A NATO deverá permanecer como principal plataforma de defesa coletiva, sendo que a UE pretende aprofundar a sua cooperação com a aliança num quadro de complementaridade, em respeito pelo preceituado na aliança. Neste contexto a Europa necessita de se fortalecer enquanto uma comunidade de segurança que lhe permita uma tomada de decisão de forma autónoma ao mesmo tempo que mantém o seu quadro de cooperação com a NATO, ou seja, apesar de um claro apelo para o desenvolvimento dos esforços para garantir uma comunidade de segurança e defesa europeia que permitam à UE agir de forma mais autónoma, esse desenvolvimento deve contribuir para uma maior e mais eficiente cooperação com a NATO. Nesse sentido, uma comunidade de defesa e segurança europeia mais credível surge como essencial para a saúde de uma aliança transatlântica com os EUA<sup>273</sup>.

Este ponto de discussão é particularmente complexo dado que a estratégia europeia declara de forma formal que a NATO permanece o principal mecanismo de segurança europeia coletiva, ao mesmo tempo que exorta os europeus a aumentar a sua capacidade para prosseguir esse objetivo (segurança coletiva), tendo a capacidade de agir de forma autónoma se necessário<sup>274</sup>.

A aspiração europeia por uma autonomia estratégica procura tornar a UE um ator militar e de segurança relevante para a segurança coletiva em complementaridade com a NATO, sem questionar a sua supremacia. O grande desafio desta estratégia passa por a UE conseguir alcançar a sua própria autonomia estratégica sem se afastar do quadro de cooperação da NATO o que implica um conceito de segurança coletiva ainda mais alargado que o da comunidade europeia, ao mesmo tempo que essa autonomia estratégica é relevante o suficiente para justificar a existência de uma Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)<sup>275</sup>.

---

<sup>272</sup> *Ibidem*, p.19.

<sup>273</sup> *Ibidem*, p.21.

<sup>274</sup> HOWORTH, Jolyon, «Strategic autonomy and EU-NATO cooperation: threat or opportunity for transatlantic defence relations?», p.526.

<sup>275</sup> *Ibidem*, p. 527.

Nesse sentido, um conjunto de teóricos – maioritariamente associados ao realismo –, enunciam dois grandes problemas na estratégia europeia. Primeiro a relutância em alocar mais recursos para aumentar o seu poderio militar, dado que a Europa assume o recurso à força militar como um último recurso, privilegiando a os mecanismos de *soft-power*, e, segundo, a incapacidade que UE demonstra em transformar os seus recursos institucionais em mecanismos que podem agir de forma efetiva e credível. Estas duas questões formam a base para justificar o porquê de as relações transatlânticas em termos de segurança coletiva continuarem a ser dominadas pelos EUA<sup>276</sup>, apesar dos incentivos europeus para uma maior autonomia estratégica.

A adoção da estratégia em 2016 e os seus comprometimentos de segurança, tornam claro que a UE pretende aumentar as suas capacidades por forma a lidar e intervir em assuntos de segurança que não são vistos como prioritários pelos EUA, ainda que esse tipo de ações possa ir contra algumas das expectativas de Washington. Exemplo disso foi a primeira operação de paz de forma independente pela PCSD na República democrática do Congo<sup>277</sup>.

Ainda antes da eleição de Donald Trump, que trouxe novos problemas e desafios à aliança entre UE e EUA, a comunidade europeia estaria já a desenvolver uma estratégia própria de segurança que poderia ou não ir ao encontro das prioridades norte-americanas. A estratégia de 2016 consolida o pensamento estratégico da UE para além das instituições específicas que foi criando, mantendo a tónica na cooperação multilateral como mecanismo privilegiado de ação, distinguindo-se de algum unilateralismo norte-americano.

Ainda que uma cabal autonomia estratégica da UE seja muito difícil de tornar real, no sentido em que face à sua posição no Sistema Internacional terá sempre alguns constrangimentos por parte de outra potências com uma capacidade de intervenção que a comunidade europeia não tem, esta estratégia visa permitir à UE consolidar uma política estratégica que permita à Europa tornar-se mais independente da política externa norte-americana, tendo sempre em consideração o domínio da NATO em aspetos de defesa coletiva<sup>278</sup>.

---

<sup>276</sup> SMITH, Michael E., «Transatlantic security relations since the European security strategy: what role for the EU in its pursuit of strategic autonomy?», p. 607.

<sup>277</sup> *Ibidem*, pp. 612-613.

<sup>278</sup> *Ibidem*, p.617 – 618.

A relação transatlântica sempre foi central para a segurança e defesa coletiva do mundo Ocidental. A interação complexa e por vezes confusa entre ambos em termos dos arranjos de defesa, apesar de alguns pontos de discórdia foram, na sua generalidade, marcados por uma ideia de continuidade desde o fim da Segunda Grande Guerra passando pela formação da NATO, às várias instituições criadas dentro da comunidade europeia com vista ao desenvolvimento da sua integração económica e de defesa onde se destaca a PESC e a PCSD e que culmina na Estratégia de 2016 que vem assumir um preceito – a autonomia estratégica europeia<sup>279</sup>.

Recuperando algumas das ideias expostas no enquadramento teórico, a teoria do realismo ofensivo parece ser mais indicado para caracterizar a relação entre a UE e os EUA. O investimento que a UE tem feito ao longo dos anos na sua defesa parece não ser um mecanismo de balanceamento contra os EUA, mas sim um complemento das suas exigências, mantendo a ideia de que a Europa tem alguma utilidade para os norte-americanos, ao mesmo tempo que mantém o seu investimento na NATO<sup>280</sup>. Se o realismo defensivo fosse a caracterização da relação entre EUA e UE o cenário deveria ser o oposto, um contínuo desinvestimento na defesa mútua e um considerável investimento na defesa própria. Para além disso, em termos gerais, a UE sempre se alinhou com os interesses dos EUA (à exceção da crise causada pela guerra do Iraque onde, ainda assim, existiram Estados que apoiaram os norte-americanos) pelo menos até à administração Trump. Embora os ensejos por uma maior independência europeia face aos EUA tenham sempre existido e se tenham fortalecido no pós-Guerra Fria com um discurso europeu a pensar mais no futuro do que no fantasma do passado, foi necessária a ameaça (e posterior eleição) de um presidente norte-americano que considerou a UE um inimigo<sup>281</sup>, iniciando uma guerra comercial, que deu o seu apoio a movimentos eurocéticos e que pusesse em causa os princípios basilares da NATO, para a UE declarar formalmente a sua procura por uma “autonomia estratégica” enquanto prioridade<sup>282</sup>.

---

<sup>279</sup> HOWORTH, Jolyon, «Strategic autonomy and EU-NATO cooperation: threat or opportunity for transatlantic defence relations?», p.523.

<sup>280</sup> CALDI, Lorenzo; LOCATELLI, Andrea, «Bandwagoning, Not Balancing: Why Europe Confounds Realism», *Contemporary Security Policy*, vol. 33, n.º 2, 264-288, 2012. DOI: 10.1080/13523260.2012.693792. p. 281.

<sup>281</sup> CBS NEWS, "I think the European Union is a foe," Trump says ahead of Putin meeting in Helsinki [Em linha], *CBS News*, 15 jul. 2018 [Consult. a 14 nov. 2020] Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/donald-trump-interview-cbs-news-european-union-is-a-foe-ahead-of-putin-meeting-in-helsinki-jeff-glor/>.

<sup>282</sup> COMISSÃO DOS ASSUNTOS EXTERNOS, *Relatório sobre o estado das relações entre a UE e os EUA*, [Em linha]. Parlamento europeu. 10 jul. 2018. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-8-2018-0251\\_PT.html](https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-8-2018-0251_PT.html), p. 7.

## Capítulo III – A Era de Trump

### 3.1 A ascensão de Trump - “Make America Great Again”

Tendo sido precedido por uma administração que redefiniu a política norte-americana através do seu pivot asiático e do reconhecimento do declínio relativo dos EUA, com uma gestão focada nos problemas internos e direitos sociais em detrimento do comprometimento externo norte-americano, Donald Trump representa uma nova mudança, ainda que mais radical, na política dos EUA. A sua eleição surge num contexto em que os EUA constatavam que o auge da sua unipolaridade já estava ultrapassado e que tinham entrado num caminho de declínio relativo com novas potências a ameaçar a sua supremacia e a partilhar o espaço económico mundial. O crescimento exponencial da economia chinesa, o intensificar do revisionismo russo, a instabilidade política na Europa causada pelo resultado do referendo do *Brexit* e o crescimento de movimentos populistas um pouco por todo o globo indicavam que o resultado da eleição em 2016 teria um impacto significativo na política internacional<sup>283</sup>. Para além disso, a nível pessoal, Donald Trump, representa o primeiro presidente norte-americano a ser eleito sem qualquer experiência militar ou governativa e estando o seu passado ligado ao mundo empresarial e a *reality show's*.

No entanto, a eleição de Donald Trump, ainda que surpreendente, tem um enquadramento específico passível de ser analisado. No seu livro “*American Discontent: The rise of Donald Trump and decline of the golden age*”<sup>284</sup>, John L. Campbell, apresenta um conjunto de fatores relacionados com o processo de campanha eleitoral passíveis de explicar, ainda que não na totalidade, o que levou à eleição do presidente mais controverso das últimas décadas. Nesse sentido, o autor identifica a experiência de Trump com os Media e exposição mediática que permitiu uma comunicação bastante direcionada e bem sucedida de como são exemplo os seus “*sound bites*”; a descridibilização do Partido Democrático e da campanha de Hillary Clinton após publicação de alguns emails embaraçosos, com suspeitas de interferência Russa e a preocupação demonstrada pelo, à data, diretor do FBI relativamente à capacidade de Clinton lidar com matéria classificada; o facto de a eleição de Trump resultar de uma má e mal preparada campanha de Hillary

---

<sup>283</sup> RATO, Vasco, *Tattered Alliance: Donald Trump and Europe*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 2021, p. 26.

<sup>284</sup> CAMPBELL, John. L, *American Discontent: The rise of Donald Trump and Decline of the Golden Age*, Oxford: Oxford University Press, 2018.

Clinton ao mesmo tempo que Trump fez uma campanha bastante bem sucedida; o facto de Trump conseguir aproveitar o ímpeto populista que surgiu na sociedade norte-americana e que pretendia um político que se demarcasse do convencional da esfera do Partido Democrático e do Partido Republicano; a forma como representou o sentimento antissistema (do qual Clinton fazia parte representando o poder instituído em Washington nos últimos anos); o facto de Trump conseguir aproveitar o auge das redes sociais, tornando-se uma personagem altamente ativa em vários canais sociais; e a tendência dos *media* em atacar mais o discurso de Trump do que o discurso de Clinton o que acabou por sustentar a sua imagem de homem contra o sistema e contra os *media* convencionais<sup>285</sup>.

Todos estes factos adequam-se à campanha e processo eleitoral de Donald Trump, no entanto, a sua eleição tem causas estruturais, movimentos que vão ganhando força e se vão instituindo na sociedade média sem atingirem os decisores políticos, e tem causas conjeturais, nomeadamente “as condições políticas, económicas e sociais que se verificam em determinado momento histórico e que permitem que as tendências ou propostas políticas vistas até aí como minoritárias se tornem do agrado da maioria”<sup>286</sup>.

As causas estruturais podem ser enquadradas em três dimensões que foram emergindo e consolidando-se nos EUA em várias décadas. A primeira tem um carácter económico e remonta à década de 60 quando a estagflação, globalização e o aumento na competição internacional sufocaram a classe média norte-americana, pondo em causa “o sonho americano” e destruindo o conceito de elevador social, o que incluiu a redução de alguns postos de trabalho, estagnação dos salários, o aumento das dívidas das famílias e crescente desigualdade<sup>287</sup>. Embora Donald Trump tenha utilizado esta questão de uma forma mais populista, como iremos ver mais à frente, é factual que os EUA não eram em 2016 a nação do *Golden Age* do pós-Segunda Guerra Mundial e também já não eram a nação unipolar com uma economia destacadíssima de todas as outras. Neste ponto Donald Trump identifica, em particular, a política seguida no pós-Guerra Fria e em especial o internacionalismo liberalista e a defesa intransigente de instituições multilaterais onde os EUA eram invariavelmente prejudicados como o desastre que levou ao declínio e

---

<sup>285</sup> *Ibidem*, pp. 3 – 9.

<sup>286</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago; SOLLER, Diana, *Donald Trump: O Método no caos*, p.13.

<sup>287</sup> CAMPBELL, John. L., *American Discontent: The rise of Donald Trump and Decline of the Golden Age*, p.11.

humilhação da nação norte-americana que se encontra enfraquecida<sup>288</sup>. Como resposta a este sentimento Trump prometeu ser o maior criador de trabalhos que Deus criou<sup>289</sup>, revelando-se como o grande herói da classe média trabalhadora norte-americana que devolveria a América ao seu verdadeiro povo e à sua prosperidade económica<sup>290</sup>. A segunda corrente deve-se ao facto de este declínio económico ter criado uma crença crescente dentro da comunidade norte-americana, segundo a qual, a grande culpa do declínio da classe média trabalhadora norte-americana, relacionada com a perda de trabalho do homem médio norte-americano, com maiores impostos e reduções salariais, teria como grande culpado as comunidades imigrantes. Trump não deixou de exaltar este sentimento na sua campanha, associando imigrantes ilegais à redução de salários na sociedade norte-americana, ao desemprego, a um aproveitamento de recursos públicos e ao aumento da criminalidade<sup>291</sup>. A terceira corrente está relacionada com a ascensão de um sentimento neoliberal na sociedade norte-americana. Face ao declínio económico uma parte enraizada da população norte-americana começou a sentir afinidade pela corrente económica e conservadora associada aos anos áureos norte-americanos do pós-II Guerra Mundial. O neoliberalismo, associado à ideia de recuperação de um governo reduzido e dos valores tradicionais familiares norte-americanos, providenciaram um palco privilegiado para a recuperação e exaltação de uma ideia clássica de família norte-americana que Trump vai recuperar em muitos dos seus discursos<sup>292</sup>.

Estas três dimensões, interligadas e consolidadas no espírito norte-americano, criaram uma outra corrente fundamental não só para a campanha de Trump, mas para a

---

<sup>288</sup> EDWARDS, Jason A., «Make America Great Again: Donald Trump and the redefining of the US role in the World». In *Communication Quarterly*, vol. 66, n.º 2, 2018, pp. 176-195. DOI: 10.1080/01463373.2018.1438485, pp.183-185. Ver também TRUMP, Donald, *Crippled America: How to Make America Great Again*. Nova Iorque: Threshold Editions, 2015, p.19.

<sup>289</sup> WASHINGTON POST STAFF, «Donald Trump announces a presidential bid», *The Washington Post* [Em linha]. 16 jun. 2015. [Consult. 24 mai. 2022]. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/post-politics/wp/2015/06/16/full-text-donald-trump-announces-a-presidential-bid/>.

<sup>290</sup> *Ibidem*.

<sup>291</sup> EDWARDS, Jason A., «Make America Great Again: Donald Trump and the redefining of the US role in the World», p. 189. Ver também WASHINGTON POST STAFF, «Donald Trump announces a presidential bid»; TRUMP, Donald, *Crippled America: How to Make America Great Again*. pp.19-31; LOS ANGELES TIMES STAFF, «Donald Trump's complete convention speech, annotated», *Los Angeles Times* [Em linha]. 21 jul. 2016. [Consult. 24 abri. 2022]. Disponível em: <https://www.latimes.com/politics/la-na-pol-donald-trump-convention-speech-transcript-20160721-snap-htmlstory.html>.

<sup>292</sup> CAMPBELL, John. L, *American Discontent: The rise of Donald Trump and Decline of the Golden Age*, p.13.

própria sociedade norte-americana, que se traduziu numa polarização política acentuada que Trump soube aproveitar, extremando a sua campanha<sup>293</sup>.

Relativamente aos fatores conjeturais que alicerçaram a campanha de Donald Trump podemos nomear: a crise económica de 2008 que marcou de forma indelével a sociedade norte-americana e a forma como a sua economia é vista pelos próprios e pelo resto do mundo, sendo o modelo norte-americano considerado o grande culpado por uma crise financeira que se estendeu um pouco por todo o mundo; a divisão social que resultou das políticas da administração Obama baseada numa nova proposta económico-social com um reforço dos direitos sociais e que levou a um extremar das perceções da classe média norte-americana; e o fim da unipolaridade e supremacia norte-americana, simbolizado pelo retraimento estratégico e a emergência de outras potências com agendas revisionistas que desafiam e ameaçam a primazia norte-americana. Estes três facotes criaram uma crise identitária abrindo espaço para que os partidos ou políticos populistas pudessem aproveitar e capitalizar o descontentamento da classe média norte-americana<sup>294</sup>.

Donald Trump emergiu da sua campanha como o candidato antissistema que dava voz às preocupações do homem médio norte-americano que havia sido esquecido e posto de parte pela elite política de quem Trump se distanciava<sup>295</sup>.

Trump teve a capacidade de direcionar o seu discurso para a população mais afetada pela crise financeira de 2008<sup>296</sup> e mais descontente com a imagem dos EUA, que estava denegrida pelo seu declínio. Essa imagem criou na sociedade norte-americana um sentimento de revolta aproveitado por um homem que se assumia não só contra as elites de Washington, mas também contra classes minoritárias que eram vistas como causadoras do declínio interno da sociedade norte-americana, e prometia devolver a América aos seus tempos áureos e ao verdadeiro “povo” norte-americano, daí resultando o slogan da sua campanha “Make America Great Again”.

Nesse sentido, é impossível separar a narrativa de Donald Trump de uma retórica populista que baseada num sentimento nacionalista conseguiu de forma eficaz “apelar aos

---

<sup>293</sup> *Ibidem*, pp.11 – 13. Ver também JACOBSON, Cary C., «The Triumph of Polarized Partisanship in 2016: Donald Trump’s Improbable Victory». In *Political Science Quarterly*, Vol. 132, n.º1, 2017, pp. 9-41.

<sup>294</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago; SOLLER, Diana, *Donald Trump: O Método no caos*, pp. 33-34.

<sup>295</sup> RATO, Vasco, *Tattered Alliance: Donald Trump and Europe*, p. 27.

<sup>296</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago; SOLLER, Diana, *Donald Trump: O Método no caos*, pp. 29 – 31.

instintos mais básicos dos eleitores, recriar um passado político idealizado que apela aos desejos da população e de legitimar uma mudança brusca na direção política”<sup>297</sup>.

Com efeito, muitos dos aspetos do nacionalismo tem resultado de classes que gozaram de uma certa primazia social e se encontram em processo de declínio, uma vez que não foi só o seu status e segurança que viram minimizados pela mudança económica e social, mas todo o seu universo cultural. Estes sentimentos são especialmente suscetíveis de levar à radicalização quando um período de crescimento económico chega ao fim e é sucedido por uma depressão<sup>298</sup>. Foi este cenário que se foi instituído dentro da sociedade norte americana após o fim da *Golden Age*, mas que acabou por se consolidar e ser reconhecido na crise financeira de 2008 e pelo fim da unipolaridade norte-americana, onde uma nação que se encontrava num situação de absoluta supremacia a vários níveis (incluindo económico) vê regressar o espetro da competitividade e a ameaça de perder a sua primazia. A sociedade norte-americana teve de lidar com o facto de a sua excecionalidade dar lugar a uma certa normalidade em termos de imagem interna e externa. Apesar de apelar à dimensão mais populista da sociedade norte-americana, com discursos inflamados, nacionalistas e anti-imigração, Donald Trump representa uma exaltação de um momento específico dos Estados Unidos no Sistema Internacional, em que a sua posição de primazia e supremacia unipolar estava posta em causa.

Nesse sentido, podemos identificar três grandes pilares na retórica apresentada por Donald Trump: Nacionalismo (*Make America Great Again; America First*); Nativismo (Proteger as fronteiras e a sociedade norte-americana da imigração ilegal e de todos os seus malefícios); e Protecionismo económico (proteger os trabalhadores e a economia americana)<sup>299</sup>.

Em termos de política externa, a eleição de 2016 representa um confronto de ideais, sendo que Hillary Clinton, uma convicta defensora da Ordem Internacional Liberal e do multilateralismo, se opunha à rutura que Donald Trump representava com essa mesma ordem liberal do pós Segunda Guerra Mundial<sup>300</sup>, ou seja, o nacionalismo de

---

<sup>297</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago; SOLLER, Diana, *Donald Trump: O Método no caos*, p.17.

<sup>298</sup> LIEVEN, Anatol, *América Right or Wrong: An Anatomy of American Nationalism* 2nd Edition. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 83.

<sup>299</sup> MCGANN, James G., «Why Donald Trump Won the Election and Does it Mean The End To Think Tanks and Policy Advice as We Know it?». *TTCSP Publications* [Em linha]. 08 ago. 2019. [Consult. 23 abri. 2022]. Disponível em: [https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1004&context=ttcsp\\_papers](https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1004&context=ttcsp_papers).

<sup>300</sup> RATO, Vasco, *Tattered Alliance: Donald Trump and Europe*, p. 27

Trump vai contrapor-se ao globalismo de Hillary Clinton<sup>301</sup>. Para Donald Trump o globalismo e o internacionalismo liberal dos seus predecessores representou o grande erro do mundo pós-Guerra Fria, sendo que os EUA falharam em criar uma nova visão para o mundo, transformando a sua política externa em algo sem sentido e desastroso e que levou a superpotência a um défice comercial, com as fronteiras desprotegidas, a soberania norte-americana dependente de instituições internacionais e a uma injustificada promoção da democracia norte-americana a países que não a queriam<sup>302</sup>. Nesse sentido, Donald Trump define a política externa norte-americana do pós Guerra Fria como “arrogante” e que levou a “desastre atrás de desastre” e incapaz de criar uma nova visão, sendo que o “americanismo” foi substituído pelo globalismo fazendo com os EUA perdem-se o foco do que realmente é importante<sup>303</sup>.

A principal mensagem da campanha de Trump passava pela constatação de que os EUA haviam perdido a sua posição de supremacia e que só um candidato fora do sistema, preocupado com os verdadeiros americanos trabalhadores e não com a construção de uma agenda de política externa, conseguiria tornar a América grande de novo. Fundamental para o discurso e propostas de Trump foi a ideia de declínio da verdadeira América e a forma como vitimizou os EUA pelos acordos comerciais e alianças baseadas no multilateralismo que o resto do mundo soube explorar prejudicando o seu país<sup>304</sup>. A sua retórica exaltava o facto de os níveis médios de qualidade de vida da classe média norte-americana terem sido postas em causa pelas elites políticas que não tendo a capacidade de liderança necessárias deixavam que outros países se aproveitassem da Ordem Internacional e das suas instituições multilaterais para prejudicar os EUA e consequentemente o povo norte-americano. Para Trump o facto condenável seria a incapacidade dos líderes norte-americanos protegerem o seu povo<sup>305</sup> em detrimento de uma ordem mundial e um conjunto de instituições que tudo exigiam dos EUA, mas que eram claramente prejudiciais para os interesses dos EUA.

---

<sup>301</sup> MERRY, Robert W., «Trump vs. Hillary Is Nationalism vs. Globalism», *The National Interest*, [Em linha]. 04 mai. 2016. [Consult. 09 jun. 2022]. Disponível em: <https://nationalinterest.org/feature/trump-vs-hillary-nationalism-vs-globalism-2016-16041>. Ver também CLARKE, Michael; RICKETTS, Anthony, «Donald Trump and American foreign policy: The return of the Jacksonian tradition». In *Comparative Strategy*, Vol. 36, n.º 4, 2017, pp. 366-379. DOI: 10.1080/01495933.2017.1361210, p.370.

<sup>302</sup> EDWARDS, Jason A., «Make America Great Again: Donald Trump and the redefining of the US role in the World», p. 189.

<sup>303</sup> CROWLEY, Stephen, «Transcript: Donald Trump’s Foreign Policy Speech» *The New York Times* [Em linha]. 27 abri. 2016 [Consult. 22 mai. 2022]. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/04/28/us/politics/transcript-trump-foreign-policy.html>.

<sup>304</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago; SOLLER, Diana, *Donald Trump: O Método no caos*, p.46.

<sup>305</sup> RATO, Vasco, *Tattered Alliance: Donald Trump and Europe*, p. 37.

## Donald Trump, o presidente Jacksoniano

Tendo por base a retórica apresentada verificamos que Donald Trump representa um presidente *Jacksoniano*<sup>306</sup>. Este conceito, introduzido por Walter Russ Mead, tem por base um “fenómeno populista” que representa uma parte importante da sociedade norte-americana, sendo caracterizado precisamente pelo ideal segundo o qual a América se esqueceu dos “verdadeiros americanos” e que mereciam ser a grande prioridade dos decisores políticos<sup>307</sup>. Esta ideologia “nacional-populista” enquadra-se na retórica apresentada por Trump, tendo por base a linha de pensamento “étnico-nacionalista”, contra o elitismo e baseada nos valores da comunidade *folk* norte-americana<sup>308</sup>, e que é por norma associado aos princípios de populismo, individualismo, honra e coragem<sup>309</sup>.

Tendo em conta o apresentado, nomeadamente a forma como Trump se apresentou como o candidato anti elites, bastante crítico dos líderes políticos que o precederam e que culpou pelo declínio norte-americano, e também como associou as classes imigrantes como os responsáveis pela diminuição da qualidade de vida da classe média norte-americana encontramos o seu paralelo na forma como os apoiantes do presidente Andrew Jackson se opunham tanto aos “aristocratas” ou elites políticas de topo quanto aos americanos índios e aos escravos abaixo de si<sup>310</sup>.

Para os *Jacksonianos* o papel do governo dos EUA, que deverá ser o menos centralizado possível dada a visão pessimista que os *Jacksonianos* têm das elites políticas, é dar cumprimento ao verdadeiro desígnio da nação que passa por garantir a segurança e a prosperidade económica no povo norte-americano, ao mesmo tempo que interfere o mínimo possível nas liberdades individuais que fazem dos EUA um país único<sup>311</sup>. Nesse sentido o cerne da tradição *Jacksoniana* é a sua crença em que o governo deve fazer tudo ao seu alcance para promover o bem-estar político, económico e moral da comunidade *folk*<sup>312</sup>.

---

<sup>306</sup> MEAD, Walter Russel, *Special Providence: American Foreign Policy and how it Changed the World*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 2001, pp. 218 – 263.

<sup>307</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago; SOLLER, Diana, *Donald Trump: O Método no caos*, p. 19.

<sup>308</sup> RATO, Vasco, *Tattered Alliance: Donald Trump and Europe*, p. 46.

<sup>309</sup> CLARKE, Michael; RICKETTS, Anthony, «Donald Trump and American foreign policy: The return of the Jacksonian tradition». In *Comparative Strategy*, vol. 36, n.º 4, 2017, pp. 366-379. DOI: 10.1080/01495933.2017.1361210, p. 368.

<sup>310</sup> MULLER, Jan-Werner, *What is populism?*. Filadélfia:University of Pennsylvania Press, 2016, p.23.

<sup>311</sup> MEAD, Walter Russel, «The Jacksonian Revolt: American Populism and the Liberal Order». In *Foreign Affairs*, vol. 96, n.º 2, março/abril 2017, p.3. Ver também CLARKE, Michael; RICKETTS, Anthony, «Donald Trump and American foreign policy: The return of the Jacksonian tradition», p. 368.

<sup>312</sup> MEAD, Walter Russel, «The Jacksonian Tradition and American Foreign Policy». In *The National Interest*, n.º 58, 1999/2000, pp. 5-29, p. 15.

Donald Trump apresenta-se como o grande salvador e representante da classe média e trabalhadores norte-americanos<sup>313</sup>, em contraponto às estabelecidas elites políticas de Washington e às classes minoritárias imigrantes, que são, respetivamente, identificadas como grandes responsáveis pelo declínio económico e pela perda de qualidade de vida para os verdadeiros norte-americanos. Nesse sentido, verificamos que no seu discurso de aceitação Donald Trump define como grande objetivo a reestruturação da nação norte-americana para melhor servir o seu povo (Trump chega a afirmar que a sua grande bandeira é devolver o poder ao povo), exaltando a figura do “outro” que tinha sido o grande responsável pelo declínio norte-americano e claramente privilegiado em detrimento do verdadeiro homem médio norte-americano<sup>314</sup>. Este “outro” de Donald Trump tem uma dupla vertente, se por um lado Trump se assume como personalidade antissistema que vê nas elites políticas de Washington um conjunto de burocratas sem capacidade de liderar a grande nação norte-americana e que não defende a verdadeira classe trabalhadora dos EUA (sendo os grandes responsáveis pelo declínio norte-americano), vai também identificar os imigrantes e outras minorias étnicas como grandes responsáveis pela perda de qualidade de vida da “sua” sociedade norte-americana e que foi claramente beneficiada pela administração anterior.

Para os *Jacksonianos* a política externa norte-americana deve estar ao serviço da verdadeira sociedade norte-americana, sendo que os mesmos rejeitam a ideia de internacionalismo (em oposição ao seu ideal nacionalista) e, por conseguinte, alguns dos valores fundamentais dos EUA. Para além disso, os *Jacksonianos* advogam que os EUA não têm obrigações morais e ideológicas com estados terceiros, nem com instituições internacionais que apenas servem para gastar dinheiro dos seus contribuintes. Nesse sentido, e tendo como objetivo a recuperação da supremacia norte-americana, defendem que os EUA se devem afastar de um conjunto de alianças que forçam a nação a envolver-se e resolver problemas que não são dos norte-americanos e que os EUA devem redefinir as suas alianças para um quadro de estados que partilhem os seus valores de nacionalismo e patriotismo, redundando numa visão segundo a qual o mundo representa um palco onde um conjunto de nações soberanas luta pelos seus interesses e conveniências<sup>315</sup>.

---

<sup>313</sup> TRUMP, Donald, *Crippled America: How to Make America Great Again*. Nova Iorque: Threshold Editions, 2015, p.17.

<sup>314</sup> TRUMP, Donald, *The Inaugural Address* [Em Linha]. Casa Branca. 24 jan. 2017 [Consult. a 28 nov. 2021]. Disponível em <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/the-inaugural-address/>.

<sup>315</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago; SOLLER, Diana, *Donald Trump: O Método no caos*, pp. 77-78.

Existem 5 princípios basilares para enquadrar a visão Jacksoniana e a forma como Donald Trump vai recuperar e incorporar essa corrente de pensamento. Primeiro, o nacionalismo, segundo o qual a política externa norte-americana deve ter por base o reconhecimento da soberania dos estados, assente no princípio de que cada estado deverá preocupar-se e tomar conta de si próprio zelando pela sua segurança e não dependendo de terceiros, num sistema internacional anárquico. Nesse sentido, as organizações internacionais vão-se esvaziando e as alianças permanentes passam a ser alianças de conveniência com Estados que partilhem os valores nacionalistas de Trump ou que possam beneficiar os EUA na prossecução dos seus interesses<sup>316</sup>. Segundo, a defesa incondicional dos EUA e da sociedade norte-americana, sendo que a política externa deve servir para garantir os interesses norte-americanos<sup>317</sup>, baseando a sua mundivisão num conceito de protecionismo económico segundo o qual a prosperidade económica dos EUA e dos trabalhadores norte-americanos é um assunto de segurança nacional (o princípio fundamental a reter é que a política externa deverá estar ao serviço da política interna)<sup>318</sup>. Terceiro, a manutenção do prestígio internacional dos EUA<sup>319</sup>, estando este ponto relacionado com o orgulho e código de honra jacksoniano que encontra o equivalente no ideal de Trump em devolver a América aos seus tempos áureos e à sua supremacia. O declínio norte-americano tem levado a um aumento do desprezo por parte de outros estados, não gozando os EUA do prestígio internacional que merecem, dado serem o estado mais poderoso do mundo<sup>320</sup>. Quarto, uma política externa seletiva, mas agressiva, sendo que para os Jacksonianos a defesa da honra norte-americana exige respostas assertivas e os EUA através da sua extraordinária capacidade militar devem ser uma nação capaz de impor a sua vontade apenas quando os seus interesses estiverem em perigo com vitórias inequívocas<sup>321</sup>. O último princípio está ligado à rejeição do liberalismo internacionalista em detrimento de uma visão realista, onde é recuperada a ideia de que o sistema internacional é caracterizado pela anarquia e pela luta de poder<sup>322</sup>,

---

<sup>316</sup> CLARKE, Michael; RICKETTS, Anthony, «Donald Trump and American foreign policy: The return of the Jacksonian tradition», p.371.

<sup>317</sup> MEAD, Walter Russel, *Special Providence: American Foreign Policy and how it Changed the World*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 2001. pp. 237-238.

<sup>318</sup> TRUMP, Donald, *The National Security Strategy of the United States of America* [Em linha]. Casa Branca. 18 dez. 2017. [Consult. 30 mar. 2022]. <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>, p. 18.

<sup>319</sup> Ibidem, p. II.

<sup>320</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago; SOLLER, Diana, *Donald Trump: O Método no caos*, p. 113.

<sup>321</sup> CLARKE, Michael; RICKETTS, Anthony, «Donald Trump and American foreign policy: The return of the Jacksonian tradition», p.369.

<sup>322</sup> MEAD, Walter Russel, «The Jacksonian Tradition and American Foreign Policy», p. 18.

sendo renegada a ideia de que os EUA têm o dever de expandir e lutar pela defesa dos seus valores e princípios no resto do mundo, alterando a forma de encarar alguns dos pontos mais fundamentais da política externa norte-americana, tais como, as alianças permanentes, o conceito de segurança coletiva, a valorização dada ao tipo de regime e a importância das instituições internacionais<sup>323</sup>.

O momento contemporâneo à eleição de Donald Trump é marcado por um profundo ceticismo relativo à política de globalismo e de construção de uma ordem liberal, não pelo desejo de uma visão alternativa, mas pela descrença e falta de confiança nas elites políticas que no passado recente haviam estabelecido a política externa norte-americana. Nesse sentido, opõem-se aos mais recentes acordos comerciais não porque entendam os seus detalhes ou sejam especialistas na matéria, mas simplesmente porque não acreditam que as elites políticas que os negociavam tivessem necessariamente os interesses dos EUA em primeiro plano<sup>324</sup>.

Donald Trump, enquanto presidente que recupera as ideias *Jacksonianos*, reconhece que a vida internacional é um mundo violento e anárquico, na qual a melhor estratégia para os EUA será apenas envolverem-se quando os seus interesses vitais estiverem em causa e, dado que o objetivo passa por vitórias decisivas e inequívocas dos EUA, a nação deve dispor de umas forças armadas poderosas que não deixam margem para dúvidas sobre a sua superioridade<sup>325</sup>. Os EUA deverão abandonar as ideias do pós-Guerra Fria de uma nação com responsabilidades internacionais e “presa” a um conjunto de alianças históricas e instituições multilaterais para passar a definir as suas relações de acordo com o respeito pelos seus interesses, num mundo onde é cada um por si e impera a lei do mais forte.

### **3.2 A grande estratégia “America First”**

Após uma campanha agressiva, populista e baseada na divisão social a vitória de Donald Trump trouxe um considerável nervosismo e receio no exterior, levantando

---

<sup>323</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago; SOLLER, Diana, *Donald Trump: O Método no caos*, pp.114-115. Ver também CLARKE, Michael; RICKETTS, Anthony, «Donald Trump and American foreign policy: The return of the Jacksonian tradition», p.370.

<sup>324</sup> MEAD, Walter Russel, «The Jacksonian Revolt: American Populism and the Liberal Order», p. 6.

<sup>325</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago; SOLLER, Diana, *Donald Trump: O Método no caos*, p.78.

questões sobre a política externa de Trump e as suas escolhas relativamente ao papel dos EUA no Sistema Internacional<sup>326</sup>.

Todos os líderes norte-americanos anteriores a Donald Trump tiveram por base das suas decisões o interesse nacional, a economia e a segurança norte-americana dentro de um contexto de um Sistema Internacional moldado por um conjunto de princípios e valores em que os norte-americanos tentavam manter a sua supremacia. O grande corte de Trump em termos de política externa surge na medida em que todas as decisões, alianças e acordos passam a estar subordinados ao supremo interesse nacional independentemente das suas tradições princípios ou valores<sup>327</sup>. Os slogans da sua campanha “*America First*”, “*Make America Great Again*” e os seus discursos nacionalistas em época de campanha deixaram antever uma profunda mudança na política externa norte-americana.

Indo ao encontro dos princípios *jacksonianos* Donald Trump deixou claro que o grande desígnio da sua administração seria assegurar a defesa dos norte-americanos e relançar a prosperidade económica<sup>328</sup>, distanciando-se dos seus predecessores por apresentar uma ideologia de “*Americanisno*”, em oposição ao globalismo, na qual os norte-americanos estariam em primeiro lugar<sup>329</sup>. Donald Trump propunha os EUA enquanto uma nação “normal” que se deveria preocupar com um conjunto limitado de interesses nacionais e que marcava uma rutura com a política do pós Segunda Guerra Mundial, em que os EUA seriam a nação indispensável para o garante da estabilidade mundial<sup>330</sup>.

Nesse sentido, importa tentar identificar a grande estratégia que a administração Trump seguiu durante o seu mandato por forma a compreender de que forma os EUA de Trump encararam a sua posição num Sistema Internacional em clara mudança. Uma grande estratégia compreende uma arquitetura conceptual que fornece estrutura e forma à política de uma nação, ou seja, a compreensão dos princípios básicos do ambiente internacional, dos interesses e objetivos de uma nação inserida nesse ambiente, as

---

<sup>326</sup> LANGLOIS, Laëtitia, «Trump, Brexit and the Transatlantic Relationship: The New Paradigms of the Trump Era».

<sup>327</sup> *Ibidem*.

<sup>328</sup> RATO, Vasco, *Tattered Alliance: Donald Trump and Europe*, p. 40.

<sup>329</sup> LOS ANGELES TIMES STAFF, «Donald Trump’s complete convention speech, annotated»,

<sup>330</sup> RATO, Vasco, *Tattered Alliance: Donald Trump and Europe*, p.40

ameaças a esses mesmos interesses e as principais linhas orientadoras para as enfrentar<sup>331</sup>. Uma grande estratégia tem como objetivo a definição da política externa de um Estado, identificando os objetivos que essa nação deve atingir no mundo determinando de que forma serão utilizados e integrados os meios que tem ao seu dispor para atingir esses objetivos<sup>332</sup>.

Segundo a Administração Trump, e como elencado em *The National Security Strategy of The United States of America*<sup>333</sup>, os EUA devem seguir uma política de “realismo com princípios” guiada por resultados e não por ideologias, baseada numa visão segundo a qual a paz, segurança e prosperidade dependem de nações soberanas<sup>334</sup>.

Este ponto, ainda que introdutório, marca desde logo um princípio básico que nos ajuda a perceber dois ideais marcantes da doutrina Trump. Primeiro, identifica a soberania enquanto pilar essencial do ambiente internacional e conseqüente relação entre atores e, segundo, advoga a procura incondicional de resultados como objetivo primordial relegando a ideologia para um papel secundário. Nesse sentido, os EUA assumem-se como um estado normal igual a outros, embora enquanto potência superior, que foi ao longo dos anos aproveitado de forma desequilibrada pelos seus aliados e que deve concentrar-se nos seus próprios interesses sem nenhuma obrigação ordenadora mundial<sup>335</sup>. Na visão de Trump não existe uma linha clara que separe os aliados dos inimigos, sendo o mundo das relações internacionais reduzido a um palco de ganhos e perdas, onde os aliados podem emergir como ainda maiores ameaças que os rivais pela forma como durante décadas se foram aproveitando das garantias norte-americanas<sup>336</sup>. Esta ideia fundamental, expressa desde logo no discurso inaugural como acima citado, coloca a primazia nos interesses americanos de acordo com uma metodologia baseada nos resultados e um código de conduta assente em parcerias de conveniência. Este conceito parece ir contra os ideais das sete décadas anteriores segundo os quais os EUA deveriam ser os grandes líderes da Ordem Internacional Liberal baseada num sistema de

---

<sup>331</sup> KAHL, Colin; BRANDS, Hal, « Trump’s Grand Strategic Train Wreck: Believe it or not, the president has a grand strategy. But it’s a nightmarish mess.», *Foreign Policy*, [Em linha], 31 jan. 2017. [Consult. 23 nov. 2021]. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2017/01/31/trumps-grand-strategic-train-wreck/>.

<sup>332</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago; SOLLER, Diana, *Donald Trump: O Método no caos*, p.55.

<sup>333</sup> TRUMP, Donald, *The National Security Strategy of the United States of America*.

<sup>334</sup> *Ibidem*, p.1.

<sup>335</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago, «2018: o regresso à normalidade anárquica», Público [Em linha]. 27 dez. 2017. [Consultado a 26 nov. 2021]. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/12/29/mundo/analise/mundo-novo-trump-1898690>.

<sup>336</sup> RATO, Vasco, *Tattered Alliance: Donald Trump and Europe*, p. 56.

alianças, na promoção da democracia, num sistema de mercado livre e na defesa de instituições multilaterais<sup>337</sup>.

Na introdução do documento referido são descritas pelo próprio presidente as grandes ameaças aos EUA num sistema internacional incerto, sendo elas: a profusão nuclear, o radicalismo islâmico, a imigração ilegal, as grandes potências revisionistas e as práticas comerciais injustas (nestes dois últimos pontos destaque para a China que surge como grande adversário à ordem norte-americana)<sup>338</sup>. Para fazer face a estas ameaças a administração Trump estabelece uma estratégia alicerçada por quatro pilares: a proteção dos americanos, da América e do seu modo de vida; a promoção da prosperidade norte-americana; a preservação da paz mundial; e um aumento da influência americana, que, na prática, tomam a forma de uma soberania nacionalista.

Hal Brands e Colin Kahl num artigo publicado na revista *foreign policy*<sup>339</sup>, ainda antes da publicação da estratégia de defesa nacional, fazem um enquadramento bastante interessante de quatro pilares que fornecem um corpo teórico mais enquadrado com as medidas e ideologias aplicadas pela política externa da administração Trump. Em primeiro lugar, o conceito de “segurança nacional extrema” com ideias polarizadas, construções de muros e deportações em massa de imigrantes que Trump associa à criminalidade. Em segundo lugar a defesa de um militarismo musculado e poderoso, capaz de defender os interesses do povo americano. Em terceiro lugar, aquilo que foi definido por Steve Bannon –ex-conselheiro de Trump - como “*nacionalismo económico*”, baseado numa visão protecionista e mercantilista da economia norte-americana, com primazia total nos seus interesses. Por último aquilo que os autores chamam de “transnacionalismo amoral” salientando a ideia já exposta de que os EUA se devem relacionar com estados na única medida do seu interesse, deixando de parte a partilha ou aplicação dos valores norte-americanos<sup>340</sup>. Cada um dos conceitos mencionados encontra uma correspondência teórica, ainda que mais política, na *National Security Strategy*, sendo que os dois últimos são os que mais se aplicam à relação dos EUA com a UE.

---

<sup>337</sup> WRIGHT, Thomas, « Order from Chaos: Trump takes allies back to the 19th century global order », *Brookings Institution* [Em linha]. 21 mar. 2017. [Consultado a 28 nov. 2020]. Disponível em <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2017/03/21/trump-takes-allies-back-to-19th-century-global-order/>.

<sup>338</sup> TRUMP, Donald, *The National Security Strategy of the United States of America*, p.I.

<sup>339</sup> KAHL, Colin; BRANDS, Hal, « Trump’s Grand Strategic Train Wreck: Believe it or not, the president has a grand strategy. But it’s a nightmarish mess. ».

<sup>340</sup> *Ibidem*.

Nesse sentido, a administração Trump considera que vários países se aproveitaram dos EUA e das instituições que ajudaram a criar, incluindo neste lote os seus próprios aliados (o que abarca a UE), caracterizando essa relação de “*unfair burden sharing*”<sup>341</sup>. A visão de Trump é que os EUA têm sido amplamente prejudicados por outros países que tiraram vantagens próprias de instituições multilaterais e grandes acordos de comércio (alguns estabelecidos por um imperativo de grande ordenador mundial e alianças privilegiadas baseadas na partilha de valores comuns), e que os norte-americanos se devem apenas relacionar com outras nações fortes e soberanas e se isso for do seu próprio interesse, não se coibindo de romper com alianças e acordos históricos e criar novos laços com outros estados independentemente do seu regime<sup>342</sup>.

Esta grande estratégia, que em última análise visa um esvaziamento da arquitetura multilateral que sustenta a ordem internacional, diverge em grande medida das tradições de longa data da política externa norte-americana e representa uma ameaça para a ordem internacional liberal que os EUA ajudaram a criar<sup>343</sup>, onde o protecionismo e o nacionalismo de Trump baseado no mercantilismo, no domínio e no conflito se opõe ao globalismo, às alianças e à economia de mercado livre<sup>344</sup>, sendo que se assume de forma assertiva contra a o liberalismo internacionalista da década de 90.

O “realismo com princípios” de Donald Trump assenta na crença de que existe um ressurgimento da política de poder baseada na competição estratégica entre as principais potências do sistema internacional, sendo que os EUA assumem-se como uma referência para o mundo e devem estar empenhados na manutenção da “forma de vida americana”<sup>345</sup>. O que marca a grande diferença das políticas seguidas na unipolaridade norte-americana e a era de Donald Trump em termos de grande estratégia é o facto de existir uma substituição dos valores do pós-Guerra fria para valores nacionalistas.

Esta ideia é importante no sentido em que existe um reconhecimento formal do regresso de uma “normalidade anárquica”<sup>346</sup> no qual cada estado deve promover a sua

---

<sup>341</sup> TRUMP, Donald, *The National Security Strategy of the United States of America*. p.I.

<sup>342</sup> SOLLER, Diana, «Um ano com Trump», *Observador* [Em Linha]. 20 jul. 2017. [Consultado a 01 dez. 2021]. Disponível em <https://observador.pt/opiniao/um-ano-com-trump/>.

<sup>343</sup> KAHL, Colin; BRANDS, Hal, « Trump’s Grand Strategic Train Wreck: Believe it or not, the president has a grand strategy. But it’s a nightmarish mess.».

<sup>344</sup> WRIGHT, Thomas, « Order from Chaos: Trump takes allies back to the 19th century global order», *Brookings Institution* [Em linha]. 21 mar. 2017. [Consult. 28 nov. 2021]. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2017/03/21/trump-takes-allies-back-to-19th-century-global-order/>.

<sup>345</sup> TRUMP, Donald, *The National Security Strategy of the United States of America*, p.II.

<sup>346</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago, «2018: o regresso à normalidade anárquica».

própria segurança, sozinho ou através de “alianças de conveniência”, sendo que Trump dará preferência a Estados poderosos e independentes que partilhem da sua visão de nacionalismo e de soberania<sup>347</sup>.

Os grandes objetivos da política externa norte-americana passam a ser: a subordinação da política externa à obtenção de resultados económicos e sociais positivos nos EUA (a tal subordinação da política externa dos EUA à política interna); o ressurgir dos EUA como grande “ república comercial” penalizando Estados que, segundo a visão de Trump, tem usado instituições internacionais para prejudicar os EUA; o reconhecimento da China e da Rússia como grandes ameaças à segurança norte-americana; e o isolamento dos países párias, tais como o Irão e a Coreia do Norte<sup>348</sup>.

O realismo com princípios da administração Trump é o principal sinal de uma nova política protecionista e nacionalista norte-americana, em que os mesmos abdicam da promoção dos seus valores e de papel de principal garante da estabilidade internacional em prol da exclusiva defesa dos seus interesses. Renunciam também à sua posição excecional e do seu internacionalismo liberal reconhecendo a formação de uma nova balança de poder assente na competição estratégia entre as principais potências do sistema internacional<sup>349</sup>.

Trump rejeita as fundações da Ordem Internacional Liberal conforme evidenciado pelo seu desprezo por organizações multilaterais, a sua desconfiança e confronto com os aliados tradicionais norte-americanos e a sua visão unilateralista<sup>350</sup>. Nesse sentido, as relações de Donald Trump com países estrangeiros são caracterizadas pela imposição de poder, que os EUA vão impor de forma unilateral, humilhando os seus parceiros e provocando o caos por forma a assumir-se como o líder mais poderoso (releve-se aqui a sua atitude relativamente ao *Brexit* e a Theresa May)<sup>351</sup>.

No entanto, associado a esta atitude de imposição de domínio, encontra-se a necessidade de restaurar a imagem dos EUA como potência mundial suprema

---

<sup>347</sup> TRUMP, Donald, *Remarks by President Trump to the People of Poland* [Em linha]. Casa Branca. 06 jul. 2017. [Consult. 03 mai. 2022]. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-people-poland/>.

<sup>348</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago; SOLLER, Diana, *Donald Trump: O Método no caos*, 2018, pp. 81-83.

<sup>349</sup> GASPAS, Carlos, *O regresso da anarquia*, p. 243.

<sup>350</sup> DIMITROVA, Anna, «The State of the Transatlantic Relationship in the Trump Era» [Em linha]. *Fondation Robert Schuman: European Issues*, n.º 545, fev. 2020, [Consult. 08 ago. 2022]. Disponível em: <https://www.robert-schuman.eu/en/european-issues/0545-the-state-of-the-transatlantic-relationship-in-the-trump-era..>

<sup>351</sup> LANGLOIS, Laëtítia, «Trump, Brexit and the Transatlantic Relationship: The New Paradigms of the Trump Era».

enfraquecida ainda mais pela fraca presidência do presidente Obama<sup>352</sup>. Para Donald Trump a política externa norte-americana do pós-Guerra Fria (em especial a política de Clinton e de Obama) terá sido um desastre e sem qualquer tipo de coerência, levando os EUA a perderem o respeito que merecem no palco internacional.<sup>353</sup> O grande desígnio de Donald Trump e da sua estratégia “*America First*” passa por beneficiar os EUA e os norte-americanos, principalmente em termos económicos, a todo o custo e independentemente das suas alianças, princípios e valores históricos ou das considerações de instituições multilaterais como a WTO ou a ONU<sup>354</sup>, e devolver aos EUA a sua supremacia e primazia global recuperando de forma inequívoca a unipolaridade dos EUA.

Nesse sentido não é de admirar que algumas das primeiras medidas tomadas pela administração Trump tenham posto em causa a Ordem multilateral que os EUA sustentaram durante 7 décadas, nas quais se incluem: a retirada do TPP (um dos principais mecanismos para consolidação de uma coligação que pudesse limitar o crescimento Chinês); a suspensão das negociações do TTIP (assunto abordado mais à frente); a denúncia dos acordos sobre a suspensão do programa militar do Irão; e o afastamento norte americano do acordo de Paris.<sup>355</sup> Estes dois últimos pontos representam a forma como as políticas norte-americanas e europeias se afastam durante a administração Trump, com a Europa a mostrar-se claramente contra a posição dos EUA<sup>356</sup>.

A nova estratégia da administração Trump, que se afasta do seu discurso inflamado e construída com um tom mais diplomático, destaca o regresso de uma arquitetura internacional multipolar baseada na competição entre grandes potências, identificando a China e a Rússia como as duas principais preocupações revisionistas e suscetíveis de pôr em causa os interesses norte americanos.<sup>357</sup> A Rússia no imediato como principal desestabilizador da ordem internacional e a China como o grande desafio à primazia norte americana<sup>358</sup>. Nesse sentido, a nova estratégia e o unilateralismo de Trump reconhecem o regresso da disputa entre as principais potências, o regresso da política de poder e a “transição de uma ordem liberal para a balança do poder”<sup>359</sup>.

---

<sup>352</sup> CROWLEY, Stephen, «Transcript: Donald Trump’s Foreign Policy Speech».

<sup>353</sup> *Ibidem*.

<sup>354</sup> LANGLOIS, Laëtitia, «Trump, Brexit and the Transatlantic Relationship: The New Paradigms of the Trump Era».

<sup>355</sup> GASPAR, Carlos, *O regresso da anarquia*, p.210.

<sup>356</sup> ERAN, Oded; ROSNER, Yotam; OREG, Rotem, « EU-US Relations in the Trump Era».

<sup>357</sup> TRUMP, Donald, *The National Security Strategy of the United States of America*.

<sup>358</sup> GASPAR, Carlos, *O regresso da anarquia*, p. 212.

<sup>359</sup> *Ibidem*, p.219.

A administração Trump vê os EUA como inseridos num contexto de competição contínua, tendo por base relações de reciprocidade e dando preferência a Estados que partilhem dos seus valores nacionalistas, estando os EUA empenhados em evitar a formação de hegemonias regionais que possam colocar em causa a sua influência. Os EUA surgem enquanto estado normal, ainda que enquanto estado mais poderoso do mundo, propondo uma alteração na forma como os EUA encaram a sua posição no Sistema Internacional, abandonando o seu excecionalismo e tornando-se uma nação normal<sup>360</sup> que deverá ter como único objetivo a prossecução dos seus interesses.

Tendo em conta um Sistema Internacional que evolui para uma configuração em que as relações entre EUA, Rússia e China marcam uma nova era de transição, os EUA, apesar de se manterem a principal potência mundial, recusam o estatuto de garante da Ordem Internacional Liberal (que consideram demasiado dispendioso para os seus interesses), e adotam uma postura protecionista e unilateral. Por oposição à supremacia norte-americana característica da unipolaridade do pós-Guerra Fria, os EUA assumem o seu retraimento estratégico e abrem espaço para que novas potências revisionistas assumam um lugar de maior preponderância no sistema internacional e na sua regionalização, dado que o espaço deixado pelos EUA torna ainda mais evidente a ascensão da China na Ásia oriental, o revisionismo Russo no espaço pós-soviético e a consolidação Iraniana no Médio Oriente<sup>361</sup>.

Ainda assim, a *National Security Strategy* destoa do típico discurso de Trump. Exemplo é a questão da NATO, pedra basilar da segurança e estabilidade ocidental deste a Segunda Guerra Mundial cuja estabilidade e comprometimento norte-americano Donald Trump pôs em causa para posteriormente reafirmar o seu comprometimento com a Instituição, cuja importância é reconhecida pela administração Trump.

Os compromissos norte-americanos que historicamente foram indispensáveis aos consensos que permitiram o estabelecimento da Ordem Ocidental Liberal, sendo os EUA o principal garante dessa ordem, foram postos em causa com a eleição de um presidente “jacksoniano”<sup>362</sup>.

---

<sup>360</sup> RATO, Vasco, *Tattered Alliance: Donald Trump and Europe*, p. 56.

<sup>361</sup> GASPAR, Carlos, *O regresso da anarquia*, pp.223 -224.

<sup>362</sup> *Ibidem*, p.209

## *Capítulo IV – A relação transatlântica com Trump*

### *4.1 As relações EUA – EU durante a administração Trump*

#### 4.1.1 Caracterização Geral

A eleição de Donald Trump surge numa altura delicada para os EUA, mas também para a Europa que enfrentava um conjunto de crises com problemas internos tais como, o declínio do seu crescimento económico (releve-se o impacto da crise financeira de 2008) e a ascensão de movimentos populistas e por conseguinte do euroceticismo (situação exacerbada pelo *Brexit*) e alguns problemas externos, tais como, a agenda revisionista da Rússia que trazia de novo a instabilidade à Europa de Leste, o terrorismo islâmico e a incapacidade europeia em lidar com uma extraordinária vaga de migrantes<sup>363</sup>.

Previamente a Trump todos os presidentes norte-americanos haviam enaltecido o sucesso da integração europeia e encorajado a expansão da UE, sendo que, apesar de algumas divergências pontuais, a saudável relação transatlântica permaneceu o pilar da política externa norte-americana e a NATO o instrumento privilegiado para segurança e defesa comum<sup>364</sup>.

Após entrar na vida política, Donald Trump não se coibiu de se referir à União Europeia, aliado privilegiado dos EUA, num limbo entre o desprezo e o confronto numa entrevista enquanto presidente eleito, ainda antes de tomar posse.

Nessa mesma entrevista<sup>365</sup>, pautada por várias críticas ao modelo europeu (com especial incidência na questão do *Brexit* e do défice comercial entre EUA e UE), Trump expôs a sua visão relativamente ao projeto de integração europeu e seus ideais, demarcando-se dos seus antecessores e iniciando aquilo que viria a ser uma governação com bastante tensão entre EUA e UE. A implementação da sua ideologia “*America First*” representa uma mudança na relação entre EUA e UE, seja pela forma como pôs em causa o projeto de integração europeu (apoiando fortemente o *Brexit* e aproximando-se de movimentos eurocéticos), seja pela sua abordagem de duras críticas à NATO, seja pela

---

<sup>363</sup> BURT, Richard, «Trump and Europe». In *The National Interest*, n.º 147, janeiro/fevereiro 2017, pp. 45-48, p.45.

<sup>364</sup> LANGLOIS, Laëtítia, «Trump, Brexit and the Transatlantic Relationship: The New Paradigms of the Trump Era».

<sup>365</sup> THE TIMES, «Trump interview: Full transcript of interview with Donald Trump»,

guerra comercial que a sua administração viria a lançar<sup>366</sup>, transformando as relações transatlânticas numa plataforma de divergência.

Recuperando a *National Security Strategy*, Trump identifica alguns acordos comerciais com aliados como prejudiciais para os EUA e uma das suas prioridades estratégicas na senda do seu protecionismo/nacionalismo económico. Articulado o conteúdo do documento com o capítulo específico destinado às relações transatlânticas<sup>367</sup>, verificamos que a Europa é identificada como um aliado preponderante e que uma Europa forte e livre é vital para os EUA, principalmente, na luta contra potências revisionistas. Refira-se que este ponto pode ser interpretado de forma dúbia. Se por um lado o documento refere várias vezes “aliados” ou “parceiros” europeus, nunca fazendo referência expressa à UE (exceção feita a uma referência na questão económica), o que tendo em conta as várias intervenções e tomadas de posição do presidente pode levar a considerar que a administração Trump gostaria de perceber os países europeus apenas de forma individual (a soberania das nações enquanto valor primordial), por outro existem várias referências a “valores” e “ideais” comuns, o que no caso Europeu passa obrigatoriamente por conceitos de multilateralismo e internacionalismo.

Interessante e a reter é o facto de a declaração, mais especificamente o capítulo destinado à Europa, referir o compromisso de trabalho conjunto com vista a garantir uma justa prática comercial, o encorajamento do investimento europeu nos EUA e o esforço para a contestação das práticas comerciais desleais de potência revisionistas. Mais à frente veremos que estes são alguns dos pontos referidos numa declaração conjunta EUA – UE<sup>368</sup> no seguimento de uma reunião entre Jean-Claude Juncker (em 2018 presidente da Comissão Europeia) e Donald Trump que decorreu na casa branca e em pleno clima de guerra comercial após a imposição de direitos aduaneiros.

Embora este documento seja essencial para contextualizar a doutrina Trump, acaba por ser um instrumento político com um conjunto de princípios orientadores que não abrangem todo o espectro de ação da administração Trump. Tendo em conta a sua visão do ambiente internacional, a relação entre EUA e UE vai acabar por ir ao encontro dos elementos referidos na sua entrevista mais do que aos ideais da *National Security*

---

<sup>366</sup> RATO, Vasco, *Tattered Alliance: Donald Trump and Europe*, p. 56.

<sup>367</sup> TRUMP, Donald, *The National Security Strategy of the United States of America*, p.47.

<sup>368</sup> CASA BRANCA ; COMISSÃO EUROPEIA, *Declaração conjunta UE-EUA na sequência da visita do Presidente Juncker à Casa Branca* [Em linha]. 25 jul. 2018. [Consultado a 23 nov. 2020]. Disponível em [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/STATEMENT\\_18\\_4687](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/STATEMENT_18_4687).

*Strategy*, fazendo muitas vezes cair o ideal de aliança e transformando a UE num adversário, principalmente no que à questão comercial concerne. Ainda que, por vezes, o presidente volte atrás nas suas críticas destrutivas relativamente à UE, a relação transatlântica muda entre 2017 e 2021 com um novo clima de desconfiança a substituir a partilha de valores comuns. Trump irá dar importância à UE e à relação transatlântica apenas na medida do que servir o seu interesse e não se preocupará com tradições, normas ou respeito por alianças antigas<sup>369</sup>.

Em termos práticos e como exemplos da postura de Trump em relação à UE é importante realçar que o presidente norte-americano chegou mesmo a considerar a União como um “inimigo” que se aproveitou durante anos dos EUA em relações comerciais<sup>370</sup>, foi o primeiro presidente a pôr em causa o artigo 5º da NATO e alguns dos seus princípios basilares<sup>371</sup>, e também o primeiro a opor-se à integração europeia, demonstrando o seu apoio ao *Brexit* e criticando os valores subjacentes à UE<sup>372</sup>. Outro dos focos de tensão passou pela retirada dos EUA em junho de 2017 do Acordo de Paris que veio exacerbar ainda mais a diferença de posições entre ambos os atores<sup>373</sup>.

Para Trump a União Europeia é um exemplo da ordem liberal globalizada que tanto prejudicou os EUA a que o próprio se opõe. As relações entre EUA e UE devem ter por base a prossecução do interesse norte-americano e não uma aliança de décadas baseada em princípios e valores comuns nos quais assenta a Ordem Internacional Liberal, representada pelo Ocidente. Trump acredita que a Europa é um fardo para os EUA, seja em termos económicos, seja em termos de defesa e que isso é uma ameaça para o bem-estar e prosperidade da América<sup>374</sup>.

---

<sup>369</sup> LANGLOIS, Laëtitia, «Trump, Brexit and the Transatlantic Relationship: The New Paradigms of the Trump Era».

<sup>370</sup> CBS NEWS, "I think the European Union is a foe," Trump says ahead of Putin meeting in Helsinki [Em linha], *CBS News*, 15 jul. 2018 [Consult. 14 nov. 2020] Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/donald-trump-interview-cbs-news-european-union-is-a-foe-ahead-of-putin-meeting-in-helsinki-jeff-glor/>

<sup>371</sup> WRIGHT, Thomas, « Where Does Trump Really Stand on NATO's Article Five?», *The Atlantic* [Em linha]. 24 mar. 2017 [Consult. a 22 nov. 2021]. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2017/05/trump-nato-article-five-europe-russia/527940/>.

<sup>372</sup> PRIME MINISTER'S OFFICE, *PM press conference with US President Trump: 27 January 2017* [Em linha]. 27 jan. 2017 [Consult. 22 nov. 2020]. Disponível em <https://www.gov.uk/government/speeches/pm-press-conference-with-us-president-donald-trump-27january-2017>.

<sup>373</sup> ASATUROV, Sergey; MARTYNOV, Andrei, «Analysis of relationship between the european union and the United States in the Period the Presidency of Donald Trump (2017-2020)» [Em linha]. *EUREKA: Social and Humanities*, n.º 6, 2020, pp. 35-39 [Consult. 18 jan. 2022]. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3746183.p.36>

<sup>374</sup> *Ibidem*, p.35.

Tendo por base o exposto é possível verificar que os receios de que Donald Trump pusesse fim a décadas de tradição e liderança global da política externa norte-americana, em detrimento de uma estratégia Jacksoniana e com um elemento nacionalista faziam sentido. O discurso inicial de Trump e a sua postura relativamente aos seus aliados privilegiados deixavam antever que os EUA iriam abandonar as suas alianças e instituições multilaterais que a própria América havia estabelecido no pós-guerra. Embora em termos gerais a administração Trump não tenha sido tão agressiva quanto o presidente afirmara, a verdade é que marcou uma visão diferente dos EUA, marcada pelo desrespeito pelas suas tradições e valores basilares e por uma estratégia calculista baseada em resultados com uma clara obsessão pela vitória em múltiplos acordos com especial enfoque para a economia. Nesse sentido, a grande preocupação europeia deveria ser a necessidade de apresentar resultados práticos e números à nova política externa norte-americana e não basear a sua relação em décadas de tradição e valores comuns. Trump distanciou-se tanto quanto possível de negociar com a União Europeia<sup>375</sup> e deu uma clara preferência a negociações com os Estados individuais.

Trump tem uma visão negativa da União Europeia, que considera uma organização supranacional que põe em causa a soberania, independência e capacidades dos estados individuais, tirando o poder do povo para as elites cosmopolitas, ideia que Trump utiliza como um dos principais alicerces da sua retórica a nível interno. É nesse sentido que o presidente chega a afirmar que a UE não serve os interesses dos seus membros, mas representa “*a vehicle used by Germany to promote itself as an economic competitor to the United States.*”<sup>376</sup>.

Ainda assim, Donald Trump, enquanto presidente eleito, acabou por dar um outro sentido ao seu discurso. Para além de afirmar que teria boas relações com a UE e ser totalmente a favor da mesma<sup>377</sup>, relativamente à NATO voltou com a palavra atrás e afirmou que a mesma já não seria “obsoleta”<sup>378</sup>, para posteriormente declarar o seu apoio a 100% à aliança atlântica .

---

<sup>375</sup> ASATUROV, Sergey; MARTYNOV, Andrei, «Analysis of relationship between the european union and the United States in the Period the Presidency of Donald Trump (2017-2020)» p.36.

<sup>376</sup> ERAN, Oded; ROSNER, Yotam; OREG, Rotem, «EU-US Relations in the Trump Era», p.64.

<sup>377</sup> NIELSEN, Kristian L., «Beware the Folly of Pride: Europe, Trump and the Enduring Need for the Transatlantic Alliance».

<sup>378</sup> GOULD, Joe, «Trump says NATO ‘no longer obsolete’ in series of foreign policy reversals», *DefenseNews* [Em linha]. 12 abri. 2017. [Consult. 17 jul. 2022]. Disponível em: <https://www.defensenews.com/congress/2017/04/12/trump-says-nato-no-longer-obsolete-in-series-of-foreign-policy-reversals/>.

#### 4.1.2 O Brexit

Desde a sua adesão o Reino Unido sempre teve uma relação peculiar e por vezes ambivalente com a União Europeia. Ainda que fosse um membro de pleno direito da União, o Reino Unido foi sempre negociando as suas posições por forma a manter-se de fora de algumas das principais políticas europeias, como é exemplo a não aceitação do euro, a não aceitação da extinção das fronteiras internas implementada pelo Acervo Schengen e a sua capacidade de escolha relativamente aos assuntos de justiça e assuntos internos que trabalharia com a UE.

Os defensores do *Brexit* afirmavam que ao retomar a sua soberania nacional sem estar amarrado a uma União Europeia cada mais integrada em termos económicos, de segurança e políticos, o Reino Unido conseguiria gerir de uma forma mais eficaz assuntos tão importantes e mediáticos (bastante utilizados nos discursos populistas de Trump e Nigel Farage) como o fluxo migratório, as questões securitárias e a implementação de uma diferente política de crescimento económico<sup>379</sup>.

Com efeito, o Reino Unido sempre foi considerado um dos membros da União Europeia mais eurocético, exercendo um papel bastante cauteloso com as políticas de Bruxelas que pudessem pôr em causa de alguma forma a sua soberania. No seguimento de uma crescente pressão por parte de vários movimentos eurocéticos, dentro e fora do Partido Conservador, David Cameron optou por anunciar um referendo público sobre a permanência ou não do Reino Unido na União Europeia e, após ter conseguido negociar um acordo com outros governos europeus que visava proteger a soberania britânica e os seus interesses económicos dentro da União Europeia, foi anunciada a data de 23 de junho como data para o referendo<sup>380</sup>.

O resultado foi a saída do Reino Unido da União Europeia por uma pequena margem (51.9 por cento a favor da saída e 48.1 por cento contra a saída). Este resultado foi influenciado por fatores como a desilusão com a economia (em especial em cidadãos britânicos mais idosos e classe média-baixa), receio com as políticas de imigração europeias e um sentimento antissistema e anti elite (assuntos que já verificamos centrais na campanha de Donald Trump). A campanha a favor da saída da União Europeia

---

<sup>379</sup> MCBRIDE, James, «What Brexit Means», *Council on Foreign Relations* [Em linha]. 22 jul. 2019. [Consult. 15 mai 2022]. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/what-brexit-means>.

<sup>380</sup> ARCHICK, Kristin, « The European Union: Current Challenges and Future Prospects», *Congressional Research Service* [Em linha]. 21 jun. 2016. [Consult. 09 mai. 2022]. Disponível em: [https://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc855829/m2/1/high\\_res\\_d/R44249\\_2016Jun21.pdf](https://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc855829/m2/1/high_res_d/R44249_2016Jun21.pdf), p. 11.

capitalizou os argumentos segundo os quais o Reino Unido deveria recuperar a sua total e completa soberania fugindo das regulações europeias, e das suas políticas de gestão de fluxo de refugiados e de livre circulação dentro das suas fronteiras<sup>381</sup>.

Em termos de relação com os EUA, a administração Obama sempre mostrou que não apoiaria uma saída do Reino Unido da União Europeia, dando seguimento à política de apoio da integração europeia e à unidade e estabilidade da Europa, apanágio da política externa norte-americana desde o fim da Segunda Guerra Mundial, chegando mesmo a afirmar que se o Reino Unido saísse da união europeia teria de ir para o fim da fila para negociar com os EUA<sup>382</sup>.

Como vimos anteriormente, Donald Trump sempre se mostrou crítico do projeto de integração europeu enaltecendo a necessidade de os estados manterem a sua soberania. Como tal, não se assume como surpreendente que Trump tenha saudado o *Brexit* como um ato de coragem e algo de positivo para o Reino Unido<sup>383</sup>. Para Donald Trump os resultados do referendo surgem como uma grande vitória para o povo britânico que exerceu o seu direito sagrado de lutar pela sua independência e tomar controlo do seu país, das suas fronteiras e da sua economia<sup>384</sup>.

O *Brexit* e a eleição de Trump têm em comum o facto de serem uma expressão populista de uma revolta onde um sentimento de desilusão económica, de xenofobia em relação às classes imigrantes, e um sentimento antissistema foram capitalizados pela classe política. A dinâmica de ambas as escolhas resulta de um sentimento contra as elites políticas instituídas, anti-imigração e antiglobalização. Durante a campanha de Donald Trump, Nigel Farage, líder do UKIP e um dos principais defensores do Brexit, foi uma presença assídua e próxima de Trump, dado que ambos os interlocutores partilhavam as mesmas ideias e retórica<sup>385</sup>.

O apoio de Trump ao Brexit providenciou-lhe um eco da sua própria campanha, da sua própria retórica e ajudou a sustentar a sua política antissistema, anti-imigração e

---

<sup>381</sup> *Ibidem*, p.12.

<sup>382</sup> ASTHANA, Anushka, « Barack Obama: Brexit would put UK 'back of the queue' for trade talks», *The Guardian* [Em linha]. 22 abri. 2016. [Consult. 04 abri. 2022]. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2016/apr/22/barack-obama-brexit-uk-back-of-queue-for-trade-talks>.

<sup>383</sup> SCHRECKINGER, Ben; SHEFTALOVICH, Zoya; NELSON, Louis, « Trump hails Brexit: 'They took back their country'» *Politico* [Em linha]. 24 jun. 2016. [Consult. 04 abri. 2022]. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/donald-trump-brexit-is-a-great-thing/>.

<sup>384</sup> DIMITROVA, Anna, «The State of the Transatlantic Relationship in the Trump Era».

<sup>385</sup> LANGLOIS, Laëtítia, «Trump, Brexit and the Transatlantic Relationship: The New Paradigms of the Trump Era».

antiglobalização, montando um palco global para os seus discursos populistas e enfatizando a necessidade de recuperar uma cabal soberania dos Estados e devolver o controlo ao verdadeiro povo<sup>386</sup>.

Nesse sentido, após a sua tomada de posse já em 2017, a primeira-ministra britânica Theresa May foi a primeira líder estrangeira a ser convidada para a Casa Branca. Para consolidar a “*special relationship*” entre os dois atores internacionais, Donald Trump prometeu que os EUA iriam negociar um acordo comercial com o Reino Unido assim que os britânicos abandonassem a UE. Esta tomada de posição, na qual os EUA apoiam uma decisão de saída de um Estado Membro da UE fornecendo-lhe a hipótese de um acordo privilegiado assim que a saída estiver consumada, representa a política inicial de Donald Trump em relação ao projeto de integração europeu, que rompe com os princípios basilares norte-americanos e com a sua tradição em termos de política externa, sendo que para os seus antecessores uma europa unida e estável seria de vital importância para a promoção dos interesses e segurança norte-americana<sup>387</sup>.

Para além disso, este convite representa a forma como Trump pretendia recuperar a relação especial com o Reino Unido de forma bilateral e sem intermediários ou outro tipo de elementos condicionantes como a UE a atrapalhar a prossecução dos seus interesses. A conferência de imprensa dos dois líderes no seguimento da reunião representa, mais uma vez, um apoio inequívoco por parte de Donald Trump ao *Brexit*, caracterizando a saída do Reino Unido da UE como “*wonderful thing*”<sup>388</sup> e elogiando a votação de decisão do povo britânico, dando um apoio essencial para a sua concretização ao sugerir um tratamento prioritário e especial para o Reino Unido em termos comerciais com os EUA assim que consumassem a sua saída<sup>389</sup>.

Neste ponto é importante relevar que o sucesso da saída do Reino Unido da UE dependeria de uma forte relação com a maior economia do mundo, no sentido em que seria necessário um rápido e mutuamente bem-sucedido acordo bilateral entre ambos, sendo precisamente essa a ideia de Theresa May ao dirigir-se tão prontamente à Casa Branca<sup>390</sup>.

---

<sup>386</sup> LANGLOIS, Laëtítia, «Trump, Brexit and the Transatlantic Relationship: The New Paradigms of the Trump Era».

<sup>387</sup> DIMITROVA, Anna, «The State of the Transatlantic Relationship in the Trump Era».

<sup>388</sup> PRIME MINISTER'S OFFICE, *PM press conference with US President Trump: 27 January 2017*.

<sup>389</sup> LANGLOIS, Laëtítia, «Trump, Brexit and the Transatlantic Relationship: The New Paradigms of the Trump Era»

<sup>390</sup> *Ibidem*.

No entanto, e apesar de inicialmente a relação parecer saudável e de plena comunhão de interesses, os desentendimentos começaram a surgir, com Donald Trump e Theresa May em profundo desacordo relativamente a um conjunto de questões. Embora seja possível destacar alguns assuntos que separavam EUA e Reino Unido, como o acordo nuclear com o Irão, ou as questões climáticas, o grande catalisador de tensão entre ambos foi o *tweet* de Donald Trump que partilhou um vídeo de um partido de extrema-direita britânico com vídeos xenófobos. Theresa May condenou de imediato a partilha e o seu porta-voz distanciou-se de forma bastante assertiva do sucedido e da publicação de Donald Trump<sup>391</sup>. Posteriormente, Donald Trump, numa entrevista a um jornal britânico, afirmou que Theresa May teria arruinado o *Brexit* por escolher uma via pouco agressiva nas negociações com a UE e que o prometido acordo entre ambos estava terminado<sup>392</sup>. Para além disso Trump afirmou que Boris Johnson seria um grande líder para o Reino Unido, numa clara humilhação e tentativa de enfraquecimento de Theresa May, dado que a sua situação dentro do Partido Conservador já era de alguma fragilidade<sup>393</sup>.

Nesse sentido, tornou-se claro que Donald Trump utilizou o *Brexit*, dando um apoio fundamental para a sua formalização, para consolidar e expandir a um palco global a sua retórica populista, enquanto enaltecia a sua ideia de soberania de Estado e enfraquecia um dos seus rivais, a União Europeia. Trump utilizou o *Brexit* como uma ferramenta eleitoral e já enquanto presidente não se coibiu de utilizar o resultado para aplicação da sua ideologia nacionalista e de proteção económica, prometendo um acordo bilateral com o Reino Unido, rompendo com décadas de tradição e incentivo norte-americano à institucionalização dos seus valores, assim como à união e estabilidade europeia anteriormente consideradas basilares para os interesses norte-americanos. Theresa May viu nos EUA um parceiro fundamental para assegurar a transição e o pós-*Brexit* em termos económicos, no entanto, o custo moral e ideológico de um acordo com o presidente dos EUA, com quem May acabou por ter um conjunto de diferentes interesses, acabou por se revelar um preço demasiado elevado a pagar para que a cumplicidade entre ambos se pudesse manter.

---

<sup>391</sup> MERRICK, Rob, « Theresa May condemns Donald Trump as 'wrong' over Britain First retweets - but says his UK state visit will go ahead», *Independent* [Em linha]. 29 nov. 2017. [Consult. 05 abri. 2022]. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/uk/politics/theresa-may-donald-trump-britain-first-uk-state-visit-videos-racist-islamophobic-a8082776.html>.

<sup>392</sup> DUNN, Tom Newton, « TRUMP'S BREXIT BLAST Donald Trump told Theresa May how to do Brexit 'but she wrecked it' – and says the US trade deal is off», *The Sun* [Em linha]. 13 jul. 2018. [Consult. 06 abri. 2022]. Disponível em: <https://www.thesun.co.uk/news/6766531/trump-may-brexit-us-deal-off/>.

<sup>393</sup> *Ibidem*.

Tendo em conta a salvaguarda dos valores, da ideologia e da coerência política britânica, Theresa May viu-se obrigada a distanciar-se de Donald Trump. Por seu lado, Trump já não necessitava do *Brexit* para a sua campanha ou popularidade, pelo que optou por seguir a sua agenda populista associando-se a um vídeo de um partido de extrema-direita britânico. Donald Trump associou-se ao *Brexit* no sentido em que o movimento de saída do Reino Unido da União Europeia representou um palco privilegiado para repercutir os seus próprios ideais populistas, exaltando a sua política baseada na soberania e independência dos estados. Ainda que tal movimento fosse contra os ideais e valores tradicionais e históricos da política externa norte-americana, o novo presidente dos EUA serviu-se do mesmo para promover a sua plataforma ideológica, ainda que para tal tivesse de apoiar um duro golpe a um processo de integração europeia, anteriormente visto como fundamental para os interesses norte-americanos. Nesse sentido, os interesses da agenda de Trump (nacionalista/protecionista) sobrepõem-se aos interesses históricos dos EUA.

#### 4.1.3 A Guerra Comercial

A eleição de Trump marca indubitavelmente uma era diferente na política externa norte-americana e na sua relação com a UE, baseada num maior protecionismo económico e é precisamente à luz desse conceito que devemos interpretar a relação comercial transatlântica.

A nível económico os EUA e a UE são os maiores investidores mútuos e as suas economias combinadas representavam em 2020 quase 50% do PIB mundial, mantendo uma relação comercial privilegiada de várias décadas<sup>394</sup>.

Na senda do seu nacionalismo/protecionismo económico, Trump cedo declarou uma guerra contra o défice comercial com a UE (o segundo maior depois da China, com especial destaque para o défice da Alemanha que representa quase 2/3 do conjunto dos países da União)<sup>395</sup>, e é nesse sentido que considera, contemporaneamente, a UE um inimigo.

---

<sup>394</sup> PEIJNENBURG, Leon; TURUNEN, Tuula, Relações transatlânticas: os EUA e o Canadá, [Em linha]. Parlamento Europeu. out. 2021. [Consult. 12 dez. 2021]. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/174/relazioni-transatlantiche-usa-e-canada>.

<sup>395</sup> SCHNEIDER-PETSINGER, Marianne, «US–EU Trade Relations in the Trump Era Which Way Forward?» *Chatham House* [Em linha]. mar. 2019 [Consult. 06 abri. 2022]. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/publications/research/2019-03-08US-EUTradeRelations2.pdf>, p.8.

Um dos primeiros sinais de preocupação na relação económica transatlântica foi o congelamento das negociações do TTIP – *Transatlantic Trade and Investment Partnership* -, um acordo que visava consolidar e regular o comércio entre EUA e UE. Embora essa suspensão negocial não possa ser totalmente imputada à administração Trump, uma vez que já com a prévia administração as negociações se demonstraram complexas e inócuas, foi na sua administração que este grande acordo, que poderia ter trazido um período de consenso e consolidação comercial, ficou definitivamente suspenso<sup>396</sup>.

Ainda assim, a grande fratura entre atores foi a imposição de direitos aduaneiros ao aço e ao alumínio (25 por cento e 10 por cento, respetivamente), anunciados pela administração Trump em março de 2018<sup>397</sup> e implementadas a partir de junho do mesmo ano, baseando esta tomada de posição em razões de segurança nacional.

A UE rapidamente considerou esta medida como “injusta” e inconsistente com as regras da *World Trade Organization* (WTO)<sup>398</sup> e, em resposta, aplicou tarifas retaliatórias em vários produtos norte americanos<sup>399</sup>. Se o clima entre EUA e UE já era de alguma tensão, devido a fatores políticos e relativos à segurança mútua, este ataque e contra-ataque vieram simbolizar a implementação de uma guerra comercial.

Para exacerbar ainda mais este clima de confronto, em maio de 2018, a administração Trump iniciou uma investigação para estabelecer se as importações de carros e peças automóveis provenientes da Europa eram também eles prejudiciais à segurança nacional, ameaçando a imposição de tarifas adicionais nesses mesmos produtos<sup>400</sup>. Este assunto, que se tornou uma espécie de fantasma ameaçador que pairou no ar durante toda a governação Trump, teria, se efetivamente aplicável, consequências

---

<sup>396</sup> Refira-se que em 2019 uma decisão do conselho da Europa considerou as negociações do acordo como “obsoletas”. Fonte: Conselho da Europa, disponível em <https://www.consilium.europa.eu/media/39180/st06052-en19.pdf>.

<sup>397</sup> TRUMP, Donald, *Presidential Proclamation on Adjusting Imports of Steel into the United States* [Em linha]. Casa Branca. 08 mar 2018 [Consult. 14 dez. 2021]. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/presidential-proclamation-adjusting-imports-steelunited-states/>.

<sup>398</sup> COMISSÃO EUROPEIA, *European Commission reacts to the US restrictions on steel and aluminium affecting the EU*, [Em linha]. Comissão Europeia 31 mai. 2018 [Consult. 14 dez. 2021]. Disponível em: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP\\_18\\_4006](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_18_4006).

<sup>399</sup> *Ibidem*.

<sup>400</sup> U.S. DEPARTMENT OF COMMERCE, U.S. Department of Commerce Initiates Section 232 Investigation into Auto Imports [Em linha]. *Department of Commerce*. 23 mai. 2018. [Consult. 14 dez. 2021]. Disponível em: <https://www.commerce.gov/news/press-releases/2018/05/us-department-commerceinitiates-section-232-investigation-auto-imports>.

mais graves que as tarifas sobre aço e alumínio<sup>401</sup>, pelo que a sua ameaça sempre foi percebida como mais um ataque às relações comerciais entre EUA e UE.

Foi neste ambiente de atrito que em julho de 2018, Donald Trump e Jean-Claude Juncker, se reuniram na Casa Branca para tentar acalmar um crescente clima de tensão. Desta reunião emanou uma declaração conjunta que visava 4 pontos: fortalecer laços comerciais e trabalhar no sentido de reduzir tarifas; uma consolidação da cooperação em matéria de energia (com a UE a assumir a intenção de importar mais gás liquefeito dos EUA); a redução de burocracia e obstáculos relativos ao comércio entre ambos e a união de esforços para lutar contra práticas comerciais injustas<sup>402</sup>.

Com efeito e após esta reunião a Comissão Europeia fez alguns ajustes que aparentaram ir no sentido do que tinha ficado acordado, com um aumento da importação de alguns produtos, nomeadamente, soja e de gás liquefeito<sup>403</sup>.

Da parte dos EUA a reação surgiu em outubro com sinais algo contraditórios. Se por um lado o presidente Trump voltou a referir a ameaça das tarifas aos automóveis e seus componentes provenientes da Europa, por outro a sua administração notificou o congresso que pretendia negociar com a UE<sup>404</sup> apresentando os seus objetivos em fevereiro de 2019. Este objetivo pareceu ter uma correspondência do outro lado do Atlântico com a Comissão e o Parlamento a darem também sinais de quererem negociar, posição que se manteve quase permanentemente durante a administração Trump. No entanto, estas pretensões não passaram disso mesmo nunca se materializando num acordo entre partes que pudesse regular e estabilizar a relação comercial entre EUA e UE.

Como tal, no final do ano de 2019, a tensão volta a assumir o centro das relações entre ambos após a WTO autorizar a imposição de tarifas em bens europeus como resultado de uma disputa, com dezasseis anos, relativa à concessão por parte da União de

---

<sup>401</sup> As tarifas impostas sobre o aço e alumínio afetam exportações com o valor de “6,4 billion euros” enquanto as tarifas em carros e seus componentes afetariam exportações com o valor de “50 billion euros”. COMISSÃO EUROPEIA, *Transatlantic Trade in Turbulent Times - Speech by Cecilia Malmström, European Commissioner for Trade*, [Em linha]. 19 jul. 2018. [Consult. a 14 dez. 2021]. Disponível em: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH\\_18\\_4604](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH_18_4604).

<sup>402</sup> CASA BRANCA ; COMISSÃO EUROPEIA, *Declaração conjunta UE-EUA na sequência da visita do Presidente Juncker à Casa Branca*.

<sup>403</sup> COMISSÃO EUROPEIA, *Negociações comerciais UE-EUA — um ano depois, Comissão apresenta relatório intercalar*, [Em linha]. 25 jul. 2019 [Consult. 14 de dez 2021]. Disponível em: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP\\_19\\_4670](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_19_4670).

<sup>404</sup> OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, *Trump Administration Announces Intent to Negotiate Trade Agreements with Japan, the European Union and the United Kingdom* [Em linha]. 16 out. 2018. [Consult. 14 dez. 2021] Disponível em: <https://ustr.gov/about-us/policy-offices/pressoffice/press-releases/2018/october/trump-administration-announces>.

subvenções ilegais à *Airbus*. Mais uma vez, não podemos afirmar que esta nova plataforma de atrito tenha sido criada por Donald Trump, uma vez que a queixa remonta à Administração George W. Bush, no entanto, foi sua a determinação da imposição dos direitos aduaneiros e uma aparente falta de interesse em negociar<sup>405</sup>, destacando-se ainda as declarações em Davos, Suíça, do presidente Trump que voltou a ameaçar a imposição de tarifas sobre os automóveis e seus componentes<sup>406</sup>.

Seguiu-se mais uma retaliação por parte da UE, que apresentou uma queixa nos mesmos moldes, mas aplicada ao Governo norte-americano e à Boeing, que recebeu também ela parecer favorável da WTO. O resultado foi, novamente a aplicação de tarifas como forma de retaliação por parte da UE<sup>407</sup>, terminando o ano de 2020 da mesma forma que durante quatro anos EUA e UE se relacionaram, num clima de tensão, com interesses aparentemente contraditórios e sob ameaça de mais um desafio comercial.

Contrastando com a política de Obama que se baseava numa plataforma comercial multilateral e com as negociações do TTIP que visava a eliminação de tarifas para bens industriais entre EUA e EU, a administração Trump optou por seguir um caminho diferente, fundamentalmente unilateralista e mercantilista. Para melhor exemplificar esta nova dimensão negocial dos EUA podemos ainda referir um documento da administração Trump “*Trade Policy Agenda*”<sup>408</sup> que define o sistema global de comércio como uma estrutura com várias falhas, baseado em acordos desequilibrados e ultrapassados, como o NAFTA, que acusa de ter limitado o crescimento económico norte-americano e a sua competitividade, e o WTO que considera estar condenado a fracassar pela sua incapacidade de concluir acordos multilaterais<sup>409</sup>.

Donald Trump - *The tariff man*

---

<sup>405</sup> THE WASHINGTON POST EDITORIAL BOARD, «The U.S. – E.U. trade war is mutually destructive. The two sides should finally negotiate.» *The Washington Post* [Em linha]. 11 nov. 2020 [Consult. a 14 dez. 2021]. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/opinions/biden-europe-trade-warnegotiate/2020/11/11/1e7e87c6-2440-11eb-8672-c281c7a2c96e\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/opinions/biden-europe-trade-warnegotiate/2020/11/11/1e7e87c6-2440-11eb-8672-c281c7a2c96e_story.html).

<sup>406</sup> TRUMP, Donald, *Remarks by President Trump at the World Economic Forum | Davos, Switzerland* [Em linha]. Casa Branca. 21 jan. 2020. [Consult. 15 dez. 2021]. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-world-economic-forum-davos-switzerland/>.

<sup>407</sup> THE WASHINGTON POST EDITORIAL BOARD, «The U.S. – E.U. trade war is mutually destructive. The two sides should finally negotiate.»

<sup>408</sup> OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, *2019 Trade Policy Agenda and 2018 Annual Report of the President of the United States on the Trade Agreements Program* [Em linha]. mar. 2010. [Consult. 13 jul. 2022]. Disponível em: [https://ustr.gov/sites/default/files/2019\\_Trade\\_Policy\\_Agenda\\_and\\_2018\\_Annual\\_Report.pdf](https://ustr.gov/sites/default/files/2019_Trade_Policy_Agenda_and_2018_Annual_Report.pdf).

<sup>409</sup> DIMITROVA, Anna, «The State of the Transatlantic Relationship in the Trump Era».

Donald Trump não surge nem se assume como um político (pelo contrário chega mesmo a distanciar-se da classe), mas sim como um empresário e homem negócios<sup>410</sup>. Esta tensão com o maior aliado económico dos EUA tem de ser interpretada à luz da sua ideologia (nacionalismo/proteccionismo económico) e imagem/caracterização pessoal (*businessman*). Trump vê a UE não como uma organização supranacional liberal constituída por um conjunto de nações que partilham e representam os valores dos EUA e com quem mantêm uma relação privilegiada, mas como um conjunto de nações subvertidas a uma organização demasiado burocrática que dificulta a sua relação com os estados individuais e por conseguinte a implementação de acordos bilaterais, que falha a nível político e com quem os EUA têm um défice comercial intolerável.

Nesse sentido, e à imagem do que aconteceu com outros aliados comerciais dos EUA, ao interpretar a imposição de direitos aduaneiros e a sua ameaça constante por parte de Donald Trump é difícil afirmar se as tarifas são meios para atingir certos fins ou os fins em si mesmo.

É importante ressaltar que a imposição de tarifas sobre aço e alumínio não se limitou à UE, abrangendo também Canadá e México (embora inicialmente estivessem isentos, posteriormente foram também aplicadas tarifas a ambos), sendo que Trump atribui a esta imposição o sucesso das renegociações do NAFTA, sugerindo que a administração Trump usa as tarifas como uma técnica de negociação para pressionar outros países.

Note-se que em relação à UE a imposição de tarifas levou a uma reunião que deu base a alguns entendimentos, nomeadamente, a importação de produtos e serviços e uma declaração conjunta que se aproxima muito dos objetivos económicos estabelecidos na *National Security Strategy*, surgindo após esta concessão a disponibilidade para negociar. Para reforçar esta ideia podemos ainda apontar a constante ameaça de imposição de tarifas em automóveis e seus componentes e a aparente recusa de Trump em negociar, mesmo tendo em conta a tentativa da UE chegar a um acordo, resguardando-se com uma resposta bastante genérica e insuficiente para justificar uma medida que teria um impacto tão profundo na economia europeia, mas deixando no ar a possibilidade de implementação da mesma.

---

<sup>410</sup> DELREAL, Jose A. «About that Donald Trump speech at CPAC ...», *The Washington Post* [Em linha]. 27 fev. 2015 [Consult. 16 dez. 2021]. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/postpolitics/wp/2015/02/27/about-that-donald-trump-speech-at-cpac/>. Ver também TRUMP, Donald, *Crippled America: How to Make America Great Again*, p. 6.

É neste sentido que Donald Trump se autointitula “*Tariff man*”<sup>411</sup>, fazendo de direitos aduaneiros uma arma de arremesso que utiliza para garantir vantagem nas suas negociações. Para Trump os EUA são um estado como os outros, apenas na medida em que tem de se proteger e preservar os seus interesses, porque ao nível de capacidade económica são ainda a grande potência que não se deve coibir de utilizar todos os seus recursos para obter vantagem.

#### 4.1.4 A Segurança Coletiva

A questão da defesa conjunta da Europa e do papel ativo dos EUA remonta como já vimos ao final da Segunda Guerra Mundial. A NATO serviu durante várias décadas como uma forma de ligação e parceria privilegiada entre um continente que procurava alcançar uma estabilidade própria esquecendo o pesadelo do passado, e uma nação cuja supremacia, confronto ideológico com o rival e expansão dos seus valores e instituições levaram a garantir a defesa da Europa.

Com o fim da Guerra Fria e estabelecimento da unipolaridade norte-americana, a NATO fundamental também na integração da Alemanha unificada, manteve-se como principal instrumento de defesa europeu e contenção da ameaça, ou da instabilidade, ainda trazidas pelo fantasma soviético. No entanto, o declínio norte-americano e as alterações em termos de política orçamental trazidas por Barack Obama, haviam já trazido algumas questões sobre o seu futuro e a relação entre os EUA e os aliados europeus. Robert Gates, secretário de defesa dos EUA, num discurso em 2011, levantou algumas preocupações, nomeadamente com uma separação entre dois polos dentro da instituição: um polo especializado em “*soft power*”, como ajuda humanitária, operações de paz e conversações diplomáticas, e outro de “*hard power*” que traria a força militar para as missões em que seria necessário uma intervenção musculada, levantando desde logo a questão sobre a dualidade de critérios em termos de custos e benefícios de pertencer à aliança, que seria já uma realidade, numa clara referência à distancia entre a Europa e os EUA<sup>412</sup>. No seu discurso, Gates, destaca uma realidade segundo a qual não seria exequível esperar que os EUA gastassem fundos que necessitavam para nações que não

---

<sup>411</sup> THE WALL STREET JOURNAL EDITORIAL BOARD, «I Am a Tariff Man» *The Wall Street Journal*. [Em linha]. 04 dez. 2018 [Consult. 20 dez. 2021]. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/i-ama-tariff-man-1543965558>.

<sup>412</sup> GATES, Robert, «Text of Speech by Robert Gates on the Future of NATO» *Atlantic Council* [Em linha]. 10 jun. 2011. [Consult. 08 abri. 2022]. Disponível em: [https://www.atlanticcouncil.org/blogs/natosource/text-of-speech-by-robert-gates-on-the-future-of-nato/..](https://www.atlanticcouncil.org/blogs/natosource/text-of-speech-by-robert-gates-on-the-future-of-nato/)

estão dispostas a alocar os recursos necessários para serem verdadeiros parceiros em termos de defesa, deixando o aviso profético de que se a Europa não alterasse a sua política e empenhamento em termos de defesa coletiva, os futuros líderes políticos norte-americanos, cuja lembrança da Guerra Fria já estaria longe, poderiam não considerar o investimento norte-americano na NATO necessário para os seus interesses<sup>413</sup>.

Nesse sentido, podemos de forma natural considerar que este tipo de discurso não surge como novidade, dado que sempre existiram algumas dúvidas pontuais sobre o empenhamento norte-americano na NATO<sup>414</sup>. No entanto, Donald Trump traz uma nova política para Washington, baseada num certo desprezo pelas alianças permanentes e valores clássicos da política norte-americana, num nacionalismo especialmente económico que não aceita uma diferença de orçamentos entre os diferentes estados da NATO, numa política baseada nos resultados e com desprezo por instituições multilaterais que mais não são do que organizações demasiado burocráticas para atingirem resultados. Trump acredita numa política baseada exclusivamente nos interesses norte-americanos e uma nova relação com a Rússia que se apresenta com uma agenda cada vez mais revisionista.

Dado que durante a campanha eleitoral Donald Trump teceu alguns comentários em tom de crítica à NATO, chegando mesmo a afirmar que a aliança se encontrava obsoleta e pondo em causa o comprometimento norte-americano com o artigo V, existia alguma expectativa que o seu discurso em maio de 2017 no quartel geral da NATO pudesse trazer alguma tranquilidade relativamente à postura dos EUA na aliança. No entanto, Trump voltou a reafirmar que os aliados da NATO olham para os EUA como um aliado fraco e não sentem qualquer obrigação de honrar os seus acordos, salientando que apenas quatro dos vinte e oito elementos para além dos EUA cumpriram com os dois por cento mínimo regulamentado em termos de defesa<sup>415</sup>.

Ainda que o discurso de Donald Trump tenha um estilo muito característico e as suas críticas sejam mais acutilantes e graves que os seus antecessores, o tema que traz não é novo, sendo que é factual que a maioria dos estados europeus não atinge a meta definida pela NATO, existindo um desequilíbrio em termos de investimento financeiro.

---

<sup>413</sup> NIELSEN, Kristian L., «Beware the Folly of Pride: Europe, Trump and the Enduring Need for the Transatlantic Alliance», p.73.

<sup>414</sup> *Ibidem*, p.64.

<sup>415</sup> TRUMP, Donald, *Remarks by President Trump at NATO Unveiling of the Article 5 and Berlin Wall Memorials* [Em linha]. 25 mai. 2017. [Consult. 15 abri. 2022]. Disponível em: <https://uy.usembassy.gov/remarks-president-trump-nato-unveiling-article-5-berlin-wall-memorials/>.

Durante a história da aliança transatlântica os EUA têm carregado a grande maioria do custo da defesa comum, enquanto os Europeus de alguma forma se conformaram com esta segurança e optaram por desenvolver a sua integração a nível político e económico. Este debate decorre desde o início da aliança, no entanto, ganhou nova ênfase com o fim da Guerra Fria e ganhou especial relevo com o declínio norte-americano. Em 2016 os membros europeus da NATO gastaram 1,43 por cento do seu GDP combinado em defesa num total de 286 biliões. Os EUA gastaram 3,58 por cento do seu GDP num total de 616 biliões, sendo que apenas cinco estados atingiram os dois por cento estipulado (Estónia, Grécia, Polónia, Roménia e o Reino Unido)<sup>416</sup>.

Embora a postura crítica e agressiva de Trump tenha mais tarde sido substituída pelo tom bem mais diplomático da sua *National Security Strategy*, que veio reafirmar o comprometimento norte-americano com a defesa coletiva, o sentimento de instabilidade de uma nova política norte-americana ficou bem clara e levou os estados europeus a reavaliarem a sua própria política de defesa e segurança.

Neste ponto releve-se que tanto os EUA como a própria UE foram forçados a reconsiderar a sua relação e estratégia para com um estado russo cada vez mais agressivo e revisionista que ameaçava a estabilidade europeia. Desde 2008 a política russa tem vindo a desenvolver uma plataforma cada vez mais revisionista, com intervenções militares na Geórgia, na Ucrânia e na Síria e com outras formas híbridas de ataque. Nesse sentido, a UE tentou promover uma transição política na Ucrânia, condenou a anexação Russa da Crimeia em 2014 e envidou esforços para que a Rússia parasse de apoiar forças separatistas no sul e este da Ucrânia. A Rússia, como já vimos, sob o desígnio proclamado por Vladimir Putin assumiu um cada vez maior e mais agressivo revisionismo, cujas ações ameaçaram e puseram em causa a estabilidade europeia, principalmente com a anexação da Crimeia. A Crimeia é um marco importante no sentido em que, pela primeira vez desde a II Grande Guerra, um território europeu é anexado pela via da força, sendo que “a violação da integridade territorial da Ucrânia põe em causa os termos da paz no pós Guerra Fria”<sup>417</sup>.

---

<sup>416</sup> NIELSEN, Kristian L., «Beware the Folly of Pride: Europe, Trump and the Enduring Need for the Transatlantic Alliance», p.70.

<sup>417</sup> GASPAR, Carlos, *O Regresso da Anarquia*, p.189. Ver também: TSYGANKOV, P. Andrei, «The Revisionist Moment: Russia, Trump, and Global Transition, Problems of Post-Communism», p. 458.

A prioridade do presidente Putin passa pela união do espaço pós-soviético no espaço Euroasiático e na criação de uma ordem alternativa ao ocidente com a China<sup>418</sup>. Releve-se que já anteriormente a “impotência ocidental”, mais especificamente dos EUA, na Síria tinha criado a oportunidade para uma intervenção por parte da Rússia que consegue assegurar a manutenção de Bashar al-Assad no poder, voltando a Rússia a assumir um papel relevante no Médio Oriente. Nesse sentido, para além de representar a aplicação prática de um novo olhar da Rússia sobre a sua posição no Sistema Internacional, o conflito na Síria veio confirmar um fim de ciclo norte-americano baseado no intervencionismo e numa expansão democrática na defesa da ordem liberal, sendo o facto mais relevante para esta ideia a decisão de não punir o regime de Bashar al-Assad pelos ataques com armas químicas<sup>419</sup>.

Nesse sentido, Donald Trump surge numa era extremamente complexa para a posição dos EUA no Sistema Internacional, mas também para a estabilidade e segurança coletiva da Europa que se vê confrontada com a Rússia que através das suas intervenções põe em causa não só o direito internacional, como a soberania e integridade de um Estado (Ucrânia) através da implementação de uma estratégia que ameaça o espaço pós-soviético e, por conseguinte, a Europa.

Donald Tusk, presidente do Conselho Europeu, foi uma das vozes que expressou o nervosismo europeu com a política do novo presidente norte-americano, sendo que numa carta aberta afirmou que, entre outros elementos, a agressividade russa para com a Ucrânia e os seus vizinhos aliada às declarações do presidente da nova administração levantam sérias dúvidas sobre o futuro e estabilidade da Europa<sup>420</sup>. Tusk afirma ainda que a arquitetura internacional se encontra numa fase de mudança, num mundo cada vez mais multipolar, onde o euro ceticismo está a aumentar e a mudança em Washington - que põe em causa a estabilidade das 7 décadas anteriores da política externa norte-americana -, coloca a União Europeia numa situação cada vez mais complicada<sup>421</sup>.

Contrariamente à postura europeia liderada por Merkel e Mácron, Trump encorajou a antipatia por valores globais, acordos internacionais, políticas pró-imigração

---

<sup>418</sup> *Ibidem*, p. 187.

<sup>419</sup> *Ibidem*, p.185.

<sup>420</sup> TUSK, Donald, «"United we stand, divided we fall": letter by President Donald Tusk to the 27 EU heads of state or government on the future of the EU before the Malta summit.» *European Council Press Release* [Em linha] 31 jan. 2017. [Consult. 08 jun. 2022]. Disponível em: [https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2017/01/31/tusk-letter-future-europe/#xd\\_co\\_f=ZmIzZDgyNDAtYjE0Yi00ZmUxLTkyYTQtNjI3MjUzNzdjNzYw~](https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2017/01/31/tusk-letter-future-europe/#xd_co_f=ZmIzZDgyNDAtYjE0Yi00ZmUxLTkyYTQtNjI3MjUzNzdjNzYw~).

<sup>421</sup> *Ibidem*.

e multiculturalismo, aproximando a sua política de soluções objetivas, uso da força, políticas anti-imigração e simpatia por líderes autoritários como Vladimir Putin. Nesse sentido, a ideia de política internacional de Trump rejeita ideais multilaterais como a UE e apela a um ideal no qual o relacionamento entre atores é baseado numa relação absoluta entre ganho e perda<sup>422</sup>.

A disputa entre UE e Trump reside precisamente na diferente perspectiva que ambos têm da sua ideologia relativamente ao Sistema Internacional e, mais especificamente, da ameaça russa. A Europa vê a política de Vladimir Putin, as suas agressões à Ucrânia e a extensão da sua esfera de influência como uma ameaça direta à sua segurança e integridade. Isto torna-se claro pelas declarações de líderes europeus contrastando com a posição norte-americana de promover novas e positivas relações com a Rússia com quem Trump parece partilhar mais valores do que com a UE, chegando mesmo a demonstrar admiração pelo presidente russo<sup>423</sup>.

Nesse aspeto, Donald Trump acaba por, mais uma vez, fazer tremer os alicerces basilares da relação transatlântica num dos aspetos mais importantes para ambos os atores, a defesa coletiva e o comprometimento norte-americano com a NATO, sendo que os comentários e a postura de Trump geraram uma dúvida razoável, não só sobre a forma como os EUA encaram a aliança atlântica, mas também como reagiriam em caso de ataque à Europa.

Nesse sentido, e numa reação àquilo que foi considerado pela Europa como uma deserção americana, a discussão sobre a criação de uma Defesa Europeia ganhou fundamento, com alguns dos principais motores europeus como Alemanha, França, Itália e Espanha a reclamarem a consolidação de uma política europeia integrada de defesa. A Ministra da defesa alemã, e atual presidente da comissão europeia, Úrsula Van der Leyen afirmou mesmo que a União Europeia deveria modernizar a sua capacidade de defesa e militar por forma a igualar as da NATO<sup>424</sup>.

Com efeito e para conseguir contrapor e sustentar a política revisionista russa cada vez mais agressiva, a Europa propôs-se a assumir o papel que os Estados Unidos

---

<sup>422</sup> ERAN, Oded; ROSNER, Yotam; OREG, Rotem, « EU-US Relations in the Trump Era», p.63.

<sup>423</sup> *Ibidem*, p. 66.

<sup>424</sup> *Ibidem*, p. 66.

começam a deixar vago, incluindo na própria NATO, como fica explícito no discurso da Alta Representante da União Europeia para os Assuntos externos e defesa<sup>425</sup>.

Ainda assim, a relação de Donald Trump com a Rússia foi evoluindo e apresentou diferentes posturas. Primeiramente, existiu, durante a campanha eleitoral, um aproximar da política que Trump pretendia implementar e própria agenda nacionalista Russa. Trump chegou mesmo a afirmar que Putin liderava o seu país como um líder, ao contrário do que acontecia nos EUA e posteriormente, já como presidente eleito, afirmou que os EUA deveriam envidar esforços juntamente com a Rússia no combate à ISIS<sup>426</sup>.

Posteriormente e com o emergir das informações que foram surgindo sobre a intervenção russa nas eleições norte-americanas, e em especial após um ataque na Síria, a administração norte-americana voltou a adotar uma posição mais tradicional e criticar o regime de Putin pelo seu apoio a Bashar al-Assad<sup>427</sup>.

Nesse sentido, Donald Trump representou um elemento desestabilizador na relação transatlântica, mais em específico, na política de segurança coletiva e na aliança atlântica, rompendo com décadas de apoio norte-americano à segurança da Europa e à promoção da sua estabilidade. Apesar de a dicotomia de investimentos em defesa entre EUA e Europa ser um assunto com vários anos, o estilo de Donald Trump e as suas afirmações, que põem em causa algumas das cláusulas mais fundamentais da aliança, trazem um novo sentimento de insegurança para a Europa. Relevante neste processo é o *timing* em que a eleição de Donald Trump sucede, com a Rússia a assumir-se cada vez mais como uma potência revisionista e agressiva, seguindo uma agenda que claramente visa romper com a estabilidade do espaço pós-soviético e com a NATO. Nesse sentido a aproximação eleitoral de Trump a Putin e o veicular de ideais nacionalistas nos EUA que se assemelham à política seguida pelo *Kremlin*, lançaram a Europa num sentimento de dúvida e insegurança quanto ao futuro do comprometimento do seu mais importante aliado.

#### ***4.2 A UE Durante Trump***

Como vimos anteriormente a eleição de Donald Trump surge num dos períodos mais delicados a nível político (em pleno apogeu do *Brexit*, o que representa a primeira renúncia de uma nação ao projeto europeu) e a nível geoestratégico com a Rússia a

---

<sup>425</sup> *Ibidem*.

<sup>426</sup> RUTLAND, Peter, «Trump, Putin, and the Future of US-Russian Relations». In *Slavic Review*, vol.76, n.º S1, 2017, pp. S41-S56, p. S45.

<sup>427</sup> *Ibidem*, pp. S53-S54.

apresentar um revisionismo que punha em causa a estabilidade europeia. Se a estes fatores somarmos um presidente da maior potência mundial e tradicional aliado privilegiado com ideais nacionalistas, mercantilistas e de protecionismo económico, verificamos que os quatro anos de Trump não se adivinhavam fáceis para as relações transatlânticas e levariam a uma adaptação dos estados europeus a uma nova política externa.

Com a tomada de posse de Donald Trump alguns dos principais líderes europeus demonstraram preocupação e nervosismo com o comprometimento norte-americano com o projeto de integração europeu e o futuro das relações UE-EUA. Não só os discursos e tomadas de posição do presidente dos EUA, mas também de membros da sua administração, aparentaram apoiar políticas económicas protecionistas e favorecer acordos bilaterais em detrimento de instituições e acordos multilaterais.

Para poder enquadrar uma resposta objetiva às relações EUA – UE durante a administração Trump podemos recorrer, inicialmente, à análise do “*Relatório sobre o estado das relações entre a UE e os EUA*”<sup>428</sup> apresentado pela comissão dos assuntos externos e aprovado pelo Parlamento Europeu.

Este documento apresentado em 2018 assenta em quatro dimensões de relevo para estabelecer um quadro relacional entre UE e EUA. O primeiro vetor abordado é o quadro de valores partilhados e tradicional bastião da relação transatlântica. Neste capítulo é reforçada a ideia de que a relação transatlântica se baseia em princípios comuns com destaque para o multilateralismo baseado em regras, manifestando preocupação pelas tomadas de posição unilateralistas de Donald Trump e procurando clarificar qual o verdadeiro papel da UE na política externa norte-americana. Esta interrogação leva a um dos principais resultados da governação de Trump, sendo que para a UE a “autonomia estratégica é, simultaneamente, um objetivo legítimo e prioritário para a Europa”<sup>429</sup>.

Apesar deste tipo de dúvida e instabilidade, o segundo vetor exorta a um reforço da parceria transatlântica. É aqui que é feito um apelo ao diálogo, muitas vezes tentado pela UE, mas com poucos resultados práticos, apelando a que os EUA respeitem os valores comuns basilares da relação transatlântica e criticando novamente a agenda unilateralista de Trump. Para simbolizar o desgaste das relações e num capítulo onde o

---

<sup>428</sup> COMISSÃO DOS ASSUNTOS EXTERNOS, *Relatório sobre o estado das relações entre a UE e os EUA* [Em linha]. 10 jul. 2018. [Consult. 14 jan. 2022]. Disponível em [https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-8-2018-0251\\_PT.html](https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-8-2018-0251_PT.html).

<sup>429</sup> COMISSÃO DOS ASSUNTOS EXTERNOS, *Relatório sobre o estado das relações entre a UE e os EUA*, p. 7.

título aponta para o reforço da parceria, a tônica é posta nas duras críticas às declarações de Richard Grenell e o seu apoio a populistas nacionalistas<sup>430</sup> considerando ainda que existiram declarações por parte de funcionários da administração Trump que podem ser consideradas “desrespeitosas” para com a UE e que caracteriza de “hostis e incompatíveis com o espírito da parceria transatlântica”<sup>431</sup>.

O terceiro vetor surge propondo uma resposta comum aos desafios mundiais. Abarcando vários pontos relevantes, como a questão da defesa (onde exorta a um reforço de autonomia por parte da UE), passando pela imigração e pela crítica implícita à forma como a administração lida com essa questão, este é um capítulo que de uma forma bastante política diferencia as ideologias da UE dos objetivos assumidos por Donald Trump, demarcando-se de uma agenda unilateralista norte-americana que redundava no “incitamento de tensões diplomáticas e comerciais”<sup>432</sup>. Existe, no entanto, um ponto em comum, a percepção de potências revisionistas que ameaçam os valores comuns na relação transatlântica, que torna essencial uma colaboração conjunta. Ainda assim, as diferenças entre UE e a administração Trump foram superiores a esta pretensão.

O último vetor e de principal relevo para exaltação do afastamento entre UE e EUA prende-se com a defesa da ordem comercial. Começando com uma contextualização da importante relação comercial existente entre EUA e EU<sup>433</sup>, destacando que o défice muitas vezes referido por Donald Trump varia consoante o tipo de comércio<sup>434</sup>, referindo ainda o facto de as empresas europeias empregarem 4,3 milhões de trabalhadores nos EUA. Progride com o reconhecimento do interesse em colaborar rumo a um sistema de comércio multilateral, devendo a UE dialogar com os EUA, não só para a retoma de várias negociações, mas também para definir uma agenda comum para fazer face às práticas de comércio desleais (conceito amplamente referido por Trump), exortando ao regresso de regras multilaterais.

---

<sup>430</sup> Richard Grenell era na altura Embaixador dos EUA na Alemanha e terá afirmado o objetivo de dar poder a movimentos eurocéticos na Europa. BBC NEWS, «Germans chide US envoy Grenell for call to 'empower' right», BBC News [Em linha]. 4 jun. 2018 [Consult. 03 dez. 2021]. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-44352779>.

<sup>431</sup> COMISSÃO DOS ASSUNTOS EXTERNOS, *Relatório sobre o estado das relações entre a UE e os EUA*, p. 9.

<sup>432</sup> *Ibidem*.

<sup>433</sup> “...os EUA eram, em 2017, o maior mercado para as exportações da UE e a segunda maior fonte de importações da EU.” representando a maior relação comercial e de investimento do mundo. COMISSÃO DOS ASSUNTOS EXTERNOS, *Relatório sobre o estado das relações entre a UE e os EUA*, p.18.

<sup>434</sup> Os défices e excedentes variam consoante se trate “do comércio de mercadorias, do comércio de serviços, do comércio digital e do investimento direto estrangeiro”. *Ibidem*.

Reafirmando que a UE está disposta a trabalhar conjuntamente com a administração norte-americana, deixa no ar uma outra ideia que importa salientar: a de que um eventual novo acordo entre EUA e UE “*não pode ser negociado sob pressão ou ameaça*”<sup>435</sup>. Insiste ainda nas críticas à imposição de direitos aduaneiros sobre alumínio e aço provenientes da UE por parte dos EUA e deixa desde logo o aviso que eventuais tarifas aplicadas a empresas de aeronaves civis (numa referência à já apresentada problemática da imposição de tarifas em bens europeus como resultado da disputa relativa à concessão de subvenções à Airbus) serão consideradas ilegítimas.

Sendo este um mecanismo de avaliação formal da relação entre ambos os atores sensivelmente a meio do mandato de Trump, é possível verificar um distanciamento principalmente ideológico entre UE e EUA, deixando a Europa sempre a porta aberta para a negociação e almejando um regresso norte-americano à sua agenda multilateralista. Nesse sentido, perante a instabilidade criada pela nova política norte-americana, surge o consolidar do ideal de autonomia estratégica europeia que é assumido como um objetivo prioritário.

Tendo em conta a intensidade das críticas de Trump que exacerbaram um sentimento unilateralista e militarista, Jean-Claude Juncker, à data presidente da Comissão Europeia, em 2017, assumiu uma posição na qual se distancia claramente do discurso norte-americano criticando a ideia de resumir as políticas internacionais a conceitos de segurança militar e exaltando o trabalho dos europeus em termos de defesa, ajuda humanitária, ajuda ao desenvolvimento, deixando a crítica implícita aos EUA<sup>436</sup>.

Já anteriormente o presidente havia enaltecido a busca europeia por autonomia estratégica através do seu discurso “*State of the Union*”, em 2016, afirmando que o Tratado de Lisboa permitira aos Estados Membros uma gestão conjunta das suas capacidades defensivas na forma de uma cooperação permanente e que esse (2016) seria o momento ideal para agir<sup>437</sup>.

---

<sup>435</sup> COMISSÃO DOS ASSUNTOS EXTERNOS, *Relatório sobre o estado das relações entre a UE e os EUA*, p. 21.

<sup>436</sup> GOTEV, Georgi, «Juncker: Europe must not bow to Trump’s demands on NATO» *Euractiv* [Em linha]. 17 fev. 2017. [Consult. 18 abri. 2022]. Disponível em: [https://www.euractiv.com/section/global-europe/news/juncker-europe-must-not-bow-to-trumps-demands-on-nato/?nl\\_ref=31378359](https://www.euractiv.com/section/global-europe/news/juncker-europe-must-not-bow-to-trumps-demands-on-nato/?nl_ref=31378359).

<sup>437</sup> COMISSÃO EUROPEIA, *The State of the Union 2016: Towards a Better Europe – A Europe that Protects, Empowers and Defends* [Em linha]. Estrasburgo. 14 set. 2016. [Consult. 14 abri. 2022]. Disponível em: [file:///C:/Users/Redislogar/Downloads/The\\_State\\_of\\_the\\_Union\\_2016\\_Towards\\_a\\_Better\\_Europe\\_\\_A\\_Europe\\_that\\_Protects\\_\\_Empowers\\_and\\_Defends.pdf](file:///C:/Users/Redislogar/Downloads/The_State_of_the_Union_2016_Towards_a_Better_Europe__A_Europe_that_Protects__Empowers_and_Defends.pdf).

Com efeito, a liderança europeia em especial a de Angela Merkel, rejeitou prontamente a retórica nacionalista e protecionista de Donald Trump. Ainda que não tenha mencionado o presidente norte-americano de forma direta, Merkel, numa reunião do G20, em 2017, afirmou que os países desenvolvidos deveriam lutar para que a globalização fosse benéfica para todos, rejeitando as ideias de protecionismo e isolacionismo<sup>438</sup>. Ainda antes de uma reunião com Trump em março de 2017 a chanceler alemã havia dito que lutaria por uma Europa forte ainda que tivesse de entrar em confronto com Washington<sup>439</sup>.

Por seu lado, o presidente do concelho europeu, Donald Tusk, reconheceu que os dois lados estavam distantes em várias questões fulcrais, tais como o comércio, as questões climáticas e a agenda da Rússia, mas procurou enaltecer o que ambos os atores partilham, nomeadamente, o conjunto de valores tidos como “ocidentais”, a liberdade, o Estado de direito e a dignidade humana, sendo que a consolidação da Ordem liberal assente nos princípios comuns e não apenas nos interesses deveria ser o ponto primordial entre UE e EUA<sup>440</sup>. Para além disso, Donald Tusk considerou que a administração Trump estaria a por em causa 70 anos de política externa norte-americana e que as alterações que se adivinhavam relativamente à sua política em relação à Europa poderia trazer novos desafios à coesão, estabilidade e segurança da União Europeia. Ainda assim os responsáveis europeus deixaram a garantia de que iriam trabalhar com a administração Trump em interesses comuns e desafios globais<sup>441</sup>.

As tomadas de posição de Trump e as consequências das decisões da sua administração acabaram por servir como uma chamada de atenção para a União Europeia na prossecução da sua autonomia estratégica, em especial, no campo da segurança e defesa. Esta questão que tinha sido a base da Estratégia Europeia de 2016, após a campanha e eleição de Trump redundou no consolidar da ideia de que a Europa não poderia estar tão dependente dos EUA em termos de defesa e segurança, lançando a necessidade de uma assertiva mudança rumo a um futuro mais independente. A UE vai procurar uma maior integração militar sob a alçada da sua Política Comum de Segurança

---

<sup>438</sup> KOTTASOVA, Ivana, «Merkel criticizes Trump trade policy before G20», *CNN* [Em linha]. 05 jul. 2017. [Consult. 23 mar. 2022]. Disponível em: <https://money.cnn.com/2017/07/05/news/economy/merkel-trump-trade-warning/index.html>.

<sup>439</sup> ERAN, Oded; ROSNER, Yotam; OREG, Rotem, «EU-US Relations in the Trump Era», p.65.

<sup>440</sup> MAURICE, Eric, «EU to Trump: Defend Western values, not your interests», *euobserver* [Em linha]. 25 mai. 2017. [Consult. 22 mar. 2022]. Disponível em: <https://euobserver.com/world/138018>.

<sup>441</sup> ARCHICK, Kristin, «The European Union: Current Challenges and Future Prospects», p.23

e Defesa e projetos como a Cooperação Estruturada Permanente (PESCO), lançada em 2017, e a proposta feita por Jean-Claude Juncker para a criação de um Fundo Europeu de defesa também em 2017 com um orçamento que poderia chegar aos 13 bilhões de euros. Num documento dedicado ao futuro da Europa, em 2017, a comissão declarou que mais foi feito nos últimos dois anos que nos últimos sessenta<sup>442</sup>.

Tornou-se urgente para a Europa a diminuição da sua dependência em termos de segurança dos EUA e a União reconhece a necessidade de fortalecer as suas próprias capacidades de defesa. Isto poderá levar ao desenvolvimento de capacidades mútuas que podem ser benéficas para os dois lados e para a NATO<sup>443</sup>.

Foi precisamente no contexto de uma nova política externa norte-americana que pôs em causa o projeto de integração europeu, que assume o confronto direto com a China e que muda a relação com regimes autoritários como a Rússia e a Turquia, que o presidente francês Emanuel Macron afirmou que a Europa precisaria de começar a pensar em agir não só como uma potência económica, mas também com uma potência estratégica assumindo a sua soberania militar. Se a Europa não tomasse medidas, existia o risco considerável de a longo prazo desaparecer geopoliticamente, ou não controlar o seu próprio destino<sup>444</sup>.

Também em 2019, a HRVP, Federica Mogherini, se mostrou particularmente preocupada com o futuro do sistema internacional, afirmando que as regras fundamentais das relações internacionais estariam a viver um período de instabilidade, com o surgimento de vários líderes que apenas reconheciam a linguagem do poder e do confronto, sendo o direito internacional e os acordos multilaterais cada vez mais perçecionados como um obstáculo para os interesses dos poderosos<sup>445</sup>.

Um dos grandes avanços que visa contribuir para a autonomia estratégica da Europa e sua resiliência foi a implementação do Fundo Europeu de Defesa que visa uma maior integração e coordenação dos investimentos nacionais de cada estado-membro em termos de defesa. Este mecanismo, apesar de apenas se encontrar operacional desde janeiro de 2021, faz parte integrante da PCSD e para além da vertente de promoção da

---

<sup>442</sup> DIMITROVA, Anna, «The State of the Transatlantic Relationship in the Trump Era».

<sup>443</sup> *Ibidem*.

<sup>444</sup> ERLANGER, Steven, «Macron Says NATO Is Experiencing ‘Brain Death’ Because of Trump», *The New York Times* [Em linha.]. 07 nov. 2019. [Consult. 24 mar. 2022]. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/11/07/world/europe/macron-nato-brain-death.html>.

<sup>445</sup> *Ibidem*, p.2.

cooperação entre Estados Membros, visa também o desenvolvimento de tecnológica em termos de defesa.

Com efeito, o próprio Parlamento Europeu em 2020 solicitou que a UE envidasse esforços para se tornar “um parceiro de eleição” para países estrangeiros, reconhecendo a evolução da geopolítica mundial e enaltecendo a contínua necessidade de lutar pela defesa das instituições multilaterais, em contraponto à agenda unilateralista de Trump, sublinhando a necessidade de respostas conjuntas para os crescentes desafios de uma Ordem Mundial em evolução e na qual a Ordem Ocidental se encontra em declínio. Para além de ocupar o espaço diplomático multilateral na promoção de valores Ocidentais deixado vazio pelos EUA, a UE pretende reforçar o seu papel e as suas capacidades no Sistema Internacional, tendo por base uma revisão da sua estratégia global e um mundo em mudança, no qual a unipolaridade e supremacia do seu maior aliado com quem partilhava uma Ordem Liberal deu lugar a um Ocidente em declínio confrontado com novas potências revisionistas e que, para além de introduzirem a ideia de um modelo alternativo ao Ocidental, ameaçam a sua estabilidade<sup>446</sup>. Posteriormente é aprovado, ainda em 2020, o relatório sobre a execução da PCSD, reiterando o seu apoio às várias iniciativas que visam um desenvolvimento de capacidades que permita uma maior autonomia europeia, nomeadamente, a Cooperação Estruturada Permanente, o Fundo Europeu de Defesa e a Análise Anual Coordenada em Matéria de Defesa, congratulando-se com os desenvolvimentos recentes que permitem a consolidação e aumento das capacidades europeias em termos de defesa<sup>447</sup>.

Não obstante todos os esforços e conteúdos formais produzidos com vista a uma autonomia estratégica europeia, em especial relativa à segurança e defesa da Europa, a NATO e a colaboração com os EUA mantêm-se um elemento fundamental para a UE e para a Ordem Ocidental Liberal<sup>448</sup>, sendo que a Europa não pretende alienar-se por completo nem dos EUA, nem das instituições das quais ambos fazem parte, mas sim desenvolver um conjunto de capacidades que lhe permita de forma autónoma decidir o seu próprio rumo num Sistema Internacional em mudança e onde algumas potências revisionistas ameaçam o *status quo*.

---

<sup>446</sup> MALOVEC, Michal; PADURARIU Amelia, «Política externa: objetivos, instrumentos e realizações», *Europarl*. [Em linha]. Out. 2021. [Consult. 18 fev. 2022]. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/158/politica-externa-objetivos-instrumentos-e-realizacoes>.

<sup>447</sup> *Ibidem*.

<sup>448</sup> *Ibidem*.

## ***Conclusão***

### ***Donald Trump – o improvável presidente***

A eleição de Donald Trump, ainda que inesperada, surge num contexto estrutural e conjetural que explica e ajuda a analisar a sua chegada ao poder. Com efeito, os EUA após viverem quase cinco décadas de Guerra Fria com um rival ideológico, onde se destaca o continente europeu e a ajuda dos EUA à criação e consolidação de uma Ordem Internacional multilateral e liberal, emergiram como vencedores de uma guerra na qual o mundo se encontrava dividido entre duas superpotências, resultando num novo modelo de Sistema Internacional, onde apenas uma superpotência se destacava e concentrava em si a grande maioria dos recursos disponíveis nas várias dimensões características do poder, ou seja, um sistema unipolar. Neste sistema os EUA emergiram como a grande potência com capacidade de intervenção a nível global e com capacidade para moldar a Ordem Internacional e, como tal, dentro de uma nova estrutura que alterava por completo a sua posição no Sistema Internacional, tiveram de alterar e rever os pressupostos da sua política externa.

Neste contexto é relevante a relação que os norte-americanos foram estabelecendo com o continente europeu e as principais potências devastadas pela Segunda Guerra Mundial. Perante a ameaça militar, expansão do comunismo e vazio de poder deixado pela guerra no centro da Europa os EUA foram determinantes na reconstrução de uma nova Europa que resultou numa comunidade de Estados que, para fugir da *hubris* característica do seu passado, foram evoluindo para uma comunidade integrada principalmente a nível económico. Esta consolidação comunitária dos países europeus foi-se construindo durante as várias décadas da Guerra Fria, evoluindo para uma comunidade económica e política fortemente apoiada pelos EUA que, apesar de algumas imagens pontuais criadas no ceio da sua comunidade em que a Europa poderia ser vista como um terceiro polo de poder ou um aliado fundamental aos seus interesses, apoiou de forma determinante o seu desenvolvimento, bem como a criação das instituições multilaterais onde a comunidade europeia se foi inserindo e que ditaram a arquitetura internacional de onde emergiram os princípios básicos da ordem do pós Segunda Grande Guerra. Fundamental para este desígnio foi a criação de uma aliança atlântica de defesa comum, a NATO, que permitiu aos europeus o seu desenvolvimento, sob a garantia e comprometimento de defesa norte-americana, e criou as condições para que um conjunto

de estados devastados pela guerra pudessem criar uma Comunidade Europeia integrada ainda que com uma certa dependência estratégica dos EUA que eram o principal garante da sua estabilidade e segurança.

Com o fim do império soviético surge um dos principais paradigmas da política externa norte-americana, nomeadamente, a procura de um desígnio que representasse o sentido necessário e digno da única superpotência mundial, estruturando o novo papel dos EUA no mundo e a sua forma de agir. Estabelece-se um certo internacionalismo liberal no qual os EUA teriam como principais desígnios a segurança dos EUA e dos seus cidadãos, a expansão dos seus valores democráticos e uma estabilização dos diversos complexos regionais que permitisse um mundo mais pacífico. Para além disso, deveriam também impedir a ressurgência de potências revisionistas que pudessem desafiar a sua supremacia, mantendo-se os EUA como potência unipolar. O excecionalismo norte-americano e a sua importância para o mundo implicavam que o seu poder não poderia estar sujeito à aprovação e aos consensos internacionais, existindo a possibilidade da sua intervenção unilateral quando os seus interesses mais fundamentais estiverem em risco.

O principal momento do mundo unipolar é o 11 de Setembro, que marca uma alteração profunda não só da política externa norte-americana como da própria mundivisão dos EUA no Sistema Internacional. A resposta, que numa primeira fase recebeu algum consenso e apoio internacional, mudou de forma drástica a política externa da potência unipolar cujo principal objetivo deixou de ser a consolidação da Ordem Internacional Liberal e defesa dos valores da democracia e de economia de mercado global para a luta contra as redes terroristas e os Estados que as apoiam, numa nova política considerada por muitos como uma extensão injustificada e imperialista de uma resposta ao 11 de Setembro. Neste particular, releve-se a cisão criada com a Europa, também ela dividida na resposta à invasão do Iraque, que levou a maior crise transatlântica até à eleição de Trump. Embora inicialmente os EUA tenham tido algum sucesso nas suas ações (derrubando os regimes vigentes no Iraque e Afeganistão), a saída de ambos os teatros de guerra e mudança de regime tornou-se uma tarefa demasiado complexa que os norte-americanos não conseguiriam resolver de forma bem-sucedida. Ao desgaste financeiro, diplomático e social das guerras no Médio Oriente juntou-se um dos outros pontos marcantes da unipolaridade norte-americana, nomeadamente, a crise financeira de 2008. Ao mesmo tempo, a Rússia começava a materializar a sua agenda cada vez mais revisionista e a China mantinha o seu crescimento económico exponencial

a um ritmo que a aproximava cada vez mais dos EUA. A eleição de Barack Obama opera duas grandes mudanças na política norte-americana. Por um lado a prioridade estratégica passa a ser a zona da Ásia-Pacífico, por outro, os EUA confrontados com um declínio relativo do seu poder, seguem uma nova linha de retraimento estratégico. Fundamental é compreender que os EUA passaram de uma posição de supremacia e excecionalidade internacional, onde a sua primazia e posição destacada no sistema internacional permitiam o desenvolvimento de uma política externa que definisse as regras de uma Ordem Mundial Liberal, para uma política que visava cada vez mais a contenção de potências revisionistas e emergentes e uma gestão do seu declínio relativo.

Nesse sentido, começa a surgir um claro descontentamento da sociedade norte-americana, não só com as suas condições internas, mas também com a forma como os EUA se têm comportado no Sistema Internacional. A constatação da perda do seu estatuto de supremacia, a forma como os EUA assumiram a responsabilidade pela Ordem Internacional Liberal estando envolvidos no exterior de forma económica e militar e as exigências da própria comunidade ocidental para com os EUA que são forçados a lidar com os seus próprios problemas internos vão ser utilizados por Donald Trump na sua campanha para congregar os descontentes. Donald Trump assume-se como o grande herói que pretende devolver a qualidade de vida à família tradicional de classe média norte-americana, mas também como o presidente que pretende recolocar os EUA no lugar onde merecem, enquanto potência unipolar que nada deve aos outros, nem a um conjunto de instituições que vai considerar obsoletas, sendo que o único objetivo da política externa norte-americana passa a ser o superior interesse da comunidade que Trump se propõe representar. Em termos de política externa isto representa uma reavaliação da presença no exterior dos EUA (Para Trump os EUA devem estar preocupados única e exclusivamente em defender os seus interesses e não um conjunto de ideais democráticos ou liberais).

A visão de Trump passa por ser o digno representante *jacksoniano* do seu eleitorado e vai chocar com os princípios mais básicos da política externa norte-americana no pós Segunda Guerra Mundial, que durante décadas estiveram na base do seu apoio ao projeto de integração europeu. A sua visão do mundo e das relações entre estados atribui um significado diferente ao conceito de soberania, sendo que o seu “realismo com princípios” implica que os Estados se reconheçam como unidades soberanas. O Sistema Internacional é reduzido a um esquema de somas e subtrações no

qual o ganho de um país e sempre a perda de outro. Nesse sentido, a instituição supranacional União Europeia assume-se como um mecanismo institucional demasiado burocrático que retira aos estados a sua soberania e capacidade de decisão própria, onde os mesmos se encontram subordinados a um ideal que nada mais é do que um veículo para a potência dominante na Europa (Alemanha) se contrabalançar contra os EUA. Donald Trump na sua campanha vai pôr em causa o projeto de integração europeu, na medida em que a União Europeia representa um dos maiores erros da política externa norte-americana ao suportar uma instituição que, na sua visão, apenas deu prejuízo aos EUA e se tenta afirmar como um bloco económico que contrapõe e prejudica os EUA. A sua retórica de campanha identifica este tipo de aliança histórica e baseada em preceitos de valores e princípios comuns como não sendo favorável aos interesses norte-americanos. Acima de tudo, o nacionalismo predominantemente económico de Donald Trump e que representa o rejeitar de alguns dos principais pilares e estruturais da política externa norte-americana, vai chocar contra o grande pilar que esteve na base do projeto de integração europeu, a sua crença no multilateralismo.

#### ***O balanço de quatro anos de governação***

Após quatro anos concluídos de administração Trump podemos afirmar que as relações entre EUA e UE viveram um período de profunda divergência, transversal às três dimensões essenciais que caracterizam a relação transatlântica, económica, política e de segurança coletiva.

A nível político o embate entre o unilateralismo protecionista da estratégia *América First* chocou com os ideais e valores multilaterais que a UE tanto defende (releve-se a retirada dos EUA de vários acordos internacionais e um apoio constante a movimentos eurocéticos). A nível de defesa, a NATO foi bastante criticada tendo sido postos em causa alguns dos seus princípios mais importantes, o que levou inclusive ao relançar de um projeto de defesa europeu.

A nível económico existiu uma guerra comercial, baseada na imposição de tarifas mútuas, na constante ameaça da imposição de direitos aduaneiros sobre automóveis e seus componentes e nos litígios relacionados com transportadoras aéreas, sendo que estes problemas não se adivinham de fácil resolução uma vez que um grande acordo comercial que englobasse todos os sectores comerciais e trouxesse estabilidade financeira à relação transatlântica foi congelado pela administração Trump e considerado obsoleto pela UE. Se alguns dos fatores aqui enunciados não devem ser cabalmente imputados à

administração Trump, uma vez que já se vinham complicando em administrações anteriores, foi durante a sua governação que as medidas foram efetivamente implementadas sem vontade, aparentemente, de negociar e chegar a um consenso que não extremasse tanto as partes. Relevante é compreendermos que Trump vai reduzir quase todas as dimensões da política externa norte-americana a um carácter económico. Para além da óbvia guerra comercial Trump vai desestabilizar a NATO precisamente sob o pretexto de que os seus supostos aliados não pagam o suficiente pela sua defesa e que os EUA não podem ser responsáveis por suportar o custo financeiro da segurança de outras nações, sendo que, no que à dimensão política concerne, Trump demonstra um apoio inequívoco por relações bilaterais (sendo o expoente máximo deste ideal o seu apoio ao *Brexit*) que permitam aos EUA exercer uma posição dominante e negociar a seu favor.

Todos estes fatores contribuíram para que entre 2017 e 2021 existisse uma erosão dos princípios básicos da relação transatlântica e o esvaziamento da sua substância<sup>449</sup>.

Com a eleição de uma nova administração foi perceptível a ansiedade por uma mudança que existe no ceio da UE. A reação que chegou pela voz do VP/AR, Josep Borrell, deixou várias críticas a Trump, aplaudindo a eleição de Joe Biden e a satisfação por poder negociar com alguém que não considera a UE um inimigo, exortando ao diálogo e cooperação e reafirmando que os EUA se “mantem o mais importante parceiro e aliado”<sup>450</sup>. Do ponto de vista dos EUA os factos e as declarações de Trump falam por si. Não só a UE perdeu (como já vinha perdendo antes de Trump) alguma da importância que tinha durante o século XX como foi identificada como um inimigo contra quem seria necessário proteger os superiores interesses, principalmente económicos, dos EUA.

Importa compreender que existe uma diferenciação entre Donald Trump, o candidato, e a Donald Trump enquanto presidente e líder de uma administração que governou os EUA entre 2017 e 2021. Se a campanha de Trump é caracterizada por um discurso populista (em alguns momentos até simplista e baseado em *sound bites* com conteúdo bastante discutível) que vai pôr em causa de forma bastante assertiva as bases da política externa norte-americana e a forma como se comporta no mundo, o discurso oficial da sua administração (releve-se aqui a *National Security Strategy*) parece ser

---

<sup>449</sup> BORRELL, Josep, «Tiremos o máximo partido deste novo capítulo nas relações UE-EUA.», *EEAS* [Em linha]. 09 nov. 2020 [Consultado a 12 dez. 2021]. Disponível em: [https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/89088/tiremos-o-m%C3%A1ximo-partidodeste-novo-cap%C3%ADtulo-nas-rela%C3%A7%C3%B5es-ue-eua\\_pt..](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/89088/tiremos-o-m%C3%A1ximo-partidodeste-novo-cap%C3%ADtulo-nas-rela%C3%A7%C3%B5es-ue-eua_pt..)

<sup>450</sup> *Ibidem*.

bastante mais polido e pensado. Com efeito verificamos que apesar de criticar a NATO, identificar a UE como um inimigo e apoiar o *Brexit* e movimentos eurocéticos durante a campanha, a estratégia da sua administração<sup>451</sup> identifica a UE como um parceiro com quem os EUA deveriam continuar a trabalhar e define a Rússia e especialmente a China como principais potências revisionistas e principais perigos para a segurança norte-americana, pondo até em causa a postura de campanha demonstrada por Trump relativamente à sua aproximação ao regime de Vladimir Putin. Ainda que tenha voltado atrás em várias das suas alegações mais assertivas no que à relação com a UE diz respeito (releve-se aqui a forma como Trump se vai contradizer em relação à NATO e à própria UE), o facto é que em termos económicos a relação entre ambos viveu um dos seus períodos mais complicados, naquilo que ficou conhecido como uma guerra comercial com ambas as partes a atacarem-se mutuamente. A nível político Trump e a sua campanha foram uma das peças importantes para a concretização do *Brexit* (oferecendo a possibilidade de um acordo especial entre EUA e Reino Unido), aliou-se sempre que possível a movimentos eurocéticos e em termos de segurança comum colocou toda a pressão em números e resultados. Mais do que isso, a sua ideia de nacionalismo protecionista colocando os EUA como um país normal cujos interesses económicos (tendo por base uma política de ganho e perda) se punham em primeiro lugar, abriu espaço para o revisionismo se expandir no Sistema Internacional, dado que a potência dominante estaria apenas preocupada com os seus interesses e deixaria cair a internacionalismo liberal e os valores democráticos e multilaterais que caracterizam o pós Segunda Guerra.

Ainda assim, é importante relevar que a relação entre EUA e UE mantinha já no século XXI alguns sinais de divergência que não podem ser cabalmente imputados a Donald Trump. O primeiro e mais objetivo prende-se com a intervenção norte-americana no Iraque e que representa de forma mais exemplificativa a forma unilateral como os EUA encaram a aplicação do seu poderio militar, contrastando com a procura europeia por uma base de consensos e multilateralismo para a resolução de problemas. Este ponto, que marca um distanciamento entre ambos, é ainda alicerçado pelo facto de a UE considerar a utilização da força militar uma *ultima ratio*, preferindo sempre que possível outro tipo de mecanismos por norma associados ao *soft power*. Ainda que em 2003 a Europa fosse bastante dependente da proteção dos EUA, é importante lembrar que um dos grandes pontos de discórdia relativamente à guerra comercial começou ainda durante

---

<sup>451</sup> Apesar de considerar o *unfair burden sharing* um dos problemas.

a administração George W. Bush, embora a sua aplicação efetiva só tenha acontecido durante a administração Trump e que apesar de ter sido durante a sua administração que as negociações para o TTIP tenham sido consideradas obsoletas, as mesmas já se encontravam suspensas quando Donald Trump foi eleito. Para além disso, a questão da gestão do orçamento da NATO é também uma questão relevante há várias décadas e mais que isso, factual, dado que um conjunto de estados europeus não contribuem com o estipulado no tratado.

Nesse sentido, a grande diferença de Donald Trump é a questão ideológica relativamente à própria natureza do projeto de integração europeu enquanto unidade, onde um conjunto de estados abdicam de alguma da sua soberania para se integrarem numa instituição supranacional e acima de tudo diplomática que permite a formação de um bloco económico. Para Trump esta ideia é abjeta, dado que o mesmo defende que os estados devem ser soberanos e as suas alianças devem ser feitas por conveniência e no estrito sentido que possam beneficiar os EUA. Trump representa um realista que vê o Sistema Internacional como um conjunto de unidades onde cada uma luta pela sobrevivência e onde as nações mais fortes se devem relacionar com outras também fortes. Este ideal representa um claro contraponto ao projeto de integração europeu, onde um conjunto de Estados que tenta fugir do seu passado de hubris cria uma comunidade integrada económica e politicamente.

Do ponto de vista da UE existe ainda um outro condicionalismo que importa referir, que resulta diretamente desta divergência entre atores e que poderá ter algum impacto no futuro: a afirmação de uma autonomia estratégica. Esta ideia foi primeiro (dentro da dimensão temporal da governação Trump) introduzida por Angela Merkel ao afirmar que o tempo em que a UE podia contar com os seus aliados havia terminado e que a Europa tinha o seu futuro nas próprias mãos<sup>452</sup>. Com efeito, este foi um dos objetivos propostos no *Relatório sobre o estado das relações entre a UE e os EUA*, existindo vários desenvolvimentos rumo a uma consolidação da política de defesa europeia<sup>453</sup> e novos

---

<sup>452</sup> REUTERS STAFF, «Merkel says Europe can't rely on U.S. to impose world order», *Reuters*. [Em linha] 20 jul. 2018. [Consultado a 28 nov. 2021]. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-germanymerkel-usa/merkel-says-europe-cant-rely-on-u-s-to-impose-world-order-idUSKBN1KA1F9?editionredirect=uk>.

<sup>453</sup> PARLAMENTO EUROPEU, *Defesa: está a UE a criar um exército europeu?*, [Em linha]. 25 jun. 2019. [Consultado a 02 jan. 2022]. Disponível em <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/security/20190612STO54310/defesa-esta-a-ue-a-criarum-exercito-europeu>

acordos comerciais<sup>454</sup>. Esta ideia foi também reforçada por Borrell no discurso sobre a eleição de Joe Biden o que deixa antever que este continuará a ser um dos objetivos europeus. Ainda assim, o documento oficial que mais sugere esta ideia de autonomia estratégica europeia precede a eleição de Donald Trump (estratégia europeia de 2016), no entanto, a mesma visava já lidar com um contexto geopolítico em mudança (releve-se as ações militares russas e a mudança estratégica dos EUA para a zona da Ásia-Pacífico como respostas ao conjunto de potências emergentes na região), e de onde se destacava o surgimento de um conjunto de movimentos eurocéticos e populistas onde Trump se enquadra.

### ***O efeito Trump na relação transatlântica***

Como vimos a história da relação entre os EUA e a UE remonta ao início do projeto de integração europeu, onde os norte-americanos tiveram um papel fundamental para o desenvolvimento de uma comunidade europeia unida. Essa relação foi evoluindo, bem como os seus atores, e mostrou-se capaz de ultrapassar desafios económicos e políticos, contabilizando sete décadas de convergência.

No entanto, a ameaça de que um bloco económico europeu pudesse ser prejudicial para os interesses EUA, a ideia de que os europeus iam beneficiando em demasia da proteção norte-americana e que as necessidades económicas nacionais deveriam ser o cerne da política externa norte-americana, sempre estiveram presentes, sendo na grande maioria das vezes ultrapassadas pelo sentimento de aliança. Pelo menos, até à eleição de Donald Trump.

A grande estratégia de Donald Trump, baseada numa soberania nacionalista, engloba as três dimensões estudadas de forma mais detalhada e um conjunto de pressupostos que colidem com os valores tradicionais da política de alianças dos EUA. A sua ideia de nacionalismo económico e a sua preferência por parcerias de conveniência, transformaram a política externa dos EUA que se foram afastando dos ideais multilaterais que ajudou a edificar.

No que à UE concerne isto levou a tensões e interesses contraditórios em todos os eixos relacionais (político, económico e securitário), sendo os quatro anos de governação Trump marcados pela divergência. Do ponto de vista económico essa ideia fica explícita

---

<sup>454</sup> COMISSÃO EUROPEIA, *EU and China reach agreement in principle on investment* [Em linha] 30 dez. 2020. [Consultado a 03 jan. 2021]. Disponível em [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip\\_20\\_2541](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_20_2541)

na Guerra comercial criada pela imposição de tarifas por parte dos EUA e retaliação da UE, mas também pelo constante tom de ameaça e pelo congelamento de um grande acordo comercial que pudesse potenciar ambas as economias e regular a sua relação.

A relação transatlântica não terminou, nem foi para sempre vilipendiada, os EUA e a UE continuam a ser os maiores parceiros comerciais a nível mundial, mas sofreu um duro golpe. O facto de os EUA terem sido governados por uma administração mais nacionalista e com um forte pendor económico que entrou em conflito com os ideais europeus, levou a própria Europa a reavaliar a sua posição no Sistema Internacional e acelerar o seu processo de autonomia estratégica. Os ideais e princípios basilares parecem ter sobrevivido à administração Trump, mas existiu um alerta claro para a UE. O Sistema Internacional é instável, assim como a política. Do ponto de vista norte-americano este romper com os alicerces fundamentais da ligação entre EUA e UE não deve surgir como uma surpresa. Os indicadores encontravam-se estabelecidos. Seja pelas diferentes imagens e percepções que vão sendo criadas sobre a Europa mediante as necessidades da economia norte americana, seja pela diferente abordagem relativamente à utilização da força militar norte-americana numa base unilateral e sem consenso internacional, seja pelo conjunto de interesses em contrário de ambos elencados na presente dissertação a relação transatlântica sempre teve desafios a superar. É muito difícil dissociar os EUA e a comunidade europeia do polo que criaram na Ordem do pós segunda guerra mundial – o Ocidente -, no entanto, sempre que um conjunto de causas conjeturais ditar que a população norte-americana escolha ser representada por um líder que rejeite a ideia de que os EUA têm uma responsabilidade global enquanto líderes de um Ordem Internacional Liberal, mas sim o dever de zelar única e exclusivamente pelos interesses dos norte-americanos e pelo bem estar da sua sociedade (releve-se aqui a existência de crises económicas que diminuam consideravelmente a qualidade de vida dos norte-americanos) a sua política externa poderá ser afetada. O facto de a Europa ter permanecido durante décadas dependente dos EUA veio exacerbar este sentimento de clivagem. Donald Trump vai precisamente insurgir-se contra o internacionalismo liberal que pautou a política externa norte-americana no pós-Guerra Fria, considerando que a mesma falhou de forma grassa em proteger os interesses dos norte-americanos. A UE é de certa forma apanhada no meio desta revolução de prioridades norte-americanas e forçada a reconhecer que a sua autonomia estratégica é de facto uma prioridade essencial.

## Referências Bibliográficas

### Fontes Primárias

BORRELL, Josep, «Tiremos o máximo partido deste novo capítulo nas relações UE-EUA.» *EEAS* [Em linha]. 09 nov. 2020 [Consultado a 12 dez. 2021]. Disponível em: [https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/89088/tiremos-o-m%C3%A1ximo-partidodeste-novo-cap%C3%ADtulo-nas-rela%C3%A7%C3%B5es-ue-eua\\_pt](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/89088/tiremos-o-m%C3%A1ximo-partidodeste-novo-cap%C3%ADtulo-nas-rela%C3%A7%C3%B5es-ue-eua_pt).

BUSH, George H. W., *National Security Strategy of the United States* [Em linha]. Casa Branca. 01 ago. 1991. [Consult. 24 fev. 2022]. Disponível em: <https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/nss1991.pdf?ver=3sIpLiQwmknO-RplyPeAHw%3d%3d.PP-1991-book1.pdf>.

--- *Public Papers of the Presidents of the United States: George Bush, Book I – January 1 to June 30, 1991* [Em linha]. Washington: United States Government Printing Office, 1992. [Consult. 22 fev. 2022]. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/PPP-1991-book1/pdf/PPP-1991-book1.pdf>,

--- *Public Papers of the Presidents of the United States: George H. W. Bush (1992-1993, Book II)* [Em linha]. Washington: Office of the Federal Register National Archives and Records Administration, 1993. [Consult. 22 fev. 2022]. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/PPP-1992-book2/pdf/PPP-1992-book2.pdf>.

BUSH, George W., *Public Papers of the Presidents of the United States: George W. Bush (2002, Book I)* [Em linha]. Washington: Office of the Federal Register National Archives and Records Administration, . [Consult. 28 mar. 2022]. Disponível em <https://www.govinfo.gov/content/pkg/PPP-2002-book1/pdf/PPP-2002-book1.pdf>.

--- *Public Papers of the Presidents of the United States: George W. Bush (2003, Book I)* [Em linha]. Washington: Office of the Federal Register National Archives and Records Administration, 2006. [Consult. 28 mar. 2022]. Disponível em <https://www.govinfo.gov/content/pkg/PPP-2002-book1/pdf/PPP-2002-book1-doc-pg917.pdf>.

CASA BRANCA; COMISSÃO EUROPEIA, *Declaração conjunta UE-EUA na sequência da visita do Presidente Juncker à Casa Branca* [Em linha]. 25 jul. 2018.

[Consultado a 23 nov. 2021]. Disponível em: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/STATEMENT\\_18\\_4687](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/STATEMENT_18_4687).

CASA BRANCA: OFFICE OF THE PRESS SECRETARY, *FACT SHEET: Advancing the Rebalance to Asia and the Pacific* [Em linha]. 16 nov. 2015. [Consult. 22 abr. 2022]. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2015/11/16/fact-sheet-advancing-rebalance-asia-and-pacific>.

CHENEY, Dick, *Defense Strategy for the 1990s: The Regional Defense Strategy* [Em linha]. Washington: Department of Defense, 1993. [Consult. 23 mar. 2022]. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/nukevault/ebb245/doc15.pdf>.

CLINTON, Hillary, «America's Pacific Century», *Foreign Policy*. [Em linha]. 11 out. 2011. [Consult. 28 abr. 2022]. Disponível em <https://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/>.

COMISSÃO DOS ASSUNTOS EXTERNOS, *Relatório sobre o estado das relações entre a UE e os EUA*, [Em linha]. 10 jul. 2018 [Consult. 14 jan. 2022]. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-8-2018-0251\\_PT.html](https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-8-2018-0251_PT.html).

COMISSÃO EUROPEIA, *EU and China reach agreement in principle on investment* [Em linha]. 30 dez. 2020. [Consult. 03 jan. 2022]. Disponível em: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip\\_20\\_2541](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_20_2541)

---*European Commission reacts to the US restrictions on steel and aluminium affecting the EU* [Em linha]. 31 mai. 2018 [Consult. 14 dez. 2021]. Disponível em: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP\\_18\\_4006](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_18_4006).

---*Negociações comerciais UE-EUA — um ano depois, Comissão apresenta relatório intercalar*, [Em linha]. 25 jul. 2019 [Consult. 14 de dez 2021]. Disponível em: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP\\_19\\_4670](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_19_4670).

---*The State of the Union 2016: Towards a Better Europe – A Europe that Protects, Empowers and Defends* [Em linha]. Estrasburgo. 14 set. 2016. [Consult. 14 abri. 2022]. Disponível em: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH\\_16\\_3043](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH_16_3043).

--- *Transatlantic Trade in Turbulent Times - Speech by Cecilia Malmström, European Commissioner for Trade*, [Em linha]. 19 jul. 2018. [Consult. a 14 dez. 2021].

Disponível em:  
[https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH\\_18\\_4604](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH_18_4604).

CONSELHO EUROPEU, *A Secure Europe in a Better World. European Security Strategy* [Em linha]. 12 dez. 2003 [Consult. 23 mai. 2022]. Disponível em: <https://eclan.eu/en/eu-legislatory/a-secure-europe-in-a-better-world-european-security-strategy>.

EUROPEAN UNION, *Schuman declaration May 1950*, [Em linha]. European Commission, Directorate-General for Communication [consult. 18 Nov. 2021]. Disponível em: [https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1945-59/schuman-declaration-may-1950\\_en](https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1945-59/schuman-declaration-may-1950_en).

GATES, Robert, «Text of Speech by Robert Gates on the Future of NATO» *Atlantic Council* [Em linha]. 10 jun. 2011. [Consult. 08 abri. 2022]. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/natosource/text-of-speech-by-robert-gates-on-the-future-of-nato/>.

Joint Declaration on European Defence - Joint Declaration issued at the British-French Summit, *CVCE.eu* [Em linha]. 04 dez. 1998 [Consult. 18 mai. 2022]. Disponível em: [https://www.cvce.eu/obj/franco\\_british\\_st\\_malo\\_declaration\\_4\\_december\\_1998-en-f3cd16fb-fc37-4d52-936f-c8e9bc80f24f.html](https://www.cvce.eu/obj/franco_british_st_malo_declaration_4_december_1998-en-f3cd16fb-fc37-4d52-936f-c8e9bc80f24f.html).

MOGHERINI, Federica, *Shared Vision, Common Action: A Stronger Europe: A Global Strategy for the European Union's Foreign And Security Policy* [Em linha]. jun. 2016. [Consult. 28 mai. 2022]. Disponível em: [https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/eugs\\_review\\_web\\_0.pdf](https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/eugs_review_web_0.pdf)

OBAMA, Barack, *National Security Strategy* [Em linha]. Casa Branca. mai. 2010. [Consult. 29 fev. 2022]. Disponível em: [https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/rss\\_viewer/national\\_security\\_strategy.pdf](https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf).

---*National Security Strategy* [Em linha]. Casa Branca. fev. 2015. [Consult. 29 mar. 2022]. Disponível em: [https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015\\_national\\_security\\_strategy\\_2.pdf](https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy_2.pdf).

--- *Remarks By President Obama to the Australian Parliament* [Em linha]. Casa Branca. 17 nov. 2011. [Consult. 05 mai. 2022]. Disponível em:

<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2011/11/17/remarks-president-obama-australian-parliament>.

--- *Remarks by President Obama in Address to the People of Europe* [Em linha]. Casa Branca. 25 abri. 2016. [Consult. 06 mai. 2022]. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2016/04/25/remarks-president-obama-address-people-europe>.

OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, *Trump Administration Announces Intent to Negotiate Trade Agreements with Japan, the European Union and the United Kingdom* [Em linha]. 16 out. 2018. [Consult. 14 dez. 2021] Disponível em: <https://ustr.gov/about-us/policy-offices/pressoffice/press-releases/2018/october/trump-administration-announces>.

--- *2019 Trade Policy Agenda and 2018 Annual Report of the President of the United States on the Trade Agreements Program* [Em linha]. mar. 2010. [Consult. 13 jul. 2022]. Disponível em: [https://ustr.gov/sites/default/files/2019\\_Trade\\_Policy\\_Agenda\\_and\\_2018\\_Annual\\_Report.pdf](https://ustr.gov/sites/default/files/2019_Trade_Policy_Agenda_and_2018_Annual_Report.pdf).

PARLAMENTO EUROPEU, *Defesa: está a UE a criar um exército europeu?* [Em linha]. 25 jun. 2019. [Consult. a 02 jan. 2022]. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/security/20190612STO54310/defesa-esta-a-ue-a-criarum-exercito-europeu>

PRIME MINISTER'S OFFICE, *PM press conference with US President Trump: 27 January 2017* [Em linha]. 27 jan. 2017. [Consult. 22 nov. 2021]. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/pm-press-conference-with-us-president-donald-trump-27january-2017>.

RUMSFELD, Donald H., «A New Kind of War», *The New York Times* [Em linha]. 27 Set 2001. [Consult. 13 dez. 2021]. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2001/09/27/opinion/a-new-kind-of-war.html>

THE TIMES, «Trump interview: Full transcript of interview with Donald Trump», *The Times and The Sunday Times*, [Em linha]. 16 jan. 2017 [Consult. 02 dez. 2021]. Disponível em <https://www.thetimes.co.uk/article/full-transcript-of-interview-with-donald-trump-5d39sr09d>.

Tratado de Lisboa, *Jornal Oficial n° C 306*. [Em linha]. 17 dez. 2007 [Consult. 14 mai. 2022]. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:12007L/TXT&from=PT>

Tratado da União Europeia, *Jornal Oficial n° C 191* [Em linha]. 29 jul. 1992 [Consult. 23 mar. 2022]. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:11992M/TXT&from=PT>

TRUMP, Donald, *Crippled America: How to Make America Great Again*. Nova Iorque: Threshold Editions, 2015.

--- *Presidential Proclamation on Adjusting Imports of Steel into the United States* [Em linha]. Casa Branca. 08 mar 2018 [Consult. 14 dez. 2021]. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/presidential-proclamation-adjusting-imports-steelunited-states>,

--- *Remarks by President Trump at NATO Unveiling of the Article 5 and Berlin Wall Memorials* [Em linha]. 25 mai. 2017. [Consult. 15 abr. 2022]. Disponível em: <https://uy.usembassy.gov/remarks-president-trump-nato-unveiling-article-5-berlin-wall-memorials/>.

--- *Remarks by President Trump at the World Economic Forum | Davos, Switzerland* [Em linha]. Casa Branca. 21 jan. 2020. [Consult. 15 dez. 2021]. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-world-economic-forum-davos-switzerland/>.

--- *Remarks by President Trump to the People of Poland* [Em linha]. Casa Branca. 06 jul. 2017. [Consult. 03 mai. 2022]. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-people-poland/>.

--- *The Inaugural Address* [Em linha]. Casa Branca. 24 jan. 2017 [Consult. a 28 nov. 2021]. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/the-inaugural-address/>.

--- *The National Security Strategy of the United States of America* [Em linha]. Casa Branca. 18 dez. 2017. [Consult. 30 mar. 2022]. <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>.

UNITED NATIONS, *Digital library* [Em linha]. [Consult. 15 mar. 2022]. Disponível em <https://digitallibrary.un.org/?ln=en>.

U.S. DEPARTMENT OF COMMERCE, U.S. Department of Commerce Initiates Section 232 Investigation into Auto Imports [Em linha]. 23 mai. 2018. [Consult. 14 dez. 2021]. Disponível em: <https://www.commerce.gov/news/press-releases/2018/05/us-department-commerceinitiates-section-232-investigation-auto-imports>.

U.S DEPARTMENT OF DEFENSE, *Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense* [Em linha]. jan. 2012. [Consult. 18 abr. 2022]. Disponível em: [https://www.globalsecurity.org/military/library/policy/dod/defense\\_guidance-201201.pdf](https://www.globalsecurity.org/military/library/policy/dod/defense_guidance-201201.pdf).

WOLFOWITZ, Paul, *Memorandum for the secretary of defense: Defense Planning Guidance, FY 1994-1999 Draft* [Em linha]. The National Archives and Records Administration [Consult. 24 mar. 2022]. Disponível em: <https://www.archives.gov/files/declassification/iscap/pdf/2008-003-docs1-12.pdf>.

### **Fontes Secundárias**

ANDERSON, NICHOLAS D.; CHA, VICTOR D., «The Case of the Pivot to Asia: System Effects and the Origins of Strategy». In *Political Science Quarterly*, vol. 132, n.º 4, 2017/18, pp. 595-617. DOI: 10.1002/polq.12703.

ARCHICK, Kristin, «The European Union: Current Challenges and Future Prospects», *Congressional Research Service* [Em linha]. 21 jun. 2016. [Consult. 09 mai. 2022]. Disponível em: [https://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc855829/m2/1/high\\_res\\_d/R44249\\_2016Jun21.pdf](https://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc855829/m2/1/high_res_d/R44249_2016Jun21.pdf).

ASATUROV, Sergey; MARTYNOV, Andrei, «Analysis of relationship between the european union and the United States in the Period the Presidency of Donald Trump (2017-2020) [Em Linha]. *EUREKA: Social and Humanities*, n.º 6, 2020, pp. 35-39 [Consult. 18 jan. 2022]. Disponível em <https://ssrn.com/abstract=3746183>.

ASTHANA, Anushka, «Barack Obama: Brexit would put UK 'back of the queue' for trade talks», *The Guardian* [Em linha]. 22 abri. 2016. [Consult. 04 abri. 2022].

Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2016/apr/22/barack-obama-brexit-uk-back-of-queue-for-trade-talks>.

BBC NEWS, «Germans chide US envoy Grenell for call to 'empower' right», *BBC News* [Em linha]. 4 jun. 2018 [Consult. 03 dez. 2021]. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-44352779>.

BINDI, FEDERIGA, *The Foreign Policy of the European Union: Assessing Europe's Role in the World*. Washington: Brookings Institution Press, 2010.

BRANDS, HAL, «Choosing Primacy: U.S. Strategy and Global Order at the Dawn of the Post-Cold War Era». In *Texas National Security Review*, vol. 1, n.º 2, 2018, pp. 8-33. DOI: <https://doi.org/10.15781/T2VH5D166>.

BURT, Richard, «Trump and Europe». In *The National Interest*, n.º 147, janeiro/fevereiro 2017, pp. 45-48.

CAMPBELL, John. L, *American Discontent: The rise of Donald Trump and Decline of the Golden Age*, Oxford: Oxford University Press, 2018.

CALDI, Lorenzo; LOCATELLI, Andrea, «Bandwagoning, Not Balancing: Why Europe Confounds Realism». In *Contemporary Security Policy*, vol. 33, n.º 2, 264-288, 2012. DOI: 10.1080/13523260.2012.693792.

CBS NEWS, «"I think the European Union is a foe," Trump says ahead of Putin meeting in Helsinki», *CBS News* [Em linha]. 15 jul. 2018 [Consult. 14 nov. 2021] Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/donald-trump-interview-cbs-news-european-union-is-a-foe-ahead-of-putin-meeting-in-helsinki-jeff-glor/>.

CLARKE, Michael; RICKETTS, Anthony, «Donald Trump and American foreign policy: The return of the Jacksonian tradition». In *Comparative Strategy*, vol. 36, n.º 4, 2017, pp. 366-379. DOI: 10.1080/01495933.2017.1361210.

COX, Michael; STOKES, Doug, *US Foreign Policy*, Oxford: Oxford University Press, 2012.

CROWLEY, Stephen, «Transcript: Donald Trump's Foreign Policy Speech» *The New York Times* [Em linha]. 27 abri. 2016. [Consult. 22 mai. 2022]. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/04/28/us/politics/transcript-trump-foreign-policy.html>.

DELREAL, Jose A. «About that Donald Trump speech at CPAC ...», *The Washington Post* [Em linha]. 27 fev. 2015. [Consult. 16 dez. 2021]. Disponível em:

<https://www.washingtonpost.com/news/postpolitics/wp/2015/02/27/about-that-donald-trump-speech-at-cpac/>.

DIMITROVA, Anna, «The State of the Transatlantic Relationship in the Trump Era» [Em linha]. *Fondation Robert Schuman: European Issues*, n.º 545, fev. 2020, [Consult. 08 ago. 2022]. Disponível em: <https://www.robert-schuman.eu/en/european-issues/0545-the-state-of-the-transatlantic-relationship-in-the-trump-era>.

DIPRIZIO, Robert C., *Armed Humanitarians: US Interventions from Northern Iraq to Kosovo* Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2002.

DUNN, Tom Newton, «TRUMP'S BREXIT BLAST :Donald Trump told Theresa May how to do Brexit ‘but she wrecked it’ – and says the US trade deal is off», *The Sun* [Em linha]. 13 jul. 2018. [Consult. 06 abri. 2022]. Disponível em: <https://www.thesun.co.uk/news/6766531/trump-may-brexit-us-deal-off/>.

EDWARDS, Jason A., «Make America Great Again: Donald Trump and the redefining of the US role in the World». In *Communication Quarterly*, vol. 66, n.º 2, 2018, pp. 176-195. DOI: 10.1080/01463373.2018.1438485.

ERAN, Oded; ROSNER, Yotam; OREG, Rotem, «EU-US Relations in the Trump Era», [Em linha]. *The Institute for National Security Studies*, Memorandum n.º 185, jun. 2018 [Consult. 18 mai 2022]. Disponível em: <https://www.inss.org.il/wp-content/uploads/2018/06/EU-US-Relations-in-the-Trump-Era.pdf>.

ERLANGER, Steven, «Macron Says NATO Is Experiencing ‘Brain Death’ Because of Trump», *The New York Times* [Em linha]. 07 nov. 2019. [Consult. 24 mar. 2022]. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/11/07/world/europe/macron-nato-brain-death.html>.

GASPAR, Carlos, *A Balança da Europa*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2017.

--- *O Pós-Guerra Fria*. Lisboa: Edições Tinta-da-china, 2016.

--- *O Regresso da Anarquia*, Óbidos: Alêtheia Editores, 2019.

GOTEV, Georgi, «Juncker: Europe must not bow to Trump’s demands on NATO» *Euractiv* [Em linha]. 17 fev. 2017. [Consult. 18 abri. 2022]. Disponível em: [https://www.euractiv.com/section/global-europe/news/juncker-europe-must-not-bow-to-trumps-demands-on-nato/?nl\\_ref=31378359](https://www.euractiv.com/section/global-europe/news/juncker-europe-must-not-bow-to-trumps-demands-on-nato/?nl_ref=31378359).

GREGG II, Gary L. *George W. Bush: Foreign Affairs* [Em linha]. University of Virginia: Miller Center. [Consult. 24 mar. 2022]. Disponível em: <https://millercenter.org/president/gwbush/foreign-affairs>.

HOLBORN, Hajo, *The political collapse of Europe*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, INC, 1951.

HOWORTH, Jolyon; SCHMIDT, Vivien A., «Brexit What Happened? What is Going to Happen?». In *Politique étrangère*, vol. I, n.º 4, 2016, pp. 123-138.

HOWORTH, Jolyon, «Strategic autonomy and EU-NATO cooperation: threat or opportunity for transatlantic defence relations?». In *Journal of European Integration*, vol. 40, n.º5, 2018, pp. 523-537. DOI: 10.1080/07036337.2018.1512268.

HUNTINGTON, Samuel P., «The Lonely Superpower». In *Foreign Affairs*, vol. 78, n.º 2, 1999, pp. 35-49. DOI: <https://doi.org/10.2307/20049207>.

IKENBERRY, John; MASTANDUNO, Michael; WOHLFORTH, William C., *International Relations Theory and the Consequences of Unipolarity*. New York: Cambridge University Press, 2011.

JACOBSON, Cary C., «The Triumph of Polarized Partisanship in 2016: Donald Trump's Improbable Victory». In *Political Science Quarterly*, Vol. 132, n.º1, 2017, pp. 9-41.

KAHL, Colin; BRANDS, Hal, « Trump's Grand Strategic Train Wreck: Believe it or not, the president has a grand strategy. But it's a nightmarish mess», *Foreign Policy* [Em linha]. 31 jan. 2017. [Consult. a 23 nov. 2021]. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2017/01/31/trumps-grand-strategic-train-wreck/>.

KAPLAN, Lawrence S., *NATO 1948 The Birth of the Transatlantic Alliance*. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2007.

KEUKELEIRE, Stephan; DELREUX, Tom, *The Foreign Policy of the European Union: 2nd Edition*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2014.

KOTTASOVA, Ivana, «Merkel criticizes Trump trade policy before G20» *CNN* [Em linha]. 05 jul. 2017. [Consult. 23 mar. 2022]. Disponível em: <https://money.cnn.com/2017/07/05/news/economy/merkel-trump-trade-warning/index.html>.

KUPCHAN, Charles A., *The End of the American Era: U.S. Foreign Policy and the Geopolitics of the Twenty-first Century*, Nova York: Alfred A. Knopf, 2002.

LANGLOIS, Laëtitia, «Trump, Brexit and the Transatlantic Relationship: The New Paradigms of the Trump Era» [Em linha]. *Revue LISA/LISA e-journal*, vol. XVI-nº2 | set. 2018 [Consult. 22 mai. 2022]. Disponível em <https://journals.openedition.org/lisa/10235>. DOI: <https://doi.org/10.4000/lisa.10235>

LAYNE, Christopher, «The Unipolar Illusion: Why New Great Powers Will Rise». In *International Security*, vol.17, n.º 4, 1993, pp. 5-51.

--- «This Time It's Real: The End of Unipolarity and the Pax Americana». In *International Studies Quarterly*, vol. 56, n.º 1, 2012, pp. 203-213.

LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne, *The Cambridge History of the Cold War: Volume I, Origins*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LIEBERTHAL, Kenneth G., «The American Pivot to Asia», *Brookings Institution* [Em linha]. 21 dez. 2011. [Consult. 28 mar. 2022]. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/the-american-pivot-to-asia/>.

LIEVEN, Anatol, *América Right or Wrong: An Anatomy of American Nationalism 2nd Edition*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

LOGAN, Justin, «China, America, and the Pivot to Asia», *Cato Institute Policy Analysis n.º. 717* [Em linha]. 08 jan. 2013. [Consult. 03 mai. 2022]. Disponível em: <https://www.cato.org/policy-analysis/china-america-pivot-asia>.

LOS ANGELES TIMES STAFF, «Donald Trump's complete convention speech, annotated», *Los Angeles Times* [Em linha]. 21 jul. 2016. [Consult. 24 abri. 2022]. Disponível em: <https://www.latimes.com/politics/la-na-pol-donald-trump-convention-speech-transcript-20160721-snap-htmstory.html>.

LUNDESTAD, Geir, *The United States and Western Europe since 1945: From "Empire" by Invitation to Transatlantic Drift*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

--- «"Empire by Invitation" in the American Century». In *Diplomatic History*, vol. 23, n.º 2, 1999, pp. 189-217.

MACDONALD, Paul K.; PARENTE, Joseph M., «Graceful Decline? The Surprising Success of Great Power Retrenchment». In *International Security*, Vol. 35, n.º 4, 2011, pp. 7-44.

MASTANDUNO, Michael, «Preserving the Unipolar Moment: Realist Theories and U.S. Grand Strategy after the Cold War». In *International Security*, vol. 21, n.º 4, 1997, pp. 49-88.

MAURICE, Eric, «EU to Trump: Defend Western values, not your interests» *euobserver* [Em linha]. 25 mai. 2017. [Consult. 22 mar. 2022]. Disponível em: <https://euobserver.com/world/138018>.

MCALLISTER, James, *No Exit. America and the German Problem 1943-1954*. Ithaca, Nova York: Cornell University Press, 2002.

MCBRIDE, James, «What Brexit Means», *Council on Foreign Relations* [Em linha]. 22 jul. 2019. [Consult. 15 mai 2022]. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/what-brexit-means>.

MCGANN, James G., «Why Donald Trump Won the Election and Does it Mean The End To Think Tanks and Policy Advice as We Know it?», *TTCSP Publications* [Em linha]. 08 ago. 2019. [Consult. 23 abri. 2022]. Disponível em: [https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1004&context=ttcsp\\_papers](https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1004&context=ttcsp_papers).

MCGLINCHEY, Stephen, «Neoconservatism and American Foreign Policy» *E-International Relations*. [Em linha]. 01 jun. 2009. [Consult. 28 mar. 2022]. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2009/06/01/neo-conservatism-and-american-foreign-policy/>.

MCKERNAN, Jakob, *Realism and European Integration: Explaining the variances in the realist theory of european security integration* [Em linha]. Universidade de Groningen. 12 jan. 2014 [Consult. a 06 jan 2022]. Disponível em: [https://www.academia.edu/12745852/Realism\\_and\\_European\\_Integration\\_Explaining\\_the\\_Variations\\_in\\_the\\_Realist\\_Theory\\_of\\_European\\_Security\\_Integration](https://www.academia.edu/12745852/Realism_and_European_Integration_Explaining_the_Variations_in_the_Realist_Theory_of_European_Security_Integration).

MEAD, Walter Russel, *Special Providence: American Foreign Policy and how it Changed the World*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 2001.

--- «The Jacksonian Revolt: American Populism and the Liberal Order». In *Foreign Affairs*, vol. 96, n.º 2, março/abril 2017.

--- «The Jacksonian Tradition and American Foreign Policy». In *The National Interest*, n.º 58, 1999/2000, pp. 5-29.

MERRICK, Rob, «Theresa May condemns Donald Trump as 'wrong' over Britain First retweets - but says his UK state visit will go ahead», *Independent* [Em linha]. 29

nov. 2017. [Consult. 05 abri. 2022]. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/uk/politics/theresa-may-donald-trump-britain-first-uk-state-visit-videos-racist-islamophobic-a8082776.html>.

MERRY, Robert W., «Trump vs. Hillary Is Nationalism vs. Globalism», *The National Interest*, [Em linha]. 04 mai. 2016. [Consult. 09 jun. 2022]. Disponível em: <https://nationalinterest.org/feature/trump-vs-hillary-nationalism-vs-globalism-2016-16041>.

MONTEIRO, Nuno P., *Theory of Unipolar Politics*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2014.

MOREIRA DE SÁ, Tiago, «Estados Unidos e os Açores: A Base das Lajes e o Retraimento Estratégico». In *Relações Internacionais*, n.º 51, 2016.

--- «2018: o regresso à normalidade anárquica», *Público* [Em linha]. 27 dez. 2017 [Consultado a 26 nov. 2021]. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/12/29/mundo/analise/mundo-novo-trump-1898690>.

MOREIRA DE SÁ, Tiago; SOLLER, Diana, *Donald Trump: O Método no caos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2018.

MULLER, Jan-Werner, *What is populism?* Filadéfia: University of Pennsylvania Press, 2016.

NIELSEN, Kristian L., «Beware the Folly of Pride: Europe, Trump and the Enduring Need for the Transatlantic Alliance». In *L'Europe en Formation*, vol. 382, n.º 1, 2017, pp. 63-81.

PEIJNENBURG, Leon; TURUNEN, Tuula, *Relações transatlânticas: os EUA e o Canadá*, [Em linha]. Parlamento Europeu. out. 2021. [Consult. 12 dez. 2021]. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/174/relazioni-transatlantiche-usa-e-canada>.

RATO, Vasco, *Tattered Alliance: Donald Trump and Europe*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 2021.

REUTERS STAFF, «Merkel says Europe can't rely on U.S. to impose world order», *Reuters*. [Em linha]. 20 jul 2018. [Consult. 28 nov. 2021]. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-germanymerkel-usa/merkel-says-europe-cant-rely-on-u-s-to-impose-world-order-idUSKBN1KA1F9?editionredirect=uk>.

RUTLAND, Peter, «Trump, Putin, and the Future of US-Russian Relations». In *Slavic Review*, vol.76, n.º S1, 2017, pp. S41-S56.

SCHIAVENZA, Matt «What Exactly Does It Mean That the U.S. Is Pivoting to Asia?» *The Atlantic* [Em linha] 15 abr. 2013. [Consult. 22 mar 2022]. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/china/archive/2013/04/what-exactly-does-it-mean-that-the-us-is-pivoting-to-asia/274936/>.

SCHNEIDER-PETSINGER, Marianne, «US–EU Trade Relations in the Trump Era Which Way Forward?» *Chatham house* [Em linha]. mar. 2019 [Consult. 06 abri. 2022]. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/publications/research/2019-03-08US-EUTradeRelations2.pdf>.

SCHRECKINGER, Ben; SHEFTALOVICH, Zoya; NELSON, Louis, «Trump hails Brexit: ‘They took back their country’» *Politico* [Em linha]. 24 jun. 2016. [Consult. 04 abri. 2022]. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/donald-trump-brex-it-is-a-great-thing/>.

SILOVE, Nina, «The Pivot before the Pivot: U.S. Strategy to Preserve the Power Balance in Asia». In *International Security*, Vol. 40, N.º 4, 2016, pp. 45–88.

SMITH, Michael E., «Transatlantic security relations since the European security strategy: what role for the EU in its pursuit of strategic autonomy?». In *Journal of European Integration*, vol. 40, n.º5, 2018, pp. 605-620. DOI10.1080/07036337.2018.1488840.

--- «Toward a theory of EU foreign policy-making: multilevel governance, domestic politics, and national adaptation to Europe's common foreign and security policy». In *Journal of European Public Policy*, vol. 11, n.º 4, pp. 740-758. DOI: 10.1080/1350176042000248124.

SOLLER, Diana, «Um ano com Trump», *Observador* [Em Linha]. 20 jul. 2017. [Consultado a 01 dez. 2021]. Disponível em <https://observador.pt/opiniao/um-ano-com-trump/>.

THE WALL STREET JOURNAL EDITORIAL BOARD, «I Am a Tariff Man» *The Wall Street Journal*. [Em linha]. 04 dez. 2018 [Consultado a 20 dez. 2021]. Disponível em <https://www.wsj.com/articles/i-ama-tariff-man-1543965558>.

THE WASHINGTON POST EDITORIAL BOARD, «The U.S. – E.U. trade war is mutually destructive. The two sides should finally negotiate.» *The Washington Post*. [Em linha] 11 nov. 2020 [Consult. a 14 dez. 2021]. Disponível em [https://www.washingtonpost.com/opinions/biden-europe-trade-war-negotiate/2020/11/11/1e7e87c6-2440-11eb-8672-c281c7a2c96e\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/opinions/biden-europe-trade-war-negotiate/2020/11/11/1e7e87c6-2440-11eb-8672-c281c7a2c96e_story.html).

TRACHTENBERG, Marc, *A constructed peace : the making of the European settlement, 1945-1963*. Princeton: Princeton University Press, 1999.

TSYGANKOV, P. Andrei, «The Revisionist Moment: Russia, Trump, and Global Transition, Problems of Post-Communism». *Problems of Post-Communism*, vol. 68, n.º 6, 2020, pp 457-467, DOI: 10.1080/10758216.2020.1788397.

ULRICH, Herbert, *A History of Twentieth-Century Germany*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

VAISSE, Justin, «Why Neoconservatism Still Matters», *Brookings Institution* [Em linha]. mai. 2010. [Consult. 30 abr. 2022]. Disponível em [https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/05\\_neoconservatism\\_vaisse.pdf](https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/05_neoconservatism_vaisse.pdf).

WALFORD, Guy, «What are the Main Factors Limiting the Power of the United States in World Politics?», *E-International Relations*. [Em linha]. 24 mai. 2013. [Consult. 26 mai. 2022]. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2013/05/24/what-are-the-main-factors-limiting-the-power-of-the-united-states-in-world-politics/>.

WALTZ, Kenneth N., «Structural Realism after the Cold War». In *International Security*, vol. 25, n.º 1, 2000, pp. 5-41.

--- «The Emerging Structure of International Politics». In *International Security*, vol. 18, n.º 2, 1993, pp. 44-79.

--- *Theory of International Politics*. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WASHINGTON POST STAFF, «Donald Trump announces a presidential bid», *The Washington Post* [Em linha]. 16 jun. 2015. [Consult. 24 mai. 2022]. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/post-politics/wp/2015/06/16/full-text-donald-trump-announces-a-presidential-bid/>.

WESTAD, Odd Arne, *The Cold War. A World History*, Londres: Allen Lane, 2017.

WOHLFORTH, William C., «The Stability of a Unipolar World». In *International Security*, vol. 24, n.º 1, 1999, pp. 5-41.

WOLFOWITZ, Paul, *Memorandum for the secretary of defense: Defense Planning Guidance, FY 1994-1999 Draft* [Em linha]. The National Archives and Records Administration [Consult. 24 mar. 2022]. Disponível em: <https://www.archives.gov/files/declassification/iscap/pdf/2008-003-docs1-12.pdf>.

WOZNIAK, Michal, «The Obama Doctrine - U.S. Strategic Retrenchment and its Consequences». In *Securitologia*, vol. 22, n.º 2, 2016, pp. 57 – 67. DOI: 10.5604/18984509.1203725.

WRIGHT, Thomas, « Order from Chaos: Trump takes allies back to the 19th century global order», *Brookings Institution* [Em linha]. 21 mar. 2017. [Consultado a 28 nov. 2021]. Disponível em <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2017/03/21/trump-takes-allies-back-to-19th-centuryglobal-order/>.

--- « Where Does Trump Really Stand on NATO's Article Five?», *The Atlantic* [Em linha]. 24 mar. 2017 [Consultado a 22 nov. 2021]. Disponível em <https://www.theatlantic.com/international/archive/2017/05/trump-nato-article-five-europe-russia/527940/>.